

FERNANDO ARNOLD LORENZON

**PATRIMÔNIO E(É) PODER:
USOS DO PATRIMÔNIO NAS REVISTAS DO IPHAN DE 1937 A 1984**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Profa. Dra. Ironita Policarpo Machado.

PASSO FUNDO

2017

RESUMO

Quando se ouve falar em patrimônio, normalmente imagina-se algo referente à preservação de monumentos de fácil visualização e ligados a uma cultura dominante, tais como prédios, igrejas, obras de arte, etc. Tais elementos normalmente remetem à imigração europeia que iniciou a colonização em locais específicos e relacionados a religiosidade predominante. Outra visão equivocada acerca do patrimônio é a de que tudo o que é produzido em determinado contexto faz parte da identidade nacional, sendo que com o passar dos anos e a vinda de novas gerações, criou-se, por vezes, novas bases identitárias e culturais híbridas articuladas entre diferentes contextos e períodos. As próprias movimentações políticas estatais são produtos de demandas históricas específicas, tanto a criação de políticas ou ações quanto a criação de instituições das mais diversas áreas. A exemplo, expõe-se o caso do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que não seguia uma tendência diferente quando, além de o governo Getúlio Vargas incluir em sua constituição uma lei específica para o patrimônio histórico e cultural nacional, também criou um órgão cuja função era legitimar uma identidade nacional pautada pela memória construída através do patrimônio histórico nacional definido e divulgado através da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esta dissertação tem o intuito de analisar as Revistas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, publicadas pelo SPHAN/IPHAN entre os anos de 1937 e 1984 buscando evidenciar os sentidos dados ao patrimônio, as ideias de identidade nacional estruturadas de acordo com o rol de artigos publicados na revista e, também, averiguar de que maneira a revista e o órgão através dela relacionavam-se às políticas e ideias de nação desenvolvidas no contexto histórico em que estavam inseridas. Para isso, buscamos evidenciar, através do conteúdo das publicações e da análise do discurso produzido sobre o patrimônio e os sujeitos a ele ligados, qual identidade nacional foi construída pelos ideais de patrimônio que influenciaram o desenvolvimento do periódico e foram divulgados pelo mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio, SPHAN/IPHAN, identidade, Estado Novo, Regime Militar

ABSTRACT

When one hears about patrimony, one usually imagines something about the preservation of monuments of easy visualization and linked to a dominant culture, such as buildings, churches, works of art, etc. These elements usually refer to the immigration that initiated the colonization in specific places and related to the religiosity that predominates in the locality. Another misconception about heritage is that everything that is produced in a given context is part of the national identity, and with the passing of the years and the coming of new generations, new identity and cultural foundations have sometimes been created. Coming from different contexts and periods. The state political movements are the product of specific historical demands, both the creation of policies or actions and the creation of institutions from the most diverse areas. For example, the case of SPHAN (Service of National Historical and Artistic Heritage) that did not follow a different tendency where, besides the Getúlio Vargas government include in its constitution a specific law for the national historical and cultural patrimony, also created an organ whose function was to legitimize a national identity guided by the memory built through the national historical patrimony defined and divulged through the Magazine of the Service of National Historical and Artistic Patrimony. This dissertation aims to analyze the National Historic and Artistic Patrimony Journals, published by SPHAN (Service of National Historical and Artistic Patrimony) between the years of 1937 and 1984 seeking to highlight the meanings given to patrimony, as well as to investigate how the magazine and the institution through it were related to the nationalist policies of the governments of President Getúlio Vargas (Estado Novo) and the military period. For this, we seek to demonstrate, through the publications and discourse analysis produced on equity and subjects connected to it, which national identity was built by the ideals of heritage that influenced the development of the journal and were released by the same.

KEYWORDS: Patrimony, SPHAN, Identity, Estado Novo, Military Regime

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas e ações no campo do patrimônio histórico cultural.....	25
Quadro 2 – Revistas publicadas, presidentes do Brasil e diretores do SPHAN.....	51
Quadro 3 – Número de artigos, páginas e valor das revistas	59
Quadro 4 - Instituições onde foram distribuídas as Revistas do SPHAN.....	64
Quadro 5 - Autores do primeiro exemplar da revista e suas funções no momento.....	67

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 1 de 1937..	56
Figura 2 – Capas das Revistas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 19 e 20 de 1984.....	56
Figura 3 – Página de anúncios comerciais da Revista da Brasil de Abril de 1940	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INL – Instituto Nacional do Livro

SNT – Serviço Nacional do Teatro

INM – Instituto Nacional da Música

INCE – Instituto Nacional do Cinema Educativo

MES – Ministério da Educação e Saúde

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	5
SUMÁRIO.....	6
INTRODUÇÃO	7
1 CAMINHOS DO PATRIMÔNIO NO BRASIL: PESQUISA E PRODUÇÕES POLÍTICO- INSTITUCIONAIS	14
1.1 INVENTORES DA IDENTIDADE CULTURAL NACIONAL: POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL.....	24
1.1.1 O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	29
1.2 O SPHAN, O ESTADO NOVO E A DITADURA MILITAR: A INSTITUIÇÃO EM CONTEXTOS DE EXCEÇÃO.	33
1.3 PROPAGANDA, PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE.	38
2 A REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.....	44
2.1 RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE: O DIRETOR E SUA REVISTA.	44
2.2 REVISTAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE DE QUEM, PARA QUÊ?.....	49
3 PATRIMÔNIO, IDENTIDADE, DISCURSO	71
3.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS REVISTAS DO SPHAN.	76
3.1.1 Particularidades de cada revista	78
3.2 DISCURSOS NAS REVISTAS DO SPHAN: AS NARRATIVAS DA REVISTA SOBRE OS SUJEITOS COMPONENTES DA IDENTIDADE BRASILEIRA.	95
3.2.1 Os sujeitos da composição identitária brasileira mencionados nas revistas.....	95
3.2.2 Entre belos, bons, selvagens e degenerados: Os sujeitos e os discursos.	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	114
FONTES.....	119
ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

As discussões acerca do patrimônio têm entrado em pauta nos mais diversos campos de estudo na contemporaneidade. O tema abrange a História, passando pelo campo da Arquitetura, Geografia, estudos sobre o Ambiente com o Patrimônio Ambiental até a Sociologia, tendo assim predomínio sobre os debates na área de ciências humanas e, mais recentemente, nas ciências da natureza.

Com o crescente enfoque a respeito do assunto, crescem também as produções acadêmicas na área dentro das mais diversas especificidades. Porém, até a atualidade, as querelas sobre o patrimônio e suas definições seguiram uma trajetória pautada em contextos sociais, históricos, econômicos e políticos dos mais diversos, apresentando neste caminhar várias transformações sobre a seguinte questão: o que é patrimônio?

Esta indagação envolve, dentro da sociedade, muito mais do que arguir sobre o significado do termo, mas também questões sociais ligadas a identidade, sentimento de pertença, tradição e o próprio contexto histórico em que está inserido. Por conta disso, acaba por ser um campo de constantes disputas ideológicas e políticas. Destas disputas resultam, em cada conjuntura, definições sobre quais monumentos, atividades, objetos entre outras especificidades vão ser retratados como patrimônio histórico e, por conta disso, também, vão se definir quais memórias e identidades serão postas em evidência dentro de determinados grupos sociais.

Com base nisso, podemos conduzir as pesquisas sobre a temática do patrimônio como um campo de disputa. Um campo de conflito de identidades, ideologias, culturas e acima de tudo uma área para a qual convergem e se chocam diferentes grupos de interesses onde acabam se sobressaindo os ideais dos grupos com maior poder de legitimação de discurso. Neste certame aparecem ações que acabam por configurar-se em ferramentas de divulgação, imposição e validação de discurso hegemônicos em cada composição sócio histórica específica.

Dentro dessa disputa na qual as definições de patrimônio se inserem é que se coloca a proposta da presente dissertação. Para desenvolver tal projeto, propomo-nos a estudar todo período correspondente as 20 primeiras revistas publicadas pela instituição, iniciando em 1937 com a publicação do primeiro exemplar e indo até 1984 ao fim dos anos da ditadura militar. Como fonte principal de pesquisa para o estudo acerca do patrimônio, foi selecionada a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, publicada anualmente pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), depois IPHAN, até a atualidade. A título de esclarecimento para o desenvolvimento e posterior leitura desta dissertação, optamos por utilizar a sigla IPHAN ao

tratarmos da instituição por esta ser de uso mais recorrente e comum para os leitores e pesquisadores da área.

Para a referida pesquisa foram analisadas somente as edições que acompanham os momentos históricos selecionados, buscando evidenciar qual identidade se buscava construir para o brasileiro dentro da Revista do IPHAN com a estruturação da memória através do patrimônio exibido no periódico.

É pertinente mencionar aqui quais foram as motivações que nos levaram a delimitar o recorte temporal da forma como foi mencionado. Para tal delimitação foram considerados aspectos que incidem sobre o momento; em primeiro lugar a opção se deu por ser um recorte que abrange cenários nos quais se pretende reformular as bases ideológicas e identitárias para a sociedade brasileira, sendo que para atingir esse objetivo, é necessária a construção, reconstrução, invenção ou reinvenção da memória do brasileiro.

No que se refere às revistas analisadas dentro destes contextos específicos de reconstrução da memória nacional e de uma busca por referências históricas para a formação da nação, estas acabam por se constituir na própria memória considerada oficial do país. Se pensarmos no título da revista, a mesma se propõe a tratar do patrimônio histórico e artístico NACIONAL. Neste sentido ela apresenta, dentro de seus diversos artigos e volumes publicados, uma versão da memória histórica brasileira com vistas a se construir uma identidade nacional com uma base histórica legitimada pelos seus editores. Com base na leitura das revistas e considerando as temáticas selecionadas em cada volume publicado, é possível identificar e também interpretar a memória que se intentava criar para ser a base da identidade nacional.

Esta possibilidade surge no momento em que se considera que as ações e políticas de cada governo são desenvolvidas e aplicadas a partir de influências e demandas contextuais que caracterizam cada período da história. Partindo das revistas, é possível vislumbrar, através das temáticas selecionadas, da tipologia de patrimônio descrita, dos autores com suas referências, de períodos e locais de referência dos artigos entre outros aspectos, um olhar acerca das intenções do periódico quanto ao papel que se propõe, que é o de ser o “salvador” e veículo de uma memória considerada oficial da nação brasileira.

Além de se tratar de categorias evidenciadas na revista, esta pesquisa também vai tratar de outro aspecto importante: a questão das ausências detectadas, uma vez que dentro de disputas identitárias é comum que para se evidenciar determinadas características culturais e históricas de um grupo dominante sejam subjugadas ou ocultadas as restantes. Este modo de agir configura-se no que

Décio Freitas chama de “pedagogia do esquecimento”¹ onde se apagam aspectos da história dos livros oficiais em prol da produção de uma memória dita oficial digna e bela da nação.

Esta ausência é tratada por Eni P. Orlandi como um esquecimento. Neste sentido, haveria dois tipos. O primeiro seria o esquecimento ideológico, que segundo a autora, é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Assim, este se configura em uma ação balizada pelo contexto histórico e ideológico vigente, não sendo intencional. O segundo, é o da ordem da enunciação, quando selecionamos intencionalmente determinada maneira de falar em detrimento de outra objetivando o direcionamento da narrativa². Assim, é possível pensar a revista, primeiramente como algo construído com o direcionamento discursivo consciente, visto que havia uma seleção do que seria publicado e, quando olhamos para os artigos, o esquecimento de cada autor pode ser pensado como inconsciente e orientado pelo contexto histórico e ideológico do momento.

Dentro destes períodos selecionados para a pesquisa e das disputas que giram sobre e ao redor das questões patrimoniais, a revista publicada pelo SPHAN/IPHAN, desde a sua fundação, constitui-se em um importante documento de análise. Sendo produzida por um órgão do governo, acaba por ser carregada de influências políticas e ideológicas dos grupos hegemonicamente dominantes em cada período. A partir disto podemos considerar que a revista conforma-se em produto de um movimento político que envolve as políticas e ações governamentais cuja característica é ser um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates.³

Com estes referenciais podemos inserir a Revista do SPHAN/IPHAN, nosso objeto de pesquisa, dentro da conjuntura histórica e política na qual vai circular, uma vez que, tal e qual uma ação política, a revista possui características como: 1) ser produzida dentro de um meio de embate entre forças divergentes, onde os grupos que se sobressaem neste conflito e acabam por influenciar a sua produção; 2) é o documento escrito que acaba por carregar subjetivamente os discursos hegemonicamente dominantes; e 3) independente do meio em que a revista é distribuída, vão haver críticas e ressignificações acerca das ideologias, tendências, conceitos e afirmações trazidas pelo seu texto.

Assim, objetivando problematizar estas questões, foi realizada a análise dos artigos publicados nas revistas nos períodos do Estado Novo e do Regime Militar, procurando abstrair das leituras características marcantes de cada um dos artigos lidos, procurando sempre ler os textos de

¹FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

²ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

³MAINARDES, Jeferson, Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

forma a fazer ligações com o contexto histórico em que foram produzidos. Apesar de serem dois regimes considerados pelos historiadores como ditatoriais ou de exceção, buscamos na leitura das revistas estudar os dois momentos em perspectiva comparada, objetivando trazer à tona os sentidos e as intencionalidades percebidas nos periódicos como definidor das bases de memória da história do Brasil e dos brasileiros.

Para desenvolver a análise, foram criadas categorias a fim de extrair os dados e informações dentro de cada artigo lido. Como nos interessamos em evidenciar as representações identitárias construídas a partir das revistas dentro da delimitação temporal estabelecida em Estado Novo e Regime Militar, foram lidos todos os artigos dos exemplares publicados entre 1937 e 1984. Desta forma, nos é possível destacar os discursos de construção identitária no campo do patrimônio histórico nacional produzidos através da revista produzida e publicada pelo IPHAN. Especificamente foram extraídos dados a cada leitura feita para visualizar a representação da memória do brasileiro elaborada pelo periódico.

Com base nisso, foram tabuladas as revistas do número 1 até o número 19, entremeadas por alguns intervalos nas publicações. Os volumes analisados se dividem da seguinte forma: 1 a 9, correspondendo ao período do Estado Novo (1937-1945); 10 a 15, correspondendo ao período dos governos democráticos (1946-1964); e 16 a 19, correspondendo ao período da Ditadura Militar (1964-1984). Temos como hiatos nas publicações os anos de: 1948 a 1954, 1957 a 1958, 1960, 1962 a 1967, 1970 a 1977 e 1979 a 1983. Junto das revistas publicadas nos períodos abarcados por esta pesquisa, também foram analisadas as edições publicadas nos anos que correspondem ao período entre Estado Novo e Ditadura Militar, buscando evidenciar as narrativas construídas nas revistas nestes períodos.

Após leitura e coleta de informações, foram criadas tabelas para sistematização dos dados dos artigos publicados em cada revista, buscando retirar delas características como: tipo de patrimônio mencionado, período evidenciado pelo autor, raiz identitária evidenciada pelo autor, temática subjetiva da revista (as revistas não possuem eixo temático definido) e, por fim, explicitar através destes dados as representações possíveis construídas através da revista do IPHAN no que se refere a construção da identidade nacional e da gênese desta identidade..

Como não é possível retirar o objeto de seu contexto, correndo o risco de esvaziá-lo de seu significado e sentido, esta dissertação aborda aspectos dos períodos históricos selecionados e, por conta disto, divide-se em 3 capítulos: o primeiro corresponde a um estudo das produções científicas de destaque na área do patrimônio, principalmente as que utilizam as revistas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como fonte e objeto principal de estudo, pois toda e qualquer atividade científica relacionada a pesquisa é produto de um processo constante de produção

e aquisição de conhecimento, sendo que este processo se dá através de um conjunto de outras pesquisas que vêm para esclarecer e elucidar questões, bem como fomentar novos questionamentos acerca de determinadas temáticas.

Ainda, estabelecemos uma trajetória histórica das ações políticas que vão culminar na fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aliando a isto o estudo de aspectos do Estado Novo e do Regime Militar, buscando evidenciar especificidades, tensões e características convergentes e divergentes entre eles e evidenciando os atores históricos que podem influenciar nos discursos produzidos no período. Tudo isso com vistas a estabelecer o contexto histórico, político e social em que a instituição IPHAN age e a Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é produzida e distribuída.

Em um segundo capítulo, propomo-nos a apresentar a revista abrangendo questões externas a ela, mas diretamente ligadas ao periódico. Neste momento, dedicamos as atenções a Rodrigo Melo Franco de Andrade e de que forma vai se constituir Diretor do IPHAN e também editor principal da revista. Aliado a isto, faz-se necessário trazer à tona a forma de atuar deste Diretor/Editor, uma vez que assumia e monitorava diversas atribuições dentro do Serviço do Patrimônio.

Como são analisadas questões externas, buscamos observar a frequência de publicações do periódico dentro dos momentos históricos analisados, a quantidade de artigos em relação ao volume de cada periódico e as instituições em que eram distribuídas as revistas. Este capítulo nos leva até o editorial da primeira revista que abre, não somente a publicação número 1, mas também a série de Revistas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que vai, apesar de falhas e atrasos, perpassar conjunturas históricas diversas na história do Brasil. Trazemos a análise deste único texto para o capítulo pelo fato de o mesmo ser escrito de forma a servir como editorial do conjunto e aparecer somente uma vez na primeira revista. Após isso, as revistas entram diretamente nos artigos.

Complementa o capítulo, uma análise da conjuntura em que as revistas se inseriam, uma vez que, principalmente nos períodos incluídos nesta pesquisa, elas foram produzidas de forma contínua e acabaram perpassando diferentes contextos históricos.

No terceiro capítulo deste trabalho o estudo tem a intenção de responder a pergunta inicial, evidenciando as particularidades da relação do Estado com a cultura. Mais especificamente, o capítulo nos proporciona estabelecer as relações do Estado com as questões patrimoniais no Brasil. Isso nos permite um esclarecimento contextual que nos faz destacar, dentro das Revistas estudadas, que memória do brasileiro se intentava construir e a partir de que aspectos, ideias e ideais políticos isso se mostrava presente nas publicações.

Neste sentido, a revista é fonte e objeto do estudo. O periódico apresenta-se como meio de divulgação da cultura nacional, porém, há um grupo que compõe o IPHAN e que produz e seleciona

artigos, textos, pesquisas e diagramação do material que compõe a revista. Assim, é necessário analisar a partir do documento quais as bases de memória se constroem para a nação. A pesquisa torna-se, então, mais específica quanto aos períodos estudados, focando nos contextos históricos específicos e nas tendências que o periódico segue dentro de cada um deles, considerando para análise a totalidade das revistas publicadas nestes momentos.

Neste momento, entramos na análise das Revistas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional onde buscamos detectar nos artigos lidos todo e qualquer elemento que caracterize ideais políticos, formatação cultural, correntes de pensamento, matrizes étnicas e modelos históricos que nos ajudem a responder as questões levantadas nesta pesquisa: A revista era uma ferramenta de legitimação política? Se sim, de que maneira atuava neste sentido? Qual a identidade nacional e qual a base de memória construída pelas narrativas da revista?

A partir da análise do conteúdo e dos discursos contidos nos volumes da revista nos é permitido observar as presenças e ausências, inclusões e exclusões e invenções e reinvenções de tradições, histórias e memórias de uma nação que está em constante construção e reconstrução identitária. Cabe ainda analisar as tendências identitárias da época como elemento construtor dos discursos e instrumento político, pensando a construção da identidade através da seleção do discurso.

Ao entendermos o discurso como um processo que articula simultaneamente uma estrutura linguística a um acontecimento e que opera, portanto, com a língua em funcionamento, percebemos que esse campo do saber exerce a “arte de refletir nos entremeios” e se caracteriza pela discussão incessante sobre a língua, o sujeito, a história e a sociedade.

Assim, a análise discursiva e de conteúdo nos permite observar as articulações, conflitos e tensões que são inerentes aos conteúdos expostos nas revistas do IPHAN, visto que este periódico pode se configurar como um meio de divulgação dos discursos sociais, culturais e políticos das épocas em que estão inseridos e, especificamente neste caso, ser o portador dos ideais de nação que estavam sendo reformulados. Deste modo, torna-se possível por em evidência o discurso veiculado pela revista e levantar hipóteses sobre a intencionalidade dos autores como um grupo e da instituição dentro do contexto histórico em questão.

Alguns autores como Pocock⁴ indagam se podemos resgatar as intenções de um autor a partir da análise de seus textos. O autor levanta um questionamento bastante pertinente pelo fato de não haver um contato direto com os autores que nos permitam refletir em quais eram suas intenções ao escrever determinado texto. Porém, ainda nos é possível nesta análise dos periódicos, através dos

⁴ POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do Ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

artigos, evidenciar os discursos veiculados e quais eram as tendências da revista e, também, quais eram as tendências do IPHAN quando se coloca como instituição criada pelo Estado a fim trabalhar para o mesmo.

A partir disto, vemos a revista como um local onde ocorrem práticas de produção de sentidos, neste caso, voltados ao patrimônio histórico e cultural e à vinculação disto a uma identidade nacional. Para tal, é de grande importância percebermos os textos das revistas inseridos no seu contexto para que seja reconstruída e considerada a sua historicidade e entendê-los como um ato de fala. Assim, é sobre a questão do discurso coletivo, aquele produzido em conjunto de acordo com os ideais e concepções do grupo que compõe a instituição e a revista, e não sobre aspectos individuais dos autores que a abordagem se baseia.

Considerando que a Análise do Discurso propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico⁵, a prática de análise discursiva nos permite entender as relações históricas que aconteciam ao redor das produções escritas. No caso da Revista do IPHAN, nos permite compreender os discursos e produção de novos significados de nação, através da especificidade do periódico que era o patrimônio histórico nacional, visto que era um grupo de pessoas selecionadas que conduzia a instituição e eram escolhidos quem teria seus textos publicados na revista, fato este que indica uma seletividade e, conseqüentemente, tendências e intencionalidades.

A partir destas sessões estipuladas para o trabalho, poderemos conformar conclusões e considerações acerca do papel da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dentro dos contextos históricos do Estado Novo e do Regime Militar, pois estes são momentos da história do Brasil em que se colocam grandes atenções do Estado no campo da cultura e do Patrimônio.

⁵ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea: Estudos Neolatinos**, [s.l.], v. 7, n. 2, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO).

1 CAMINHOS DO PATRIMÔNIO NO BRASIL: PESQUISA E PRODUÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS

Não seria possível nesta pesquisa tratar da análise das Revistas do IPHAN sem discutirmos o campo do patrimônio e suas especificidades. De que forma se configura, como se definem suas particularidades e de que forma fica definida a abrangência do conceito. Basicamente, torna-se necessário fazer algumas considerações sobre o que é patrimônio.

Desde a formação do conceito, na Roma Antiga, o patrimônio é permeado por relações de poder e tem este significado de duas formas: disputas de poder e demonstrações de poder, sendo que, na maioria dos casos, os significados e processos de significação nestes sentidos se dão de forma concomitante.

Com todas as transformações sofridas pelo conceito no decorrer da história, o termo patrimônio se articulou dentre as disputas de poder e manteve dentro de seu significado o sentido de propriedade, podendo a mesma ser de varias formas: material, financeira, econômica, social, histórica, cultural, identitária ou até mesmo humana.

De acordo com Canclini

[...] aquilo que se entende como patrimônio nacional muda de acordo com as épocas. Isto demonstra que, mesmo existindo suportes concretos do que se concebe como nação (o território, a população, seus costumes, etc.), em boa parte o que se considera como tal é uma construção imaginária⁶.

Desta forma, podemos iniciar a análise do termo patrimônio pensando-o como elemento integrante da formação da nação, como um elemento que vai dar sustentação e legitimidade aos outros suportes da concepção de nação e de identidade nacional. É através do patrimônio que vamos fortalecer os ideais de cultura, tradição, costumes e, principalmente, bases históricas que vão sustentar os ideais de nação pré-concebidos por determinados grupos dominantes. Assim, da mesma forma que é construído pelas relações de poder, também é uma construção imaginária, formatada pelas demandas e necessidades identitárias de cada contexto histórico específico.

Dessa forma, podemos considerar que o patrimônio está imbuído do que Bourdieu chama de *poder simbólico* que, de acordo com o autor, é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem⁷.

⁶CANCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. IPHAN, nº 23, 1994. p. 98.

⁷BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 8.

Ao olharmos os sentidos de patrimônio sob esta perspectiva, podemos inserir os símbolos como instrumentos de integração social na qual se percebe que o patrimônio legitimado pelo Estado, neste caso através do IPHAN e de suas publicações, pode conter uma função política de instrumento dominante de um grupo sobre outro. Também indica as diversas apropriações sociais de símbolos que foram necessárias para a composição do imaginário social humano de cada época.

Ainda que o patrimônio se configure como estrutura de poder simbólico, para Bourdieu,

[...] o poder simbólico como poder de constituir o dado da enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.⁸

Assim, como tratamos de algo ligado a questões identitárias, culturais e inerentes a reformulações dos sentidos de nação, é necessário que os bens selecionados como patrimônio não apareçam como algo imposto à população. É preciso construir um sentimento de pertença em relação aos bens tombados para que se crie também na população uma sensação de poder, mesmo que momentânea, e de que os indivíduos fazem, na totalidade, parte da nação e da construção da mesma. Desta forma, por meio do patrimônio, é possível tentar criar uma representação identitária no imaginário nacional.

Para Bourdieu,

a procura dos critérios *objectivo* de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios são *objecto* de representações mentais, quer dizer, de *actos* de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações *objectuais*, em coisas ou em *actos*, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.⁹

Com isso, o patrimônio também trabalha com o imaginário ao produzir discurso e imagem e criar representações identitárias, históricas e étnicas que se pretendem como uma representação da realidade, mesmo sendo expressões imaginadas e construídas e não literais. Estas representações criadas com o uso do patrimônio manifestam-se de forma a reconfigurar o processo de reconstrução do passado e, conseqüentemente, remodelar seu uso no presente, uma vez que tradições, culturas, memórias (itens que hoje configuram-se no patrimônio histórico e cultural) acabam por ser reinventados de acordo com o contexto histórico em que estão inseridos e de acordo com as

⁸BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 14

⁹BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 112

demandas sociais, históricas, políticas e econômicas que se chocam ao redor das definições e abrangência do patrimônio.

Nestes termos, ao falarmos de patrimônio e suas relações de poder, automaticamente nos remetemos ao que Eric Hobsbawm chama de tradições inventadas. Hobsbawm e Ranger nos trazem que,

por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.¹⁰

Ao agregarmos o conceito de tradição inventada de Hobsbawm e Ranger à categoria poder simbólico de Bourdieu, podemos considerar que o próprio entendimento da memória se dá por diversas tradições que foram concebidas para ter exatamente este fim, ou seja, alguns grupos da sociedade inventaram o que seria conveniente integrar à memória social do futuro. Para tanto, utilizaram-se de diversos recursos simbólicos embutidos na sociedade, tais como a religião, a morte e o nacionalismo.

Assim, elementos de forte conteúdo simbólico com poder de comoção social auxiliaram nesse processo e, ainda, forneceram suporte para a construção identitária de uma dada nação, região ou localidade. Entretanto, esse processo está em constante circulação entre as esferas sociais que se articulam no tempo e no espaço.

Além disto, o patrimônio cultural somente atingiu esses objetivos quando esteve presente no imaginário social e coletivo. O imaginário é perscrutado por meio de singularidades que trazem a universalidade em seu bojo. Os valores, como construções históricas e sociais, remetem ao imaginário coletivo e, por meio deste, se estabelece a lógica patrimonial do mundo contemporâneo. Para esse fim, utilizamo-nos de Baczkó (1985) quando cremos que os poderes constituídos do lugar atribuem a si próprios o campo simbólico, o qual mantém dispositivos de repressão que se veem no caráter imaginário dos bens protegidos, tal como os museus. Esses poderes, ao produzirem um sistema de representação, traduzem e legitimam a sua ordem. Qualquer sociedade instala guardiões de seu sistema, que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos.

Sempre que falamos de questões relacionadas à identidade, tal é o caso desta pesquisa que fala de patrimônio, nos deparamos com campos de disputa por definições, legitimidade e afirmação de discursos. Este campo de pesquisa tem sido objeto de análise de diversos pesquisadores das áreas

¹⁰HOBSBAWN, Eric J.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 9.

das ciências humanas e arquitetura. E neste rol de pesquisas trazemos a contribuição aqui elaborada ao analisarmos as representações identitárias construídas pelas revistas do IPHAN dentro dos períodos do Estado Novo e do Regime Militar.

A preocupação com o patrimônio histórico no Brasil encontra inspiração na experiência francesa. Com o advento da Revolução Francesa, período em que o país busca meios de se afirmar enquanto nação, a preservação dos bens considerados históricos aparece como uma forma de o Estado Francês legitimar-se e consolidar-se frente a sua própria população como uma instância suprema e homogênea. Sendo assim, a noção de patrimônio é produzida juntamente com a ideia de nação no século XVIII, onde o histórico e o artístico assumem uma dimensão instrumental e passam a ser utilizados na construção de uma representação da nacionalidade.

O Brasil começa a dar mostras de preocupar-se com a história nacional e construção da nação quando, ainda no período do império, é fundado o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)¹¹. Este instituto acaba perpassando décadas, da mesma forma que ocorre com o IPHAN, sendo que ambos acabam sendo ferramentas de construção da memória nacional tendo este objetivo explicitamente declarado por vários pesquisadores e presente no seu primeiro estatuto. Este objetivo é mantido desde 1838 nas seguintes palavras:

O Art. 1º estabelece os objetivos da instituição, que são:
"1º Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitissem."¹²

Basicamente, o objetivo da criação deste Instituto seria, de uma forma objetiva, construir a memória e conseqüentemente a história do Brasil *selecionando e arquivando* documentos considerados necessários para tal feito. Ao observarmos este parágrafo do estatuto, já podemos considerar o processo seletivo que seria feito quanto à citada documentação. O que é realmente necessário? Quem vai definir isto? A partir daí, já temos uma ferramenta com o imenso poder de apagar e destruir culturas, tradições, etnias, grupos sociais, considerados “desnecessários” para a construção da nação brasileira ou invisíveis aos olhos dos construtores.

¹¹No ano de 1838 foi criado, na Corte do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O IHGB nascia sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e tinha por objetivo colaborar para a construção da história da nação brasileira em um século XIX marcado pela crescente sujeição da história enquanto disciplina científica (BOEIRA, 2012, p. 635).

¹²BRASIL, Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 25 de novembro de 1838.

Mesmo que não houvesse esta seletividade, o “cofre social” só seria abastecido por uma determinada classe social que possuía recursos e tinha interesses na manutenção de determinadas características culturais consideradas legítimas. Tais características seriam divulgadas para o brasileiro como modelo da cultura nacional, criando, desta forma, barreiras no campo cultural e econômico, para o levantamento das culturas marginalizadas.

Também fica perceptível, ao observarmos o objetivo da criação do IHGB, o fato de ficarem desconsideradas as culturas que não produziram documentos escritos, uma vez que o instituto vai preservar e arquivar “documentos necessários” para a história brasileira. Neste caso, fica subentendido que indígenas, negros ou quaisquer outros grupos não fazem parte ou não são importantes para a constituição da nacionalidade brasileira, não fazem parte da criação do brasileiro.

Neste contexto de renovação de identidades e bases identitárias, são criadas novas ferramentas e mantidas as antigas. O IHGB é mantido desde o tempo do império e com a fundação do IPHAN são criados instrumentos de forja da memória e dos mitos de fundação. Esses mitos perpassam as décadas e são utilizados tanto no período do Estado Novo quanto no Regime Militar e tem seus objetivos iniciais, salvo algumas mudanças de texto, mantidos quase que na íntegra.

Salgado Guimarães destaca que “a tarefa de disciplinarização da história guarda íntimas relações com os temas que permeiam o debate em torno do nacional”.¹³ Ao pensarmos a fundação do IHGB dentro de um século em que os países da América ainda têm seu modelo de civilização na sociedade europeia, é possível pensar o instituto como um precursor dos aparatos utilizados pelos governos e grupos dominantes para legitimar histórias e memórias consideradas convenientes. Mais ainda com a afirmação da história como disciplina e do historiador como pesquisador, que vai se encarregar de “descobrir” as origens da nação e da identidade nacional.

Neste contexto e com o regimento inicial do instituto, percebe-se a construção de um conceito de cultura e de patrimônio histórico baseado em valores elitizados e oligárquicos, onde são considerados apenas documentos escritos e obras de arquitetura restritas a culturas de classes abastadas e privilegiadas da sociedade. Para tal feito tomava-se claramente como modelo a sociedade europeia, visto que é a partir daí e do processo de colonização que começam a serem produzidos documentos escritos e obras consideradas de grande valor para o Brasil. A ânsia de se seguir o modelo europeu de civilização era tão grande que os critérios de gosto do homem francês e uma ideia

¹³GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 3.

de “função civilizadora” daquele país europeu já tinham uma difusão no Brasil antes mesmo desse se constituir como Estado nacional.¹⁴

Junto a estes órgãos, no período Vargas, são criadas outras instituições intuídas a valorizar e legitimar a cultura brasileira, tais como o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Instituto Nacional do Teatro (INT) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que coordena várias áreas: radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa, Este último, se encarregava de fazer a propaganda externa e interna do regime, exercer a censura e organizar as manifestações cívicas criando, para chegar em todo o Brasil, departamentos estaduais que, seguindo as linhas de ação determinadas pelo órgão federal, desempenharam papel importante no projeto de “construção da nação”.¹⁵

Com exceção das pesquisas e publicações feitas dentro do próprio IPHAN, a temática torna-se frequente em pesquisas nas sociedades após 1980, sendo que os estudos na área e as demandas por sua preservação aumentam cada vez mais, uma vez que, independente da cultura, tradição ou história incutida no patrimônio, este sempre é um elo de ligação com o passado, capaz de trazê-lo ao presente seja como forma de manifestação de culturas historicamente marginalizadas ou como forma de legitimação de culturas historicamente dominantes.

No Brasil pós-Regime Militar é que ocorre esta explosão de pesquisas acerca do patrimônio, período no qual se podem observar estudos a respeito do termo sob diversas perspectivas. Pensando em um âmbito mais generalizado, podemos observar algumas perspectivas nos artigos produzidos, tendo como foco a área patrimonial, que são as seguintes: preservacionista/salvacionista, gestão do patrimônio nacional e uma tendência que vai estudar os conceitos e sentidos que perpassam as definições de patrimônio e sua abrangência, tais como a identidade, cultura, territorialidade e o próprio conceito de patrimônio.

Dentro de aspectos de preservação e salvação, os objetivos da pesquisa se voltam para ações como salvamento, tombamento, resgate e restauro. Tal direcionamento fica perceptível nas pesquisas de Sandra Pelegrini, as quais abordam práticas preservacionistas na América Latina como uma forma de se preservar a pluralidade identitária por meio da proteção do patrimônio cultural e ambiental. Aqui, cabe mencionar um de seus artigos intitulado *Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*.¹⁶ Além deste exemplo podemos citar outros autores que seguem a mesma inclinação, tais como Carlos Sandroni e Benedito Souza Filho,

¹⁴GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh. p. 100.

¹⁵BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Ufba, 2007. p. 37-60.

¹⁶PELEGRINI, Sandra C. A.. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 26, n. 51, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO).

os quais trabalham respectivamente com samba de roda¹⁷ e quilombolas¹⁸, analisando casos específicos de tombamento, preservação e valorização.

Os trabalhos revisados ao redor da temática da gestão do patrimônio nacional se traduzem em: organização de museus, inventários, turismo e administração dos bens patrimoniais. Podemos mencionar a pesquisadora Sandra Pelegrini que, junto às produções acerca da área do patrimônio, também tem a atenção voltada à gestão patrimonial, onde analisa as políticas públicas produzidas para gestão do patrimônio histórico nacional e qual o alcance das mesmas no que se refere a real preservação deste.

Quanto às intervenções relacionadas aos conceitos que perpassam as questões culturais, podemos destacar a produção de Gilberto Velho, intitulada *Patrimônio, negociação e conflito*¹⁹. No artigo, o autor analisa as forças conflitantes voltadas à atribuição de valores e interesses de cada ator envolvido quanto ao patrimônio e tenta mostrar que as políticas patrimoniais são indissociáveis da complexidade e heterogeneidade da sociedade.

Junto a esta pesquisa, podemos citar também o artigo *Herança, sacralidade e poder*²⁰, que versa sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. Da autoria de Aline Sapiezinskas Krás Borges Canani, o artigo aborda os conceitos de patrimônio nas políticas públicas contemporâneas e relaciona-se com o trabalho de Gilberto Velho, quanto a questão da análise do conceito *patrimônio*, embora em diferentes abordagens, visto que um volta-se para as forças sociais conflitantes e o outro para estudos de caso em questões de tombamento patrimonial.

Observa-se nestas pesquisas que, em sua maioria, se mantém a tendência inicial do IPHAN de salvaguarda do patrimônio. No entanto, a abrangência do salvamento e tombamento altera-se com as mudanças contextuais e com a inserção da imaterialidade ao patrimônio, fazendo com que a abrangência do conceito se amplie e abra espaço para as culturas historicamente subjugadas pelas instituições oficiais que geriam o campo.

No que se refere a produções científicas sobre, ou com o uso das Revistas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como fonte, nos deparamos com algumas dissertações que abordam a temática sob diferentes perspectivas. Uma referência relevante nas pesquisas levantadas é

¹⁷SANDRONI, Carlos. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. *Estud. av.*, 2010, vol.24, no.69, p.373-388. ISSN 0103-4014.

¹⁸SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. Patrimônio imaterial de quilombolas: limites da metodologia de inventário de referências culturais. *Horizontes Antropológicos*, [s.l.], v. 18, n. 38, p.75-99, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO).

¹⁹VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v. 12, n. 1, p.1-10, abr. 2006. FapUNIFESP (SciELO).

²⁰CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. **Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil.** *Horiz. antropol.* [online]. 2005, vol.11, n.23, pp.163-175.

o trabalho de Marcia Regina Romeiro Chuva, intitulado *Os Arquitetos da Memória*²¹. Nesta produção temos elementos para interpretar e compreender o momento fundador das práticas de preservação no País, quando de sua implantação pelo Governo Getúlio Vargas, com a criação do IPHAN, em 1937. Este livro aborda, entre outros aspectos, a relação dos intelectuais com o Estado, o tombamento como forma de "invenção" do patrimônio e de uma identidade nacional e a assimilação dos valores do patrimônio como valores comuns ao conjunto da sociedade, sendo que o foco para tal pesquisa são as produções da revista relacionadas à arquitetura.

Neste trabalho a autora faz uma delimitação da temática dentro da revista, atendo-se aos artigos que tratam do patrimônio arquitetônico que, ao observarmos o documento com atenção, são dominantes até o final dos anos 1970. Tais textos estão presentes tanto nas revistas do IPHAN quanto em outras produções encontradas e, em sua maioria, ligadas ao próprio Serviço como os Relatórios de tombamento produzidos pelos delegados estatais e publicações individuais de pessoas que prestavam serviços ao governo na área como Mario de Andrade.

Chuva procura esclarecer os vínculos entre os produtores dos artigos e suas relações com a repartição, destacando o papel dos colaboradores-funcionários e o papel do Conselho Consultivo, de perfil bastante heterogêneo, integrado por especialistas de diferentes áreas como historiadores, arquitetos, artistas plásticos e conhecedores dos acervos de diferentes regiões do país, ambos anunciando o “valor nacional” dos monumentos. Enfim, a autora recoloca em análise diversos problemas que circundam o órgão, analisando uma rica e extensa documentação, a qual dá conta tanto das concepções teóricas implícitas na formação do Serviço, quanto dos princípios operacionais do cotidiano na repartição.

Ao investigar as produções acadêmicas que tratam da temática patrimônio e (ou) utilizam-se da revista como fonte de pesquisa, nos deparamos com alguns trabalhos produzidos em programas de pós-graduação, os quais abordam as revistas de diversas formas. Inicialmente, localizamos as pesquisas de Cintia Mayumi de Carli Silva, que traz a história da revista com seus autores e temas, abordando o período em que o IPHAN era presidido por Rodrigo Melo Franco de Andrade. A autora toma a revista como objeto e, simultaneamente, como fonte da pesquisa tratando-a como um lugar de sociabilidade de grupos de intelectuais convidados a colaborar com a construção do patrimônio nacional. Também aborda a atuação de Rodrigo M. F. De Andrade como presidente, que detinha grande autonomia a frente do IPHAN, assumindo as funções de direção do órgão, editor da revista, seleção de autores e artigos e, também, é considerado um articulador das redes intelectuais que se

²¹CHUVA, Marcia. **Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

formaram ao redor das revistas destacadas por De Carli Silva como meio de construção e divulgação do campo do patrimônio nacional²².

Também temos as pesquisas que resultaram na dissertação de Aluizio Victor de Souza Carvalho, intitulada *Os projetos gráficos da revista do patrimônio: trajetórias do design e do Iphan*. Esta produção acadêmica traz algumas semelhanças com a anterior ao tratar a revista como meio de construção e fomento da área do patrimônio relacionando-a com a instituição e com a trajetória da indústria de *design* gráfico no Brasil. Assim, a pesquisa trata as condições técnicas em que a revista foi produzida e de que forma a evolução da tecnologia do trabalho gráfico influenciou o periódico publicado desde 1937.

Nestes termos, o autor procura evidenciar em que medida a utilização do *design* gráfico no desenvolvimento da *Revista do Patrimônio* pode ser percebida como um registro da história do IPHAN. O trabalho mostra como os projetos gráficos se relacionam com a formação do campo do patrimônio e de conhecimento do design, sendo ainda um artefato que testemunha o desenvolvimento da indústria gráfica no Brasil, estabelecendo relações que se transpõem aos tradicionais campos de conhecimentos, como o da arquitetura, da história, da arqueologia e das Belas Artes, sobre os quais o IPHAN se debruçou ao longo de sua trajetória.²³

Outro viés de pesquisa detectado se reproduz no trabalho de Robson Orzari Ribeiro com o seguinte título: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil*. Neste trabalho, o autor trata de mapear a constituição de um saber na área de História da Arte entre os anos de 1937 e 1978, associando-a às políticas patrimoniais executadas no Brasil no início do século XX e tem como fonte principal a revista que, naquele período, apresentou-se como pioneira em abordar estudos na área de história da arte. Tal estudo permite-nos ver que não é a passagem do tempo que transforma algo em patrimônio.

Essa mudança de categoria – de “coisa velha” à patrimônio – é resultado de uma produção marcada historicamente, na medida em que ideias e valores são associados aos objetos transformados em monumentos. Tal processo não é natural, compõe-se de diversas estratégias, dentre as quais a produção do conhecimento, que visa legitimar o bem patrimonial.²⁴

²²SILVA, Cintia Mayumi de Carli. **Revista do Patrimônio: editor, autores, temas**. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais., Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Cpdoc, Rio de Janeiro, 2010.

²³CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. **Os projetos gráficos da Revista do Patrimônio: trajetórias do design e do Iphan**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, Rio de Janeiro, 2013.

²⁴RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil**. 2012. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História da Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

Assim, para tratar a História da Arte e de que forma esta se relaciona com o campo do patrimônio no Brasil, o autor analisa a Revista do Patrimônio, tendo como elemento-chave seus artigos, desvendando seus temas, seus colaboradores e sua linha teórica para, partindo destes estudos, chegar a conclusões específicas sobre o periódico em questão, propondo novos caminhos para a análise.

Podemos perceber com esta singela revisão de bibliografia, que as produções científicas envolvendo temáticas ligadas ao patrimônio são deveras recentes no Brasil. Fato este comprovado ao percebermos que, até o início da década de 1980, a Revista do IPHAN detinha a hegemonia das pesquisas, produções, publicações e divulgação da temática do patrimônio e seus afins. Junto à abertura política pós-Regime Militar também ocorre uma grande mudança nas pesquisas e no tratamento dado ao patrimônio, sendo isto um reflexo das novas políticas culturais mais abrangentes e, de certa forma, mais inclusivas, no que se refere a culturas, identidades e tradições.

Ocorre com o passar dos anos uma grande mudança no tratamento dado ao patrimônio. Junto aos trabalhos produzidos pelo IPHAN, o qual se detinha a divulgar artigos destinados às “grandes obras”, representantes da nação brasileira (quase que na sua totalidade de patrimônio arquitetônico produzido por uma elite colonial) inserem novas abordagens ao tema. Não há mais a hegemonia produtiva e considerada oficialmente legítima nas mãos do IPHAN, que também sofre mudanças de acordo com as novas demandas sociais, históricas e culturais em que vai se inserindo com o passar do tempo.

Detectamos várias abordagens nas produções acerca da temática. Inicialmente, artigos extremamente técnicos tratando do patrimônio Arquitetônico e, em sua maioria, trazendo medidas, características de terreno, tipo de material utilizado e uma história factual e linear do patrimônio. Desconsiderando contextos e relações sociais ao redor do bem em questão, estas produções quase que exclusivas são do IPHAN e têm como característica principal o salvamento e tombamento destes patrimônios apontados pela instituição nesta revista e nos tomos de tombamento. Ao surgirem mais produções, percebemos outros aspectos como políticas públicas, cultura e, principalmente, mais recentemente, as produções tanto do IPHAN quanto de outras instituições, que começam a incluir no rol da patrimonialização aquelas culturas historicamente subjugadas, as quais Michel Pollack chama de culturas subterrâneas que, segundo o autor, são parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, normalmente opostas à “Memória Oficial”, neste caso, à memória nacional²⁵.

Para esta pesquisa viemos com a intenção de, com auxílio dos trabalhos já produzidos e com as novas análises feitas sobre as revistas do IPHAN, investigar a atuação do periódico entre os anos

²⁵ POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989. Tradução de Dora Rocha Flaskman.

de 1937 até 1984, atentando para as mudanças contextuais ocorridas neste espaço temporal na história do Brasil onde, a revista do IPHAN aparece neste cenário sendo lançada no Estado Novo e, apesar de algumas interrupções na sua produção, perpassa todos os contextos históricos brasileiros desde a implementação do governo Vargas até os dias atuais.

Sintetizando o problema de pesquisa, tendo em vista os objetivos do IPHAN e da revista, e aliando a isto as funções de outros órgãos governamentais voltados à preservação da história brasileira, intentamos levantar quais aspectos históricos, culturais e étnicos compõem a identidade nacional a ser construída nestes períodos, visto que a revista constituía-se em instrumento de poder dentro deste jogo de intencionalidades. Objetivou-se, também, entender e tecer considerações sobre o papel da revista dentro destes contextos históricos que se constroem dentro da delimitação temporal abordada neste trabalho.

1.1 INVENTORES DA IDENTIDADE CULTURAL NACIONAL: POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL.

A ideia de preservação de legados e de heranças do passado – que inclui, além da reflexão crítica um conjunto de ações de identificação, conservação, restauração, gestão e proteção legal – assume conotação cultural e inicia a construção de um campo do conhecimento em meados do século XVIII, desenvolvendo-se ao longo do século XIX, para se firmar definitivamente no século seguinte sendo que este desenvolvimento se dá a partir da Europa. Hoje é possível afirmar que a preservação do patrimônio constitui um campo do conhecimento, o qual assegura sua unidade na transdisciplinaridade de que é constituído, identificado por uma história; por uma legislação que trata da proteção e a regula; pela prática da restauração e da conservação de bens móveis e imóveis; por uma reflexão crítica inclusive sobre a abrangência e o significado da ação patrimonial e, ainda, por metodologias de pesquisa, de projeto e de inventário, tudo construído e legitimado por um corpo de especialistas.

Nos últimos anos, as ideias de e sobre o patrimônio sofreram uma transformação tão drástica que se tornou muito difícil legitimar critérios e valores sobre bens considerados históricos em um contexto em que cada lugar, objeto ou acontecimento exhibe por si só um potencial patrimonial. Mesmo que esta seja uma problemática recente aqui, esta questão já se desenhava no Brasil do início do século XX onde se buscavam novos parâmetros identitários para a constituição da nação.

Após a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro ainda no período Imperial, a próxima ação efetiva instituída no Brasil, no que se refere ao patrimônio histórico nacional, é a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Entre estes dois marcos

das ações no Brasil referentes ao campo do patrimônio, ocorreram algumas manifestações esparsas e esboços de ações referentes à preservação e estudo do patrimônio histórico e artístico nacional. Dentre estas ações, o próprio IPHAN cita como relevantes, conforme o quadro que segue, as seguintes:

Quadro 1 – Políticas e ações no campo do patrimônio histórico cultural

ANO/PERÍODO	AÇÃO/POLÍTICA/ DOCUMENTO	CONTEÚDO
1972	Carta de Dom André de Melo e Castro enviada ao governador de Pernambuco	Nesta carta, o remetente sugere maneiras de proceder e ações a serem tomadas no que se refere à preservação das construções deixadas pela ocupação holandesa demonstrando estar a par da complexidade que envolve os problemas de preservação do patrimônio histórico nacional.
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	Emissão de ordens do Ministro do Império, Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz.	Os presidentes das províncias deveriam obter coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional e para que haja cuidado na reparação de monumentos afim de não destruir as inscrições neles gravadas.
FIM DO SÉCULO XIX	Ordem de coleta de Epigrafia	O chefe da seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional Alfredo do Vale Cabra comanda a coleta de epigrafia dos estados da Bahia, Alagoas, Paraíba e Pernambuco.
1920	Projeto de Lei de Proteção do Patrimônio	Deixado de lado antes da Aprovação
1923	Projeto de Lei de Organização da defesa do patrimônio	Apesar de ter certos avanços, pecava pela notória timidez e por não envolver o patrimônio arqueológico brasileiro no seu conteúdo.
1924	Projeto de proteção das obras de arte nacionais.	Proibição da saída de obras de arte do território nacional. Esta ação é abandonada por entrar em choque com a constituição federal em voga na época.
DÉCADA DE 1920	Deslocamento da responsabilidade.	As ações de proteção, preservação e estudo do patrimônio são deslocadas para os estados que não tem força para garantir a proteção nem mesmo dentro de seus territórios.

Fonte: O Autor (2017).

Nota: Quadro elaborado a partir de: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2007.

Ao olharmos para o quadro acima, de modo geral percebemos o desinteresse na efetivação de ações voltadas a preservação do patrimônio histórico nacional, sendo que o próprio IPHAN aponta estas ações como relevantes antes dos anos 1930, ou seja, desde a metade do século XVIII até o início do século XX, foram detectadas apenas oito ações voltadas para o campo patrimonial.

Neste sentido, há aspectos que devemos considerar ao observarmos o quadro 1. Ao dirigirmos nosso olhar para a carta de Dom André de Melo e Castro ao Governador de Pernambuco em 1742, colocando-a em sua conjuntura histórica, devemos observá-la dentro do Brasil Colônia, ou seja, ainda como um território de posse da Coroa Portuguesa. Portanto, nesse período, não há um ideal de nacionalidade ou brasilidade local, apesar de já haver movimentações em prol de uma separação de Portugal por conta do descontentamento de parte da colônia em relação a atuação da metrópole.

Adiante, após o processo de independência do Brasil, vemos que as ações continuam raras e, além disso, pouco efetivas na área patrimonial, visto que abrangem apenas aquisições e coletas de documentos escritos e obras de arte sem serem mencionados estudos mais aprofundados. Ainda aqui, ao lermos o quadro, dadas as tendências das raras ações patrimoniais, aparenta ser inconcebível a inclusão do patrimônio imaterial, ou seja, sem espaço para culturas consideradas inferiores ou incivilizadas, ficando a criação de políticas de patrimônio restritas ao governo.

A pouca atenção dada ao campo se confirma no ano de 1920, quando a primeira lei de proteção do patrimônio não é sequer submetida a aprovação e, em 1923, confirma-se a exclusão de determinadas culturas locais quando a lei de organização e proteção do patrimônio deixa totalmente de fora questões arqueológicas do país. Por fim, em 1920 é deslocada a responsabilidade sobre o patrimônio para os estados que não têm poder para arcar com tal incumbência. Este quadro serve para demonstrar que, nem mesmo o Estado brasileiro, até o fim dos anos de 1920, tinha a consciência patrimonial defendida por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mario de Andrade em seus projetos posteriores.

Desde o século XIX existe a preocupação com a preservação e a representação da memória brasileira. Esta tendência se intensifica nos anos 1920 com projetos e criações de órgãos e instituições estaduais voltados à proteção do patrimônio histórico e vinda da realeza portuguesa para o Brasil por conta das invasões napoleônicas na Europa. Isso não indica uma transformação em um horizonte intelectual ou civilizado, como se pode pensar, mas sim um prenúncio de forte diminuição do poderio colonial que posteriormente levaria à independência do país.

Durante a Primeira República brasileira, regida pelas oligarquias nacionais, o cenário que se mostra não é favorável ao surgimento e desenvolvimento de políticas culturais nacionais. Nesta circunstância, Rubim nos diz que apenas foram realizadas ações culturais pontuais, em especial na área de patrimônio. Ações restritas a preocupação de alguns estados com o tema que, segundo o

autor, não são nada que possa ser tomado como uma efetiva política cultural.²⁶

Apesar de o período se mostrar pouco propício para a efetiva criação política acerca da cultura, com o advento da república as ações políticas, ainda que poucas, se dão no âmbito do patrimônio. Este fator demonstra as intenções de fortalecimento do estado nacional e da forja de um cidadão que se revele identificado, por meio do patrimônio, com a nação que está se estabelecendo no período.

As primeiras ações efetivas do Estado brasileiro para preservação dos bens patrimoniais no Brasil após a proclamação da República em 1889, ocorreram na década de 1930. Vale destacar brevemente o contexto sociopolítico e econômico que vivia o Brasil nessa década, com o fim da chamada “política do café com leite” e a ascensão de Getúlio Vargas pela primeira vez ao poder, como chefe do Governo Provisório, cargo que ocupou até 1934.

Foi em 1930, em seu primeiro ano como governante, que Getúlio criou o Ministério da Educação e Saúde (MES), e em 1934 substituiu o então chefe do órgão, Francisco Campos, por Gustavo Capanema, que ficou à frente do Ministério até 1945. Em sua gestão, o ministro Capanema levou para o MES nomes como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Heitor Villalobos, Manuel Bandeira, dentre outros. E a característica mais marcante de seu mandato foi que ele fez com que houvesse “um processo de construção institucional do campo cultural”. Porém, neste ponto, segundo Bispo, essa não era uma prioridade do ministro²⁷.

Em 1931, através de decreto, foi criado dentro do Ministério o Departamento Nacional de Ensino, ao qual estavam subordinados museus, bibliotecas e escolas de artes. Era a primeira legislação do MES que fazia referência ao campo da cultura. Apesar dessas iniciativas pontuais na área federal, conforme citado anteriormente, foi no âmbito municipal, mais especificamente na cidade de São Paulo, que surgiu a primeira experiência efetiva de gestão pública implementada no campo da cultura. Em 1935 foi criado o Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo. A proposta do órgão era de vanguarda, continha muitas das ideias presentes no movimento modernista e visava, sobretudo, transformar o setor cultural público em um elemento humanizador.

No período de 1930 a 1945, houve uma série de ações articuladas na área da cultura, que geraram políticas públicas para o campo. Podemos considerar, então, como primeira ação política em forma de legislação voltada ao patrimônio na república brasileira, o anteprojeto de lei criado por Mário de Andrade em 1936, o qual definiu noções sobre o termo e que coloca o patrimônio em evidência como elemento representativo da nacionalidade.

²⁶RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2007. p. 14.

²⁷BISPO, Mariana Nascimento. Políticas públicas e patrimônio: das primeiras ações à economia da cultura. **Revista Contemporânea**. Ed. 17, Vol. 9. nº 1. 2011. p. 7.

O anteprojeto de lei solicitado a Mario de Andrade pelo então ministro Gustavo Capanema tornar-se-ia, em 1937, o Decreto Lei nº 25, de 1937, que funda o Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Mesmo esta lei não sendo tão abrangente como o seu pré-projeto se apresentava, ela se configura como primeira legislação da república que responsabiliza um órgão específico para o campo do patrimônio e cria o instrumento de tombamento para reconhecimento do patrimônio, conforme trecho do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937:

Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico²⁸.

Durante este período, Mário de Andrade ficou à frente do Departamento e também acumulava a gestão da Divisão de Expansão Cultural. Nesta gestão, a partir do documento elaborado por Mario de Andrade, caberia ao IPHAN determinar e organizar o tombamento, sugerir a conservação e defesa, determinar a conservação e restauração, sugerir aquisição e fazer os serviços de publicidade necessários para a propagação e o conhecimento do patrimônio artístico nacional.

Cabe ressalva de que o Serviço de Patrimônio já vinha funcionando de forma provisória desde 1936. Ele atualmente se chama IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e está vinculado ao Ministério da Cultura.

Concomitante a essas ações federais, ocorreu uma experiência pioneira no âmbito municipal, na cidade de São Paulo: a criação do Departamento de Cultura daquele Estado, sob a tutela de Mário de Andrade. O período compreendido entre os anos de 1946 a 1960 pode ser apontado como o momento do auge do crescimento da indústria cultural no Brasil. No entanto, segundo Lia Calabre, a presença do Estado nesse setor, seja como fomentador ou como elaborador de políticas públicas, ainda era incipiente.²⁹

Na década de 60, no período pré-ditadura, o governo federal tentou implementar algumas ações para o setor, mas com o golpe de 64 e a ascensão dos militares ao poder, houve mudanças nas políticas para a área. As políticas culturais estabelecidas durante o regime ditatorial podem ser divididas em linhas gerais, em três diretrizes distintas. Inicialmente houve uma forte centralização no Conselho Federal de Cultura; depois a criação e reformulação de uma estrutura pública, a qual contribuiu para que houvesse uma maior institucionalização na área; e, por fim, ocorreu uma efetiva

²⁸BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937.

²⁹CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009. p.11.

presença em “escala nacional”, das instituições que surgiram nos períodos anteriores. Inversamente ao que ocorreu até o fim dos governos militares, em meados da década de 80 e nos anos que se seguiram, sobretudo a partir dos anos 1990, houve uma redução da presença do Estado na formulação de políticas públicas, bem como no financiamento da área cultural que aparece como um reflexo das políticas neoliberais adotadas pelos governos brasileiros a partir dos anos 90.

1.1.1 O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Na condição de provedor de nosso objeto de pesquisa, que é a revista, esta instituição merece uma seção para tratar de sua fundação, objetivos e ações e serem colocadas dentro de seu lugar no contexto histórico em que o IPHAN foi fundado. Todas as políticas e ações mencionadas influenciaram a produção da constituição de 1934, que fez a primeira menção constitucional ao patrimônio histórico. Em seu capítulo dois, dedicado a educação e cultura, afirma “caber à União, aos Estados e aos Municípios, favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual” (BRASIL, 1934). Isso torna institucionalizado o campo do patrimônio e transforma a área patrimonial no Brasil em um princípio constitucional. Porém, apesar deste amadurecimento, ainda não havia uma efetivação de ações no campo patrimonial, ações estas que vão ter seu início nos anos seguintes.

Excetuando-se estas movimentações citadas e a constitucionalização da área, somente vamos ter algo de efetivo no ano de 1936 com o Anteprojeto elaborado por Mario de Andrade, que vai ser a primeira referência documental a uma instituição voltada ao patrimônio. Neste documento, solicitado por Gustavo Capanema, neste momento Ministro da Educação e Saúde do Brasil, encontramos especificações sobre o funcionamento, objetivos, gerenciamento, atribuições e composição dos quadros funcionais que devem constituir o órgão a ser iniciado.

Ao ler o documento, percebe-se que este traz definições bastante abrangentes no que se refere às definições do conceito de patrimônio e também sobre que tipos de obra, tradições, acontecimentos ou quaisquer outros objetos merecerão o status de patrimônio histórico nacional. O Anteprojeto para criação do Serviço Histórico e Artístico Nacional apresenta, em seu capítulo 1, a finalidade do serviço da seguinte forma:

Finalidade: O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional tem por objetivo determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional.

Aos S.P.A.N. compete:

- I. Determinar e organizar o tombamento geral do patrimônio artístico nacional;
- II. Sugerir a quem de direito as medidas de conservação necessárias para conservação, defesa e enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- III. Determinar e superintender o serviço de conservação e de restauração de obras pertencentes ao patrimônio artístico nacional;
- IV. Sugerir a quem de direito, bem como determinar dentro de sua alçada, a aquisição de obras para enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- V. Fazer os serviços de publicidade necessários para propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional.³⁰

Além das finalidades e objetivos, Mario de Andrade também descreve o conceito de patrimônio e sua abrangência. Para o autor, entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiras, residente no Brasil (ANDRADE, 1936).

Ao observarmos as atribuições do órgão, percebemos que é dado a esta instituição todo o poder sobre o patrimônio nacional, poder este que envolve a função de dizer o que é patrimônio, como será tratado, quem irá se responsabilizar pela salvaguarda e de que forma este será divulgado, ou seja, todo o poder sobre a produção da memória brasileira no que se refere ao patrimônio histórico nacional seria centralizada na instituição SPAN e seus futuros integrantes.

No tocante à definição de patrimônio, ela é bastante abrangente ao abordar o popular ou erudito independente do proprietário ou de quem a produziu. Neste sentido, a problemática que se apresenta é que, mesmo sendo bastante abrangente, quem define o que será considerado histórico ainda são os membros ligados ao Serviço.

Este anteprojeto escrito por Mario de Andrade apresenta-se bastante inovador para o período uma vez que apresenta ideias referentes ao patrimônio imaterial muito anteriores ao que acontece legalmente no Brasil. Segundo Mario de Andrade (1936), quando se refere a arte popular, também deve ser incluído no rol de bens patrimoniais o folclore: música popular, contos, históricos, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc.

Mario de Andrade, em seus escritos, prevê a imaterialidade do patrimônio apesar de não considerá-lo dentro do que trata como arte histórica, uma vez que, incluem-se nesta categoria todas as

³⁰ANDRADE, Mario. Anteprojeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: **Cartas de Trabalho: Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade**, p. 39-54. Brasília, 1981.

manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional quanto estrangeira, que de alguma forma refletem, contam, comemoram o Brasil e sua evolução nacional (ANDRADE, 1936). Assim, mesmo que o texto de Andrade não tenha sido efetivamente aplicado na criação do IPHAN, fica perceptível a seletividade dos elementos identitários que virão a conformar a memória da nação brasileira quando este não considera como representante da história do Brasil produções e tradições de povos historicamente subjugados como negros e indígenas.

Mesmo que por um lado seja inovador, ao separar a arte popular (patrimônio imaterial e produções ameríndias) do que considera arte histórica, o autor do documento já começa a direcionar os rumos das ações voltadas ao patrimônio e da produção de uma memória nacional, elaboradas pelo instituto que viria a ser fundado no ano seguinte.

Ainda neste texto, o autor prevê as responsabilidades de publicidade acerca das pesquisas realizadas que seriam atribuições do Serviço através de livros de tombamento e da publicação de um periódico que seria, de acordo com Mario de Andrade (1936), indispensável como meio permanente de propaganda e força cultural. Esta afirmação constante no anteprojeto de criação do IPHAN, já nos deixa observar o potencial da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como ferramenta difusora de ideologias culturais selecionadas pelos grupos intelectuais que rapidamente se estabeleceriam nas funções do Serviço.

Assim, apesar de seletiva na categorização do patrimônio, percebemos aspectos inovadores para o período no anteprojeto de Mario de Andrade para a criação da instituição nacional responsável pelo patrimônio. A referência ao patrimônio imaterial e a monumentos de aspecto mais singelo ou de pouca grandeza, somente vão aparecer décadas mais tarde em documentos sendo os patrimônios de pequena grandeza citados na Carta de Veneza, que afirma:

Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios Definições
Art. 1º A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não apenas às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.³¹

E o patrimônio imaterial somente teve menção em documentos brasileiros com a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde é dito o seguinte:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.³²

³¹Carta de Veneza, 1964. Disponível em: portal.iphan.gov.br

³²BRASIL, 1988, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF, Senado

Dentre estas características inovadoras do projeto de Mario de Andrade que só foram efetivadas realmente nos documentos citados muito depois, o mais marcante é a referência ao patrimônio imaterial, pois o mesmo dá margem para grupos sociais historicamente subjugados e excluídos de se manifestarem histórica e identitariamente frente a nação.

Apesar da criação deste anteprojeto, em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional somente deu início às suas atividades no ano seguinte sob as orientações do Decreto Lei nº 25 de 1937, documento este elaborado pelo primeiro diretor da instituição Rodrigo Melo Franco de Andrade que, apesar de ser influenciado pelo texto de Mario de Andrade, montou um guia de orientações mais enxuto e menos abrangente do que seu antecessor, sendo que a principal diferença percebida entre os dois documentos é o fato de no Anteprojeto de Mario de Andrade encontrarmos definições desde o conceito de patrimônio até sua abrangência (muito maior do que no Decreto Lei de Rodrigo Melo Franco de Andrade), enquanto que no novo texto que orientava as ações referentes ao patrimônio, são encontradas mais dicas na forma de instruções jurídicas para a área patrimonial. De acordo com Fonseca, do projeto original apresentado por Mario de Andrade, pouco foi aproveitado por Rodrigo Melo Franco de Andrade na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.³³

Quando pensamos no IPHAN, não podemos deixar de considerar o contexto histórico em que foi fundado e também a forma com que atuava dentro deste. No que se refere a atuação do órgão, observamos uma centralização das atividades e decisões em um pequeno grupo de técnicos e principalmente na figura do diretor, que por muitos anos foi Rodrigo Melo Franco de Andrade o qual, além de diretor, exercia outras funções dentro do órgão concentrando em sua pessoa, diversas decisões referentes a atuação da instituição.

Uma das ações que o órgão do patrimônio recém-criado vai manter do anteprojeto de Mario de Andrade, é a obrigatoriedade de divulgar os trabalhos produzidos pelos envolvidos com o setor patrimonial dentro do IPHAN. Esta “publicidade” ou divulgação inicialmente vai se configurar na publicação da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que constitui fonte e objeto desta pesquisa.

Antes de nos aprofundarmos no periódico, precisamos pensar a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dentro do contexto em que ela ocorre e também os períodos analisados neste trabalho: Estado Novo e Regime Militar.

³³FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2005.

1.2 O IPHAN, O ESTADO NOVO E A DITADURA MILITAR: A INSTITUIÇÃO EM CONTEXTOS DE EXCEÇÃO.

Em 1930, descontente com os resultados das eleições, o alto comando das Forças Armadas impede a posse de Júlio Prestes, possibilitando que, dias depois, Getúlio Vargas tome posse no Rio de Janeiro como presidente provisório da República. Esse processo conhecido como Revolução de 1930 não significou o fim do poder da oligarquia rural do país, mas apenas sua divisão com outros grupos oligárquicos que não encontravam espaço no aparelho do Estado.

Apesar de não ser uma revolução no sentido conceitual e histórico da palavra, ao assumir o poder “provisoriamente”, Vargas rompe com o federalismo vigente na República Velha e começa com ações de centralização de poder que culminam com a construção de uma nova Constituição para o Brasil em 1934, sendo esta consequência da revolução constitucionalista.

Esta nova constituição traz elementos que podem ser considerados inovações no que se refere a direitos dos cidadãos, tais como: direito de voto feminino, direito a educação, proibição de distinção salarial por sexo, direito de criação de sindicatos e uma série de leis trabalhistas.

Esta nova constituição, apesar de ser criada para melhorar questões referentes à educação, saúde, trabalho e cultura da população, promover a autonomia dos estados em relação a união, acaba por receber diversas críticas pelo “excesso de liberdades” que continha em seu texto, por não permitir o devido combate a “subversão” e, nas palavras do próprio Getúlio (1940):

Uma constitucionalização apressada, fora de tempo, apresentada como panaceia de todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor de influências pessoais e partidarismo faccioso, divorciada das realidades existentes. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agravava-os com dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas³⁴.

Estas críticas do próprio líder do governo à nova Constituição criada em 1934 nos dão indícios das motivações a serem criadas para a preparação, legitimação e consolidação do Estado Novo em 1934. Quando se fala em combate a subversão ou em ideologias exóticas, fica subjetiva no texto a divulgação do combate a qualquer ação, ideia ou corrente política divergente da atual, diga-se, neste caso e também no golpe de 1964, o fantasma do comunismo.

Sob esta justificativa, cria-se um estado de medo da ameaça que se avizinha legitimando ações repressivas e cerceamento de liberdades com o objetivo de se enfraquecer ou eliminar quaisquer movimentos políticos, culturais ou sociais de oposição, sejam estes de ordem comunista ou não.

³⁴VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**, Volume 8, José Olympio Editora, 1940. 2. P. 413

Aliado a todo este contexto que culmina com a imposição do Estado Novo, temos também as representações ideológicas que vão nortear o posicionamento de Vargas nos anos que se seguem após 1934. Como havia divisões partidárias favoráveis e contrárias a mudanças de poder, de um lado estavam os Constitucionalistas cheios de ideais liberais com eleições livres e plenas liberdades civis e de outro os Nacionalistas, voltados a uma “regeneração” nacional e modernização do país tendo como principais propositores os militares.

De acordo com Thomas E. Skidmore,

a doutrina tenentista era elitista e antipolítica. Esses ambiciosos oficiais jovens desejavam forçar o surgimento do Brasil como nação moderna, e acreditavam que isso poderia ser conduzido a curto prazo, só com um quadro de tecnocratas apolíticos, totalmente não comprometidos e dotados de um senso inflexível de missão nacional.(...) Esta foi a posição identificada com a sua ala mais militante que Vargas abraçou depois de 1937³⁵.

Ao observarmos este fato, é possível percebermos e justificarmos as ações de Getúlio em seu governo durante o Estado Novo, principalmente aquelas voltadas a questões culturais e patrimoniais e, especificamente, no que se refere a este trabalho, a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma vez que, neste período, o governo conduziu um projeto nacionalista, politicamente centralizador, unitário e antipartidarista.

Baseado nestas ideias de reconstrução nacional e modernização, o IPHAN surge como o construtor da memória brasileira para que se dê esta reconstrução nacional. O órgão vem a ser, desta forma, o instrumento da memória para que seja possível se formatar um modelo de nação nos moldes considerados ideais que esta elite desejava mostrar. Sendo esta uma das principais ações culturais do período e sendo o seu periódico a fonte principal desta pesquisa.

Dentro do contexto Varguista, a criação de um novo ideal de brasileiro passa pela área cultural e também pela propaganda produzida ao redor da manutenção do poder e da legitimação deste novo ideal de nação que se molda de acordo com padrões pré-estabelecidos por uma elite considerada intelectualizada à época e que ditava as normas e padrões considerados normais ou ideais à sociedade. Tem como resultante a criação de vários departamentos dentro do governo, sendo que, os mais característicos relacionados a cultura são o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), podendo estes serem considerados aliados ao sentido de o Estado Novo contar a sua versão da história do Brasil.

Segundo Néstor Garcia Canclini,

³⁵SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1934-1964)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Apresentação de: Francisco de Assis Barbosa. Tradução de: Ismênia Tunes Dantas.

[...] las industrias culturales han pasado a ser los actores predominantes en la comunicación social y en la constitución de la esfera pública. En la formación de las naciones, latinoamericanas la literatura, las artes visuales y la música proporcionaron los recursos culturales para las reflexiones fundacionales, la elaboración discursiva sobre lo que se llamaba “el ser nacional” y las imágenes que emblemizaban la identidad de cada nación.³⁶

Ao falar de indústrias culturais, Canclini nos leva a observar o embrião desta indústria e como o próprio autor diz, esta se desenvolve fortemente em períodos em que se constroem ou reconstroem os discursos sobre a nação, principalmente sobre o ser nacional. No artigo, o autor dá um panorama geral da América Latina, mas é possível transpor esta análise a uma perspectiva mais específica e observar que a indústria cultural tem grande relevância nos períodos aqui estudados no que se refere à manutenção e legitimação de poder e reconstrução dos ideais de nação condizentes com os grupos hegemonicamente vitoriosos oriundos das disputas de poder político, social e cultural semelhante ao que ocorreu no governo de Perón na Argentina, quando a propaganda política inundava os meios de comunicação, escolas e a maioria das ações culturais.

Assim, a cultura passa a ter um lugar de destaque e estratégico nas ações políticas e no desenvolvimento socioeconômico, deixando de ser algo somente relegado a livros e quadros como se pensava e passando a adentrar e influenciar aspectos íntimos da vida social passando a ser significativa no caminhar da nação. De forma semelhante, salvo particularidades do período, os processos de cuidado dado ao campo cultural e patrimonial se desenvolvem novamente durante o Regime Militar brasileiro, em uma nova conjuntura histórica, social, econômica e política.

Dentro da historiografia produzida no Brasil, existem várias discussões e correntes ideológicas que versam sobre os motivos e processos que levam ao golpe militar em 1964, a maioria delas girando em torno da influência da política dos Estados Unidos da América e das alegações de uma ameaça de tomada do país pelo Comunismo. Considerando o fato de o período de disputas entre EUA e URSS desenvolver-se sob a imagem de um conflito Comunismo x Capitalismo e do presidente João Goulart não esconder sua admiração pelos sistemas de governo chinês e russo, podemos pensar que a influência norte-americana se dá em virtude de se amealhar o Brasil ao lado Capitalista e junto a isso o presidente acaba por dar a mostra necessária para se produzir o fantasma do comunismo como uma ameaça iminente. Junte-se a isto a propaganda negativa produzida sobre a esquerda e distribuída em diversos lugares e temos constituída uma ameaça imaginária com provas de realidade.

Também, legitimando o apoio norte-americano ao golpe, temos o fato de o Brasil passar por um processo de transferência de padrões de influência cultural ideológica, no qual começamos a

³⁶CANCLINI, Néstor García. Industrias culturales y globalización: procesos de desarrollo e integración en América Latina. *Estudios Internacionales*, [s.l.], v. 33, n. 129, p.90-111, 26 jul. 2011. Universidad de Chile. p. 92.

deixar de lado a sociedade europeia como modelo de sociedade desenvolvida culturalmente. Passamos a tratar a sociedade estadunidense como padrão de desenvolvimento cultural, ocorrendo assim uma troca que vai facilitar a entrada da influência dos EUA na nossa sociedade, cultura e política, culminando com a chegada dos militares ao poder. A esta remodelagem de influências culturais que oscila entre EUA e Europa, Canclini chama de Binarismo maniqueísta, onde se produz a imagem de uma Europa ou EUA civilizadas e de uma América Latina bárbara, fato este que se constrói desde a colonização por conta da disparidade de forças entre estes locais e da violência da conquista, gerando esta imagem simplista e maniqueísta de “civilização x barbárie”³⁷.

Este binarismo vai se construir nas representações sobre o Brasil desde o período colonial e o que se observa nas ações políticas em prol da cultura e identidade. São ações com ênfase a destacar uma cultura europeia como nata, como memória de origem do brasileiro e posteriormente a adesão da cultura norte-americana junto a estes modelos, ainda que esta não apareça de forma relevante nos documentos do IPHAN analisados.

Com a propaganda da “ameaça” comunista aliada ao fato de o presidente Goulart nutrir apreço pelos regimes ditos de esquerda da URSS e da China e somado a isto as influências estadunidenses em prol do golpe, em 1964 é efetivada a tomada do poder pelos militares com a deposição de Jango e imediatamente as motivações para o golpe de contenção do comunismo e da corrupção no país e “retomada da democracia” são substituídas por alterações nas instituições nacionais através de decretos denominados Atos Institucionais.

Neste período temos oscilações quanto ao endurecimento do regime sendo que o momento se caracteriza mais por uma situação autoritária do que um regime exclusivamente ditatorial, uma vez que havia várias correntes ideológicas dentro das cúpulas militares e o poder destas vertentes variava constantemente. O que há de característico neste momento é o fim do populismo construído nos anos anteriores e o cerceamento do poder de manifestação das classes operárias, estudantes ou camponeses culminando também na extinção de organizações populares sociais e culturais.

Com esta situação, as classes mais abastadas são beneficiadas pelo regime e acabam por ser a referência também de idoneidade moral e de cultura nacional dando as características do que Canclini vai chamar de “el ser nacional”³⁸, fato este que vai resultar em ações de legitimação de uma identidade para o brasileiro, começando pela nova reconstrução da sua memória e pela exclusão de características consideradas desnecessárias, erradas ou inconvenientes ao que se pensa como cultura para o país. Para tanto, de acordo com Rezende:

³⁷CANCLINI, Néstor Garcia. **Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

³⁸CANCLINI, Néstor Garcia. **Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

o regime militar cavava reconhecimento para os seus propósitos buscando consubstancialidade entre os valores militares e os valores (ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina) que, segundo ele, eram socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira.³⁹

Esta característica pode ser transposta também ao período do Estado Novo ao compararmos as demandas contextuais e culturais ligadas a construção da identidade nacional e da legitimação das hegemonias de poder locais, favorecendo aos líderes de cada período uma versão própria da história e da memória da nação.

Quanto as ações políticas, nos idos de 1960, importantes transformações econômicas e sociais contribuem para alterar o quadro e as prioridades dadas pelo governo na área do patrimônio a ser tombado. O modelo de desenvolvimento seguido era o de base urbano-industrial, que destaca a cidade como bem de consumo para o bem de produção. Nas cidades e centros históricos, ocorre um intenso processo de urbanização: crescimento acelerado e pressão demográfica, metropolização de algumas regiões, implementação de indústrias em seus arredores e abertura de estradas (CORRÊA, 2012). Na área econômica, o referido período caracteriza-se pela proeminência do chamado “milagre econômico” presente no país entre os anos de 1969 e 1973, tendo se caracterizado por um crescimento econômico e baixas taxas de inflação.

Todo esse cenário resultou na preocupação em buscar uma conciliação entre o patrimônio e o desenvolvimento das cidades, considerando a contradição existente entre estes, tema que se apresentava naquele momento na pauta de debates.

Neste período, as políticas públicas levadas a cabo pelo IPHAN (agora IPHAN) e por outros órgãos formuladores de diretrizes relacionadas à proteção do patrimônio, como a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR), visaram, pois, conciliar o desenvolvimento das regiões com a preservação dos valores tradicionais. O ponto-chave era examinar que, se por um lado, tais fatores poderiam ser positivos para o enriquecimento e desenvolvimento das regiões, por outro poderiam representar graves riscos ao patrimônio. No Brasil, destaca-se a criação, em 1966, do Conselho Federal de Cultura no processo de formulação deste ideário. Chama-se atenção aqui que estiveram presentes na reunião questões como a de preservação de sítios históricos ou de conjuntos arquitetônicos – e não apenas edificações isoladas como pontos de pauta na arena.⁴⁰

Nessa visão, os gestores da Instituição observavam, de um lado, a existência de um país novo, próspero, em constante transformação; dotado, enfim, de imensos recursos potenciais e culturais,

³⁹REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão, Pretensão e Legitimidade (1964-1984)**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013. p. 3.

⁴⁰CALABRE, Lia. Políticas e Conselhos: um estudo do Conselho Federal de Cultura. In: CALABRE, Lia. *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Volume II, Rio de Janeiro, Edições Casa de Rio Barbosa, 2008.

com uma população em rápida expansão e uma cultura original e vigorosa; e, de outro, uma sociedade velha, miserável, imóvel. Mantendo por toda parte o estreito contato, esses dois brasis, tão diferentes, nestas discussões e, seguindo as tendências do governo no período, deveriam estar unidos pelo mesmo sentimento nacional.

Neste sentido, o IPHAN aparece como mediador do conflito antigo x novo, demonstrando preocupações com a preservação do patrimônio histórico nacional, mas também buscando alternativas para conciliar a preservação com o desenvolvimento do modelo urbano. Mesmo que neste período, a gestão dos recursos do patrimônio seja distribuída por um número maior de órgãos e consequentemente diminuída para o IPHAN. Fator que possivelmente afeta a produção da Revista do Patrimônio que tem pouquíssimas publicações nos anos da ditadura militar.

1.3 PROPAGANDA, PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE.

Dentro destes contextos considerados de exceção surgem, aliadas a estas ações no âmbito político (legislação e políticas governamentais), elementos que vêm em busca de uma legitimidade do regime vigente, isso supondo que, de acordo com Rezende, o regime militar não possui qualquer elemento que possa defini-lo como democrático ou possuidor de legitimidade democrática⁴¹.

Nesta perspectiva, a autora fala do regime militar iniciado em 1964 no Brasil, porém, a busca pela legitimidade ocorre também dentro do Estado Novo, uma vez que ambos foram iniciados e tiveram seus governantes lá colocados sem concordância com as legislações e condições vigentes. Esta pretensão de legitimidade é característica de todos os tipos de regime, mas, por serem considerados períodos de exceção, as ditaduras têm isto como uma característica mais evidente pelas ações que tomam, vislumbrando a legitimação de seus governos e ideais, empenhando-se, desta forma, em encontrar meios de alcançar reconhecimento e aceitação de seus projetos de sociedade dentro de todos os segmentos sociais. Nesta busca pela legitimidade do poder, acabam entrando no embate questões referentes a identidade, cultura, patrimônio e tradição aliadas a uma indústria de propaganda que vai amealhar todos estes campos em prol da manutenção do status político desejado.

Nos contextos históricos, brasileiros citados anteriormente ficam característicos usos da força política em busca da criação e manutenção de uma nova identidade, novos parâmetros e características para a criação de uma unidade nacional e legitimação do processo de tomada e

⁴¹REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão, Pretensão e Legitimidade (1964-1984)**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013. p. 1.

manutenção do poder no país. A partir desta ideia, temos em Carl Schmitt e Giorgio Agambem as características da busca pela legitimidade⁴², onde há o caráter de necessidade de legitimação destes regimes e o caráter decisionista de seus governantes, que, de acordo com Schmitt,⁴³ é aquele que decide sobre o estado de exceção.

Temos nestes autores os orientadores intelectuais e o fator legitimador para as ações dos governos, tanto no Estado Novo quanto no Regime Militar e, através da indústria de propaganda e das políticas públicas de educação, cultura e patrimônio, é possível ter o caráter de legitimação, necessidade e justificação das decisões arbitrárias que vão tentar amealhar o reconhecimento e aceitação da maioria dos setores da sociedade.

Nas situações analisadas dentro do recorte temporal escolhido, com ações em prol da afirmação e legitimidade de determinadas culturas e, conseqüentemente, de determinados patrimônios que dão ênfase a estas culturas, subjetivamente temos um movimento que vai selecionar e valorizar certos grupos sociais em detrimento de outros tentando colocá-los em evidência sobrepondo e por vezes escondendo tradições consideradas inadequadas ou desnecessárias.

De acordo com Catela,

[...] o significado não é só aquilo que é lembrado, mas também o que se silencia, a eficácia do “não dito”. Não é tudo que pode ser motivo de comemoração. São justamente estes silêncios oficiais que variam e definem o que é aquilo que se pode comemorar em “nome da nação” e aquilo que não entra na couraça de símbolos e ritos.⁴⁴

Quando nos dispusemos a analisar uma fonte tal qual é a revista publicada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além de serem observadas as presenças culturais dentro da revista, explicitadas através de seus artigos, também notamos a ausência de extratos significativos de componentes da sociedade brasileira. Estas ausências nos revelam mais do que um novo sentido e significados de nação que se quer construir. Estas ausências vêm mostrar também o Brasil que não é visto nos documentos e instituições cuja responsabilidade é contar a história do país.

Tanto no Regime Militar quanto no Estado Novo, as ações em prol da cultura se mantêm no nível de afirmação de características consideradas ideais para representação da nação. Segundo Gonçalves, o patrimônio não é utilizado apenas para simbolizar, representar ou comunicar. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas e influência nas concepções de identidade e sociedade uma vez que,

⁴²AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004

⁴³SCHMITT, Carl. **Teologia política**. 8. ed., Madrid: Editorial Trotta, 2009.

⁴⁴CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-Limite e Memória**: A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2001. p. 206

como tantos outros, o patrimônio é um campo com regras próprias, valores e distinções específicas, os campos seriam espaços interacionados e privilegiados para a construção de representações⁴⁵.

Nesse sentido, as disputas simbólicas entre as diferentes classes e grupos lhes seriam inerentes na busca pela construção de versões hegemônicas das experiências histórico-culturais, tendo o patrimônio o poder legitimador necessário para, como discurso, constituir-se em uma ferramenta de embasamento de identidades de sociedades e indivíduos, principalmente em contextos de reformulação dos ideais de nação. O patrimônio histórico se configura em um poderoso elemento de construção identitária, facilitando o trabalho de se evidenciar o considerado oficial, correto e legítimo e sobrepujando, escondendo ou cobrindo (por vezes literalmente) tudo o que está fora dos padrões tidos como normais ou ideais.

Para que se efetivem estas ideias acerca da identidade e cultura nacionais ideais e também para legitimar a hegemonia do discurso político identitário, o proponente ou idealizador necessita de reconhecimento advindo do ponto de vista social. Desta forma, é necessária a criação de elementos subordinados à hegemonia social e ao governo político. Nestes termos são importantes aparatos subordinados de acordo com as ponderações de Gramsci:

1) ao consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) ao aparelho de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo.⁴⁶

Com base na reflexão de Gramsci, observa-se a necessidade de dois elementos para legitimação de hegemonias: o consenso e a coerção. O primeiro, no sentido de obter aprovação e apoio das classes e grupos subalternos que não fazem parte de uma elite hegemonicamente dominante; e, o segundo, com função de assegurar a coesão através de força legal, discursiva ou ideológica dos grupos que não consentem, mas que se mostram como antagonicos dentro de cada contexto social e histórico.

Este antagonismo entre os discursos hegemônicos e aqueles que tentam se erguer dentro de condições determinadas, permite tratar a definição de patrimônio como um campo de disputas, como um termo gerador de tensões entre os diversos discursos que tentam se sobressair nesta disputa pela hegemonia de seu discurso, considerando que as questões identitárias só se tornam uma questão

⁴⁵GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 24.

⁴⁶GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. Princípio educativo. Jornalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. p. 21.

importante, seja para o governo, seja para o povo, quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.⁴⁷

No contexto do Estado Novo, apesar da proclamação da república, em 1891, não há o elemento da crise, mas este pode ser substituído pelo fator da inexistência de uma identidade nacional estruturada que também gera a experiência da dúvida e da incerteza por não haver uma âncora identitária que construa uma homogeneidade nacional.

Foi por meio da necessidade de definir uma identidade nacional única e fortalecer as políticas nacionalistas que o governo criou o IPHAN. Então, além da legislação voltada para a preservação do patrimônio histórico e cultural, foi criado um órgão para regulamentar estas questões. E é neste meio que se insere a motivação desta investigação, é onde se mostra a importância desta análise visto que tanto o órgão como a revista publicada por ele são elementos desenvolvidos em meio a um governo nacionalista e ditatorial, tal qual é o governo Vargas, e visto também que as questões referentes ao patrimônio são retomadas com força novamente dentro do regime militar com a criação das Diretrizes Nacionais de cultura, tendo foco na preservação e na divulgação das manifestações culturais. Assim, torna-se importante evidenciar quais são os discursos predominantes nas revistas relacionando-os aos contextos históricos escolhidos, para que se tenha clareza e justiça quanto a leitura destes textos e ao seu papel no caminhar da história do Brasil.

Por este viés, considerando-se que as políticas públicas são produtos de um contexto de influências, então, conseqüentemente, os conceitos utilizados nos textos serão também gerados dentro deste meio. Nesses contextos de influências (Estado Novo e Regime Militar), nos quais entram em conflito forças antagônicas em busca de hegemonia, responder a questão, quais as representações históricas e identitárias são construídas com uso do patrimônio pela Revista do IPHAN, vai elucidar de que maneira a revista do patrimônio histórico nacional publicada pelo IPHAN vai (re)produzir os conceitos de patrimônio. Isso porque, em termos de construção identitária para formação do nacional, as bases históricas formativas da identidade se alteram por conta da mudança do contexto histórico que apresenta demandas diferenciadas, ou seja, o objetivo para ambos os períodos ainda é a identidade e unidade nacional, mas as bases para tal são modificadas.

Dentro destes momentos históricos e políticos, foram muitos os dispositivos acionados por diferentes governos para levar a sociedade ao imaginário moderno que, em nome da produção da memória nacional, pautaram suas ações em propósitos e estratégias articulados que protagonizaram uma narrativa totalizadora de povo enquanto unidade, como sujeito da nação. Os rumos tomados pelas políticas culturais no Brasil fazem perceber como a tentativa de produzir uma memória

⁴⁷MERCER, K. **Welcome to the jungle**. In Rutherford, J. (org) *Identity*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990. p. 43

nacional que servisse aos interesses legitimadores do regime imposto por Getúlio Vargas, bem como pela Ditadura Militar que adentra a cena nacional em 1964, estiveram voltados a esse princípio.

O itinerário das políticas culturais brasileiras nos mostra ações de preservação deflagradas pelo ministro Gustavo Capanema, ao qual estava subordinado o setor nacional da cultura durante o governo Getúlio Vargas e teve nas políticas para o patrimônio o seu nascimento. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é um órgão que foi criado logo no início do Estado Novo pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 com o objetivo de conduzir as políticas de patrimônio que visavam à (re)formulação da memória nacional por meio da preservação e da conservação do patrimônio material, utilizando-se da prática do tombamento como instrumento central da política de preservação. Para esse fim, foram criados quatro livros de tomo para a inscrição dos bens materiais, são eles: Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Tombo Histórico; Tombo das Belas Artes e Tombo das Artes Aplicadas.

O tombamento tem como principal objetivo a adequação de propriedade à função social. Por meio desse instrumento legal o Poder Público, no plano federal, declara quais bens culturais de natureza material são portadores de características especiais, merecedores de serem preservados em detrimento de outros e que atendem aos interesses e demandas culturais da nação⁴⁸, ou seja, os bens culturais acabam por desempenhar uma função política e cultural enquanto que elementos reconhecidamente necessários para a civilização e cultura dos povos, são basicamente elementos complementares das identidades. Assim, ainda que de forma seletiva, o patrimônio histórico transforma-se em garantia de legitimidade e sobrevivência cultural dos povos por ser produto e testemunho de suas vidas.

Percebe-se neste momento que é criado o órgão oficial considerado legítimo, autêntico e capacitado para definir quem é o brasileiro, como se constitui historicamente e quais são as suas bases identitárias. Para além disso, é possível tecer algumas considerações iniciais sobre as ações políticas no campo do patrimônio, efetivadas no Brasil. Inicialmente, percebemos um alto nível de descontinuidade das ações, sendo que em alguns casos a política acaba não chegando nem mesmo ao nível de aprovação, sendo abandonada ou deixada de lado antes disso.

Dentro deste quesito de descontinuidade, observa-se que os grandes picos de ações em prol do patrimônio se dão nos dois regimes estudados aqui, que se caracterizam por políticas de fortalecimento de uma unidade nacional onde são necessárias revisões e reconstruções de bases identitárias comuns a toda a nação. Assim, ainda que este não seja seu objetivo, podemos pensar o IPHAN como complementaridade do IHGB no qual, enquanto um se encarrega de escrever a história

⁴⁸CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Patrimônio cultural: proteção legal e constitucional**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

do Brasil tendo como foco o resgate de documentação escrita, o outro empenha-se na tarefa de dar ao brasileiro as imagens para fortalecer a “memória oficial”, origens que vão embasar a identidade do brasileiro.

Sobretudo, podemos perceber mudanças constantes quanto à intervenção estatal no campo do patrimônio onde estas são mais constantes e efetivas em contextos de reformulação ou fortalecimento identitário, caso dos períodos aqui estudados quando as intervenções no campo patrimonial se configuram numa ferramenta para que os indivíduos se apropriem dos novos referenciais históricos considerados legítimos, oficiais e verdadeiros para a formação da identidade nacional. Nestes termos, podemos conduzir as pesquisas sobre a temática do patrimônio como um campo de disputa. Um campo de conflito de identidades, ideologias, culturas e, acima de tudo, uma área para a qual convergem e se chocam interesses hegemônicos nos quais acabam se sobressaindo os grupos com maior poder de legitimação de discurso. Neste certame aparecem ações que acabam por configurar-se em ferramentas de divulgação, imposição e validação de discursos hegemônicos em cada composição sócio-histórica-específica.

2 A REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.⁴⁹

Como o que conseguimos através da pesquisa em periódicos são representações de uma realidade, Le Goff, citado acima, nos adverte quanto aos cuidados a serem tomados com o uso de periódicos para pesquisa histórica e nos leva a pensar para além do periódico. Além do artigo escrito nas páginas de uma revista, devemos considerar aqui que, temos um indivíduo carregado de influências, tendências e leituras que se encarregou de escrever cada texto publicado. Assim, além do artigo, temos também um autor que está ligado a uma classe social e a um momento histórico que vai produzir uma representação particular dentre tantas outras possíveis.

A partir disso, pode-se perceber que os periódicos se constituem em uma valiosa fonte histórica ao se considerar que são produzidos dentro de uma conjuntura histórica e acabam por ser um receptáculo de ideias, ideais e tendências históricas, sociais e políticas dos grupos que produziam cada periódico em sua respectiva época. Na análise dos cotidianos e de suas transformações, dos interesses e do imaginário de determinada sociedade, o periódico não deixa a desejar perante outras fontes da mesma época. Mas claro que a eficiência máxima destes documentos só pode ser atingida no momento em que há um questionamento, uma dúvida.

Podemos considerar inicialmente o trabalho do editor de determinado periódico. No caminho que toma esta pesquisa, o editor apresenta-se como um indivíduo atuante na produção de bens simbólicos dotados de prestígio suficiente para serem imbuídos de uma missão social. No caso das revistas do IPHAN, esta missão, que era também a do órgão, é a de construir a história do Brasil de maneira a civilizá-lo, sendo a Revista um dos meios difusores desta memória reconstruída.

Buscando atender a estas necessidades, faz-se necessário entender como Rodrigo Melo Franco de Andrade se constitui Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, principalmente, como este se torna também o diretor da revista aqui exposta.

2.1 RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE: O DIRETOR E SUA REVISTA.

⁴⁹LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 548

Antes de falarmos especificamente da revista aqui estudada, cabe dirigirmos um olhar especial sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade, uma vez que, além de diretor do IPHAN desde a fundação do órgão em 1937 até 1966, quando é substituído por Renato Soeiro, ele é também idealizador do Decreto Lei nº 25 de 1937. Este decreto é a primeira norma jurídica que trata objetivamente sobre patrimônio, faz referência acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade e dá a definição acerca do que é o patrimônio histórico e artístico da União, assim balizando legalmente a atuação do IPHAN. Desta forma, Rodrigo de Melo não é só o primeiro diretor da instituição, mas também o idealizador dela com apoio de Mario de Andrade e conseqüentemente, dados os escassos recursos humanos destinados ao órgão, acaba atuando como editor e idealizador também da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Neste momento, a trajetória do IPHAN e da vida de Rodrigo de Melo se entrelaçam e então se condensa na mesma pessoa a figura do diretor do IPHAN e do editor da revista, sendo pertinente ressaltar as condições que levam este indivíduo, personagem fundamental para a estruturação do Serviço, a assumir e acumular tais funções.

Antes de assumir a direção do IPHAN, Rodrigo tem uma trajetória de vida ligada às chamadas elites intelectuais brasileiras da época. Sendo filho de professor universitário que acumulava função no governo federal, integra família nobre e letrada de Minas Gerais. Isso possibilita sua mudança para a França aos 12 anos de idade para estudar e, neste período, começa a manter convívio com personagens da sociedade política brasileira. Contatos estes que se ampliam na sua volta ao Brasil com suas constantes mudanças de residência entre Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Dentre as personalidades das quais Rodrigo se aproximou neste período, podemos mencionar Carlos Drummond de Andrade e Oswald de Andrade.

Durante a sua vida, Rodrigo Melo Franco de Andrade assume algumas responsabilidades que o ligam ao trabalho com periódicos. Cabe menção aqui as suas contribuições com o jornal *O Dia* em 1921 e a direção de *O Jornal* entre 1928 e 1930. Ainda aumentando sua experiência de trabalho com periódicos, revistas e afins, ele passa pela direção da *Revista do Brasil* e, no mesmo período, aliado às atividades de advocacia que exercia, faz regulares contribuições para outras publicações como *A Manhã*, *Diário da Noite*, *O Estado de São Paulo*, *O Cruzeiro*, *Diário Carioca* e *Módulo*. Finalmente, pouco antes de assumir a direção do IPHAN, Rodrigo ocupa o cargo de chefe de gabinete de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública⁵⁰.

Neste momento reaparece a figura de Mario de Andrade que havia criado o projeto de funcionamento da instituição voltada à proteção do patrimônio histórico nacional. Apesar de não se

⁵⁰MARINHO, Teresinha. Notícia Biográfica. In: **Rodrigo e seus tempos**: coletânea de textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

ter seguido o modelo descrito por ele na íntegra, Mario de Andrade vai ter atuação extremamente importante e influente frente a criação e andamento do IPHAN. O primeiro fato ocorrido que vai demonstrar esta influência é a escolha de Rodrigo M. F. de Andrade para a direção que se dá por indicação de Mario de Andrade e Manuel Bandeira também e, em segundo lugar, podemos ressaltar o fato de que Mario de Andrade vai ocupar o posto de assistente técnico do IPHAN em São Paulo, redigindo o primeiro relatório da 6ª região que teve todos os 24 bens relatados tombados⁵¹.

Por estas ocorrências podemos considerar que Mario de Andrade se mantém ativo em suas preocupações com o patrimônio histórico nacional. Além de influir na indicação do primeiro diretor do Serviço, vai colaborar com nada menos que 24 bens tombados já no primeiro relatório. E destes, vão resultar temas de artigos já na primeira e segunda revistas publicadas.

Além da criação do anteprojeto de lei, cabe aqui mencionar que Mario de Andrade atuou em outras frentes na sua preocupação com o patrimônio nacional. Em sua obra “Macunaíma”, Mario de Andrade já demonstra suas preocupações com uma identidade nacional inexistente ou desconhecida e que esta devia ser criada ou reconhecida. Tarefa que o autor achava necessária e em sua obra tentou dar uma contribuição útil. Desse modo, concatenava-se o problema do caráter nacional com as noções de sacrifício, obra de circunstância e papel do intelectual. O desdobramento pragmático da ideia de Mário pode ser reconhecido na criação do Departamento de Cultura de São Paulo e posteriormente, como já foi mencionado, na criação do IPHAN, que tem como influenciador o seu anteprojeto.

Estas preocupações com uma identidade nacional também se desdobram em ações suas pressionando ações referentes a oficialização do IPHAN e início rápido de seus trabalhos. Fato este que pode ser mostrado através da correspondência que Mario De Andrade trocava com Rodrigo, exigindo constantemente atualizações sobre o andamento do processo de criação do IPHAN, conforme o trecho seguinte:

Rodrigo [...] peço com urgência a você me mandar dizer qual a situação federal e legal do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que você dirige. É lei? O que é? Já tem Regulamento? Qual? Enfim me mandar a lei, o ato, a decisão oficial do Ministério, enfim o que houver. E se já tem Regulamento, mandar também. Se trata do seguinte, o Estado vai criar aqui organismo mais ou menos idêntico, a instâncias minhas, e de acordo com o meu projeto: e o deputado encarregado do projeto de lei tem de articular nosso serviço com o de você.⁵²

Além de mostrar a preocupação de Mario de Andrade com o início das atividades do IPHAN, ocorre também que deixa clara as intenções do mesmo de trabalhar por meio do organismo de

⁵¹ANDRADE, Mario. 1º Relatório de Bens Tombados da 6ª Região do SPHAN (1937). In: **Cartas de Trabalho: Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade**, p. 81-105. Brasília, 1981.

⁵²ANDRADE, Mario **Cartas de Trabalho: Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade**, p. 70. Brasília, 1981.

patrimônio que o estado de São Paulo tencionava criar em parceria com o Serviço. Fato que se mostra verdadeiro ao vermos a quantidade de bens relatados por Mario de Andrade ao IPHAN, que são tombados na sua totalidade como citado anteriormente. Esta parceria ainda se consolida com o fato de Mario de Andrade sair do Departamento de Cultura e compor os quadros do IPHAN junto a Rodrigo de Melo.

Com o início de seus trabalhos, após assumir a direção do IPHAN,

Rodrigo direciona suas manifestações criadoras e produtivas no sentido de proteger os bens patrimoniais do país, implantando um órgão para esse fim, redigindo uma legislação específica, preparando técnicos, executando trabalhos na área, empreendendo disputas judiciais, lutando pela sobrevivência da repartição junto a políticos e governantes, patrocinando o surgimento de uma consciência nacional de preservação e divulgando, no Brasil e no exterior, o que o 'seu' Serviço fazia.⁵³

Além de constatarmos a dedicação de Rodrigo a frente do IPHAN, podemos perceber que o personagem editor da Revista se constitui muito antes de assumir o posto de diretor. A vida profissional de Rodrigo o liga direta ou indiretamente ao trabalho com diversos tipos de periódicos. Além de assumir esta função, é importante notar que ele mesmo se encarrega de preparar os técnicos e redigir a legislação que rege o órgão e seus trabalhos. Legislação esta que se constitui no Decreto Lei nº 25 de 1937.

Além disso, a pesquisa de Cíntia Mayumi de Carli Silva, que estuda a Revista no âmbito do editor, dos autores e dos temas dos artigos, afirma que Rodrigo organizou uma equipe de pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, restauradores, conservadores, mestres-de-obras. Uma de suas marcas era o profundo acompanhamento pessoal de todas as atividades do Serviço: os tombamentos, estudos, restaurações, elaborações de políticas públicas, divulgação e respostas à imprensa, acompanhamentos das atividades regionais, contratação e cobrança de serviços etc. Dentro dessa ampla gama de ações comandadas pelo diretor do IPHAN, havia ainda a elaboração de publicações.

Levando em conta a afirmação de Marinho aliada ao fato de que Rodrigo é indicado por Mario de Andrade e Manuel Bandeira centralizando e supervisionando as ações do IPHAN, principalmente referentes a revista, podemos considerar que há uma grande influência na seleção dos autores, artigos e, conseqüentemente, na definição do periódico acerca do que é o patrimônio histórico nacional.

⁵³MARINHO, Teresinha. Notícia Biográfica. In: **Rodrigo e seus tempos**: coletânea de textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 19.

Ao analisarmos a atuação de Rodrigo frente ao IPHAN, percebemos que este acaba por ser participante importante do processo de criação de *bens simbólicos*, que tem no Serviço e na Revista as ferramentas que lhes possibilitam a autonomia necessária para definir e legitimar os bens e seu valor histórico e cultural. Nesse sentido, Bourdieu diz,

Pode-se medir o grau de autonomia de um campo de produção erudita com base no poder que dispõe para definir as normas de sua produção, os critérios de avaliação de seus produtos e, portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento.⁵⁴

Assim, utilizando-nos dos critérios apontados por Bourdieu, percebemos o alto grau de autonomia retido pelo IPHAN para executar a tarefa que lhe era imbuída e reproduzida na figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Um diretor indicado por pessoas influentes que centraliza a tarefa de selecionar e treinar indivíduos para trabalhar na instituição, abraça a função de editor da revista, tendo também livre caminho para selecionar e indicar temas, artigos e autores e, finalmente, toma para si a responsabilidade de “forjar” uma consciência patrimonial à sociedade. Aí temos um pouco do que significou a revista aqui estudada. Sendo ela um instrumento de divulgação de um órgão altamente autônomo, dirigido por um indivíduo dotado de tamanho poder dentro da esfera político-cultural, podemos entendê-la como um dos braços mais fortes no processo de construção da memória considerada oficial do brasileiro e, também, conforme já analisou Marcia Chuva, a função subjetiva abraçada pelo órgão acaba por ser a de “civilizar” o Brasil.

Desta maneira, a revista acaba por ser o difusor desta imagem de civilização, uma vez que, se encarrega de divulgar tudo que é autonomamente selecionado como bem patrimonial histórico *digno* de constituir a história e a memória da nação brasileira. Desta forma podemos considerar a instituição, seu diretor e a revista como autônomos e com poder de influenciar as construções históricas acerca da identidade nacional, porém, autonomia esta relativa, uma vez que a mesma só ocorria ao respeitar padrões e tendências político culturais determinadas pelo Estado.

⁵⁴BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas**. (org. Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974. Pp. 99-181. p. 106.

2.2 REVISTAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE DE QUEM, PARA QUÊ?

A Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional surgiu logo após a criação do IPHAN. Durante muitos anos, foram publicados artigos e ensaios sobre o patrimônio nacional, arte e história, com a colaboração de inúmeros especialistas pertencentes aos quadros do IPHAN e de outras instituições conforme observaremos adiante. Inicialmente a revista foi idealizada com periodicidade semestral, porém, passou a ser lançada anualmente e por várias vezes o ano constante na capa da revista não correspondia ao real ano de lançamento da mesma. Suspensa durante alguns anos, a Revista voltou a circular nos anos 1980 com novo formato e ampliado, mas manteve orientação semelhante, com a publicação de temas diversificados.

A revista, como vimos anteriormente, já era prevista no Anteprojeto de Mario de Andrade. Em seu texto, que seria o documento organizador da instituição de proteção do patrimônio histórico nacional, o autor afirma que,

A revista é indispensável como meio de propaganda, e força cultural. Nela serão gradativamente reproduzidas também as obras de arte pertencentes ao patrimônio artístico nacional. Nelas serão publicados os estudos técnicos, as críticas especializadas, as pesquisas estéticas, e todo material folclórico do país.⁵⁵

Já neste momento, é explicitada a importância da revista e a função de divulgação das atividades do IPHAN e, quando o autor fala de “força cultural”, podemos pensar a revista sob duas perspectivas que se entrecruzam. De um lado é possível ver a revista como um instrumento de divulgação e valorização da cultura nacional e de outro, a força cultural da revista pode ser pensada como uma maneira de legitimação de uma cultura dominante e elitizada selecionada e afirmada por grupos de intelectuais que compõem as instituições governamentais, ou seja, a revista confirmaria ideais identitários para a nação.

Ao analisarmos o fragmento do anteprojeto de Mario de Andrade nos permitimos ir além da força cultural que o autor atribui a revista. Podemos pensar esta publicação como uma ferramenta de *poder cultural*. Para tal afirmação, pensamos o conceito de forma a analisar as questões referentes ao poder. Bourdieu, em seu compromisso de revelar os meios subjetivos de dominação de classes nas sociedades capitalistas, afirma que a classe dominante não domina completamente e não força seus dominados a se conformarem com a situação.⁵⁶

⁵⁵ANDRADE, Mario. Anteprojeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: **Cartas de Trabalho: Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade**, p. 39-54. Brasília, 1981. p. 45.

⁵⁶BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Nestes termos, o autor então defende a existência de um poder simbólico frente ao qual, as classes dominantes são donatárias de um capital simbólico que é reproduzido e difundido por instituições e suas práticas frente a sociedade por meio das quais as classes dominantes exercem seu poder que, como mencionado, só pode ser feito através de mecanismos de coerção e coesão para obter-se a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos.

Ao pensarmos neste sentido, a instituição IPHAN e a revista publicada com tanta ansiedade constituem-se em ferramentas de legitimação cultural e identitária, uma vez que se conforma nos meios subjetivos com que os dominantes conseguem a manutenção de sua condição frente aos dominados. Neste caso, através das instituições e ações voltadas ao patrimônio histórico, consegue-se construir uma memória oficial que vai “forjar” a identidade nacional e também difundir e legitimar esta versão produzida pelas classes dominantes em cada período. Através deste complexo aparato, consegue-se a coesão de maneira pacífica e voluntária e a coerção de maneira subjetiva e inconsciente configurando-se assim um aparato hegemônico que, de acordo com Antônio Gramsci, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento⁵⁷. Assim, a revista se configura num elemento imbuído de poder cultural que trabalha em favor da criação e manutenção deste aparato hegemônico, agindo de maneira coesiva e coercitiva em favor da legitimação deste ideal de nação que se projetava para a nação.

Ao aliarmos o contexto em que a revista é lançada inicialmente à ênfase com que é produzida, o destaque dado a ela por Mario de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, torna possível sim, pensar o periódico como uma ferramenta de força cultural. Como uma aparato, Junto a instituição que a produz, que (re)inventa, legitima e distribui a identidade nacional.

Sem considerarmos ainda os artigos na sua íntegra, as publicações da revista ocorrem conforme expõe a seguir o quadro 2:

⁵⁷GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalistas. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. P. 320

Quadro 2 – Revistas publicadas, presidentes do Brasil e diretores do IPHAN.

PUBLICAÇÕES, PRESIDENTES E DIRETORES.			
NÚMERO	ANO	PRESIDENTE	DIRETOR DO SPHAN/IPHAN
1	1937	GETÚLIO VARGAS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
2	1938	GETÚLIO VARGAS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
3	1939	GETÚLIO VARGAS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
4	1940	GETÚLIO VARGAS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
5	1941	GETÚLIO VARGAS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
6	1942	GETÚLIO VARGAS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
7	1943	GETÚLIO VARGAS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
8	1944	GETÚLIO VARGAS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
9	1945	GETÚLIO VARGAS/JOSÉ LINHARES	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
10	1946	JOSÉ LINHARES/EURICO GASPAR DUTRA	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
11	1947	EURICO GASPAR DUTRA	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1948	EURICO GASPAR DUTRA	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1949	EURICO GASPAR DUTRA	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1950	EURICO GASPAR DUTRA	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1951	GETÚLIO VARGAS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1952	GETÚLIO VARGAS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1953	GETÚLIO VARGAS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE

SEM EDIÇÃO	1954	GETÚLIO VARGAS/JOÃO CAFÉ FILHO	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
12	1955	JOÃO CAFÉ FILHO/CARLOS COIMBRA DA LUZ/NEREU DE OLIVEIRA RAMOS	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
13	1956	JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1957	JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1958	JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
14	1959	JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1960	JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
15	1961	JÂNIO DA SILVA QUADROS/PASCOAL RAINIERI MAZZILLI/JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1962	JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1963	JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1964	JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART / PASCOAL RAINIERI MAZZILLI /HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1965	HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1966	HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO	RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE
SEM EDIÇÃO	1967	HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO /ARTUR DA COSTA E SILVA	RENATO SOEIRO
16	1968	ARTUR DA COSTA E SILVA	RENATO SOEIRO
17	1969	ARTUR DA COSTA E SILVA/JUNTA MILITAR/EMILIO GARRASTAZU MÉDICI	RENATO SOEIRO
SEM EDIÇÃO	1970	EMILIO GARRASTAZU MÉDICI	RENATO SOEIRO
SEM EDIÇÃO	1971	EMILIO GARRASTAZU MÉDICI	RENATO SOEIRO
SEM EDIÇÃO	1972	EMILIO GARRASTAZU MÉDICI	RENATO SOEIRO

SEM EDIÇÃO	1973	EMILIO GARRASTAZU MÉDICI	RENATO SOEIRO
SEM EDIÇÃO	1974	EMILIO GARRASTAZU MÉDICI/ERNESTO GEISEL	RENATO SOEIRO
SEM EDIÇÃO	1975	ERNESTO GEISEL	RENATO SOEIRO
SEM EDIÇÃO	1976	ERNESTO GEISEL	RENATO SOEIRO
SEM EDIÇÃO	1977	ERNESTO GEISEL	RENATO SOEIRO
18	1978	ERNESTO GEISEL	RENATO SOEIRO
SEM EDIÇÃO	1979	ERNESTO GEISEL/JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	RENATO SOEIRO
SEM EDIÇÃO	1980	JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	ALOÍSIO SÉRGIO MAGALHÃES
SEM EDIÇÃO	1981	JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	ALOÍSIO SÉRGIO MAGALHÃES
SEM EDIÇÃO	1982	JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	ALOÍSIO SÉRGIO MAGALHÃES
SEM EDIÇÃO	1983	JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	IRAPOAN CAVALCANTI DE LYRA
19/20	1984	JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	IRAPOAN CAVALCANTI DE LYRA

Fonte: O autor (2017)

Nota: Elaborado a partir de: IPHAN/IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. IPHAN/IPHAN, nº 1 a 20 e IPHAN. Relatório de atividades do Iphan 2003/2004.

Neste quadro, é perceptível que o período de maior regularidade da revista se dá durante o governo Vargas até dois anos após o fim do Estado Novo sendo que, é a única vez na trajetória da revista que as publicações acompanham todo um momento histórico. Se olharmos as mudanças no governo apresentadas no quadro, podemos interpretar que a frequência da revista é maior em momentos de estabilidade governamental. Indo além, a frequência da revista reproduz o caráter de descontinuidade de várias ações políticas no Brasil nos mais variados campos, tais como educação, saúde, economia e, neste caso, cultura e patrimônio. O mesmo não se reproduz quando pensamos a direção do IPHAN, onde, no período de 1937 até 1984, temos apenas 4 diretores.

Ao observarmos os períodos em que a revista para de ser produzida, o quadro mostra que correspondem a momentos de frequentes mudanças nas lideranças governamentais. Por exemplo, entre os anos de 1962 e 1967, período mais longo no hiato de produção da revista, temos na

presidência do Brasil nada menos do que nove presidentes, o que deixa mais evidente a relação entre os investimentos em cultura e patrimônio com a estabilidade governamental.

Esta relação da manutenção da presidência com a produção da revista se mantém até a segunda conjuntura da análise deste estudo, o regime militar, quando há uma inversão nestas questões. Apesar de haver frequentes mudanças na presidência, é um momento que perdura por vinte anos e são produzidas somente cinco revistas, ou seja, apesar de um endurecimento das políticas governamentais, há um desinteresse pelo IPHAN, renomeado em 1970 para IPHAN, e conseqüentemente pela publicação da revista. O que se mantém no período é a alternância frequente da presidência como era no período democrático de 1946 até o golpe de 1964. Por fim, em 1984, após mais um dos períodos nulos da revista, não só ela é retomada mas, como veremos, ela é totalmente repaginada desde o seu design até as abordagens do periódico.

Ainda podemos considerar aqui, a produção da revista com as políticas de patrimônio e cultura desenvolvidas no país nestes períodos em que há o que podemos chamar de desinteresse pela publicação do periódico. No período da redemocratização, após o Estado Novo, entre os anos de 1945 e 1964, o baixo número de publicações da Revista do IPHAN se deve ao fato de que o desenvolvimento da área cultural se deu no âmbito da iniciativa privada. Salvo o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde (MES) em Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Estado não promoveu ações diretas de grande vulto no campo da cultura. Isto provavelmente refletiu nas publicações da revista que foi mínima neste período.

Após este período, durante o regime militar, o reduzido trabalho de publicação da revista pode ser justificado pelos limites impostos pelo Estado, que, com sua política econômica de modernização e progresso e sua política cultural orgânica, forneceram poucas chances para as práticas de agentes cujo discurso pretendeu reorganizar o campo do patrimônio. Esta constatação fica evidente quando lembramos que neste período o Estado concebeu uma política cultural voltada para o mercado, incentivando, por exemplo, a exploração comercial da cultura através do turismo, que muitas das vezes se dava de forma desastrosa para o patrimônio cultural.

Assim, de acordo com os contextos históricos analisados e observando o quadro, podemos trazer algumas considerações a respeito da periodicidade da revista. Inicialmente, no governo Vargas, a revista aparece como meio divulgador dos trabalhos do IPHAN e objeto de força cultural do governo como já foi mencionado. Temos que considerar um período de acesso limitado a fontes de informação e possivelmente a revista tinha um público seletivo que se encarregava de ressignificar e repassar seu conteúdo.

Ainda considerando o governo Vargas, temos um momento de reformulação identitária que condiz com o interesse de se publicar e difundir a revista o mais rápido e frequentemente possível,

fato que não se repete após o fim do estado novo quando se percebe uma queda vertiginosa na emissão das revistas. Fato este consequente de políticas em que o estado se afasta da esfera de execução das ações, passando a ser financiador. Esta característica ocorre também na educação e saúde.

Observando o quadro, o que notamos ser algo estável em relação ao governo e a frequência de publicações da revista, é a direção do Serviço, na qual Rodrigo Melo Franco de Andrade ocupa o posto por longos 29 anos sendo sucedido por Renato Soeiro que vai se manter na posição por 12 anos. Após este período, teremos Aloisio Sergio de Magalhães e Irapoan Cavalcanti de Lyra como diretores por três anos cada um deles, dentro deste espaço temporal que delimita esta pesquisa.

Ao observarmos o *design* da revista, podemos considerá-lo simples e de baixa qualidade se compararmos com as revistas mais recentes que tem um grande investimento no seu *layout*, aliado aos artigos publicados nas suas páginas. Estas características são recorrentes de um período em que todo o processo de desenvolvimento das revistas, de forma geral, era estritamente artesanal. Os profissionais que as editavam eram artistas gráficos, em sua maioria de origem francesa e que vieram para o Brasil, especificamente para o Rio de Janeiro e São Paulo, trazendo para o momento uma grande influência da estética gráfica francesa na produção editorial brasileira.⁵⁸ Trata-se de um período incipiente para a indústria gráfica brasileira. O processo de impressão que predominava era o tipográfico comumente combinado a outro processo de impressão.

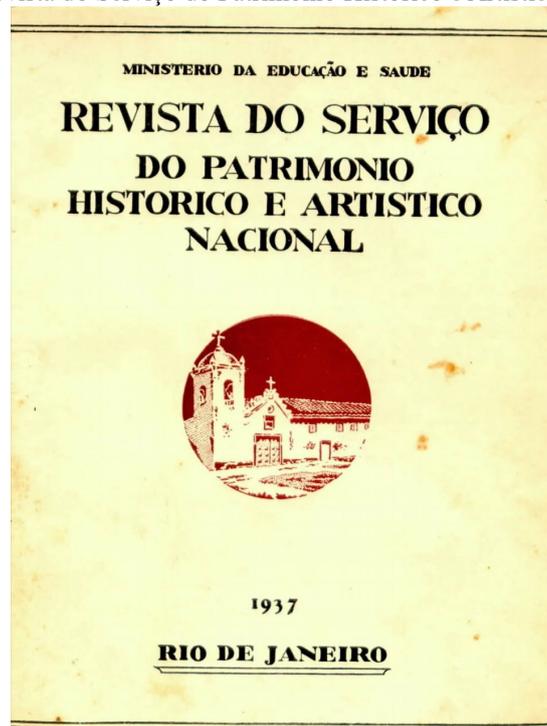
A Revista do Patrimônio nessa fase é um exemplo desse tipo de processos, no qual era recorrente a combinação do processo tipográfico com o litográfico. Apesar da técnica *offset* já estar presente no Brasil, ainda era muito cara e insuficiente para a demanda, ficando, portanto, direcionada à produção editorial comercial. Já a produção acadêmica, até por deter baixos recursos para sua produção editorial, acabava por se utilizar de outros processos gráficos.⁵⁹

Podemos observar gritantes diferenças estéticas nas figuras a seguir. Estas mostram as capas da primeira revista publicada no ano de 1937 e as últimas lançadas dentro da delimitação temporal dada a esta pesquisa.

⁵⁸HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Ssua história**. São Paulo, SP: Rosari, 2007.

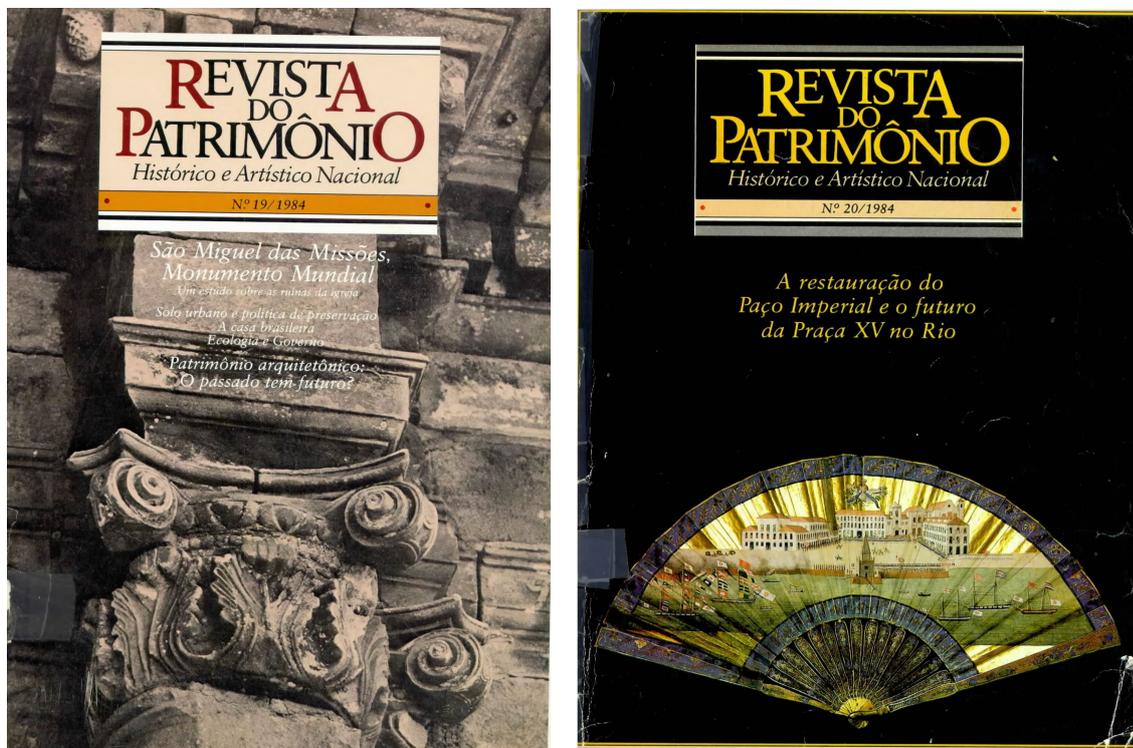
⁵⁹CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. **Os projetos gráficos das revistas do patrimônio: trajetórias do design e do IPHAN**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2013.

Figura 1 – Capa da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 1 de 1937.



Fonte: IPHAN. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, nº 1, MES, Rio de Janeiro. 1937.

Figura 2 – Capas das Revistas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 19 e 20 de 1984.



Fonte: IPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 19-20, Rio de Janeiro. 1984

Observamos na figura 1, que a capa tem uma aparência bastante simples. Ela nos mostra, na parte superior, a referência ao Ministério da Educação e Saúde, ligando o periódico e consequentemente o IPHAN ao ministério ao qual estes estavam subordinados. Aqui cabe mencionar que, inicialmente, os cuidados e atenções do governo com a saúde estavam ligados diretamente a educação, conformando as duas um único ministério. Sendo o desejo de construção do cidadão nacional uma das principais frentes do governo do Estado Novo, havia também a necessidade de se moldar fisicamente a população brasileira e, assim, a saúde e a educação constituíam uma única frente. A questão educacional, nesse período com grande influência do fascismo, promove a instrução intelectual e a questão do corpo e da saúde. Dessa forma, dentro do ministério da Educação e Saúde, a Revista do IPHAN pode ditar também a aparência do brasileiro em um sentido de estruturar uma raiz étnica que construiu a população do país.

Logo abaixo vem o título da Revista (Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) acompanhado de uma pequena imagem sem referência sobre o que seja. Ao observarmos mais atentamente, percebe-se que esta gravura normalmente segue algum dos artigos publicados, sendo geralmente o texto com que se inicia a leitura. Porém, esta é uma interpretação livre, pois em alguns casos é difícil afirmar com exatidão de que se trata a imagem por não haver menção específica a ela em nenhuma parte da revista.

Segue adiante, na figura 1, o ano (neste caso 1937) e o local da publicação (Rio de Janeiro), onde se encontrava a sede do Ministério da Educação e Saúde Pública, do IPHAN e de todo o centro de poder político nacional do período.

Na figura de número 2 observamos uma sensível melhora na qualidade visual das revistas, precisamente no ano de 1984 quando a revista passa por uma revitalização para serem retomadas as publicações do periódico. Neste modelo já vemos a grande mudança no *design* da capa que apresenta um trabalho de maior qualidade, acompanhando o desenvolvimento da indústria gráfica no país. O que se mantém em relação aos outros números são detalhes básicos como o título na parte superior e a gravura de capa. Nestes quesitos, a mudança vem no nome da revista, que foi alterado desde 1946, no número 10, para *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e no que tange a gravura de capa, a qual segue o mesmo padrão detectado nas outras, fazendo alusão a um dos artigos da revista. Entretanto, agora há um espaço dedicado a especificar a referência da imagem.

De novo, o que vemos é que a capa apresenta o artigo principal de cada exemplar junto do número e do ano em que foi lançado o volume. Nas imagens apresentadas, os artigos de destaque são, na revista número 19, um texto abordando as ruínas de São Miguel das Missões como patrimônio mundial e, na revista número 20, uma produção que se refere a restauração do Paço Imperial no Rio de Janeiro. Quanto ao tamanho e volume de artigos, a revista mantém-se em formato de livro,

apresentando as dimensões de 17,5 por 23,5 cm, contendo uma quantidade variável de páginas e de artigos publicados. Essa aparência de livro era fortalecida pelo fato de não existirem propagandas ou anúncios de qualquer tipo, seja em seu interior ou capa, considerando que isto era comum em várias revistas da época como a Revista do Brasil e a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, que traziam anúncios comerciais em seu corpo, conforme vemos na figura 3, com os anúncios comerciais publicados na Revista do Brasil, chegando a ter páginas dedicada a eles.

Figura 3 – Página de anúncios comerciais da Revista da Brasil de Abril de 1940

ELLE ERA
o melhor dos maridos...

EM QUANTO vive, só tem uma preocupação: — o bem da esposa e dos filhos. Elle esqueceu, porém, de cuidar do futuro. A terra é que desapareceu quasi de repente, e não deixou nem economias, nem herança, nem garantias e subsistência da família.

Esta é uma situação *concreta* e que se repete diariamente. Procura cultiva, o Sr. que também tem esposa e filhos... Si o Sr. não é rico, pense na hypothese de sua esposa vir a perdê-lo. Poderá ella, sozinha, pagar as despesas do tempo as exigencias do lar e treduzir os seus sustento e educar seus filhos? Não lhe interessa a conhecer, sem compromisso, o meio de proteger o futuro de sua família, mediante pequenas parcelas e seus ordenados? Procura, então, trazer idéas com um Agente da "Sul America" sobre o Seguro de Vida. Não se preoccupa com difficuldades que não existem. Tenha em mente que o Seguro de Vida não é privilegio de rico e que existem planas adaptadas a todos os laços. Apresente o coupon abaixo e peça o folheto explicativo sobre "Seguro de Vida".

SUL AMERICA
Companhia Nacional de Seguros de Vida
Fundada em 1898

A' SUL AMERICA
Carta Postal Nº. 100

Queda a receber: sem que qualquer compromisso de minha parte — a primeira exploração sobre "Seguro de Vida".

N.º _____
Nome _____
Rua _____
Cidade _____

Fonte: Revista da Brasil de Abril de 1940

Esta é uma característica de destaque entre as consideradas revistas de “alta cultura” da época, visto que a Revista do IPHAN era a única a não carregar as páginas com propagandas e anúncios fora de seu escopo temático, demonstrando assim uma preocupação com a produção científica acima de quaisquer outros motivos e também que os recursos para a revista possivelmente eram originários unicamente do governo.

O que caracteriza esta “alta cultura” e as revistas que se enquadram neste padrão, é que a mesma funciona como um modelo – como a cultura daqueles homens cultivados, que “já tinham chegado lá”, ao contrário da “baixa cultura”, daqueles menos cultivados e que, por isso, “ainda não

tinham chegado lá”⁶⁰. Assim, podemos pensar as revistas enquadradas neste meio, dentre elas a Revista do IPHAN, como uma das ramificações das ações políticas brasileiras que trabalhavam em prol da efetivação do projeto de sociedade proposto por Vargas, que tratava como necessário

Desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras [...] e finalmente, impedir que a nacionalidade, ainda em fase tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações.⁶¹

Ainda dentro desta apresentação geral da revista, no quadro a seguir podemos observar alguns números no que se refere a paginas, número de artigos publicados e valor da revista.

Quadro 3 – Número de artigos, páginas e valor das revistas

NÚMERO	ANO	Nº DE ARTIGOS	Nº DE PÁGINAS	VALOR DA REVISTA
1	1937	24	170	4\$000
2	1938	14	312	4\$000
3	1939	15	316	6\$000
4	1940	13	406	6\$000
5	1941	12	297	6\$000
6	1942	10	335	S/R
7	1943	10	240	S/R
8	1944	9	361	S/R
9	1945	11	392	S/R
10	1946	4	312	S/R
11	1947	4	322	S/R
12	1955	5	385	S/R
13	1956	8	357	S/R
14	1959	6	307	S/R
15	1961	7	272	S/R
16	1968	5	315	S/R
17	1969	8	246	S/R
18	1978	8	251	S/R
19	1984	14	166	S/R
20	1984	26	206	S/R

Fonte: O autor (2017)

Nota: Elaborado pelo autor a partir da análise das revistas: IPHAN/IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. IPHAN/IPHAN. **OBS.:** As revistas de número 6 até 20 não possuíam referência a valores para venda. Para estas utilizamos a sigla S/R (SEM REFERÊNCIA)

⁶⁰VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. *Revista Brasileira de Educação* nº 23. Porto Alegre, UFRGS, 2003. p. 7

⁶¹SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000. p. 97

Ao analisarmos o quadro, em um primeiro momento, podemos observar que os primeiros exemplares (1 a 5) tinham um valor estampado. Nas pesquisas de Robson Orzari, houve a constatação por meio de cartas de Rodrigo de Melo, que a revista não se destinava a venda, mas sim a distribuição entre instituições culturais. Porém, Lucio Costa, um dos autores que publicaram na revista, em entrevista dada à Marcia Chuva, afirma que o periódico era vendido no IPHAN e em algumas bancas do Rio de Janeiro.⁶²

Observando os dados do quadro, percebemos que a revista inaugural possui o segundo maior número de artigos de todos os exemplares analisados e também o segundo menor número de páginas, o que não significa que esta seja pequena. Dada a importância de se iniciar logo a divulgação dos trabalhos do IPHAN, a revista inicia-se com 24 artigos, mesmo que com um número reduzido de páginas. Percebe-se, nas publicações dos anos seguintes, uma drástica redução no número de artigos, embora o número de páginas continue consideravelmente grande dado o formato de livro que a revista mantém em todas as publicações.

O fato de haver essa diminuição na quantidade de artigos e a manutenção de um número deveras grande de páginas nos leva a questionar a qualidade destes textos. Inicialmente, em uma primeira leitura das revistas, percebemos que mesmo os artigos mais curtos têm uma preocupação muito grande com dados técnicos específicos, principalmente da área da arquitetura. Fator este que pode ser um limitador do público leitor do periódico.

Ao observarmos a intensidade de produção dos artigos em cada período, nota-se que durante o Estado Novo temos a ocorrência do maior número de produções para a revista, fato este que reforça a importância da revista para o IPHAN e também podemos pensar, além do fator cultural, ideológico e identitário, que a revista atende a uma demanda dos intelectuais quanto a um local para publicação de suas produções científicas.

Esta explosão de artigos nas revistas corresponde aos primeiros anos da chamada *fase heroica* da história da instituição, a qual é assim chamada porque, neste momento, o IPHAN passa por uma grande carência de recursos, estrutura e pessoal especializado tendo em vista a quantidade monumental de trabalho a ser realizado⁶³. Em relação ao patrimônio, as definições do conceito ainda estavam se construindo no país e se solidificando. Até então, o patrimônio histórico era ainda tratado como velharia e principalmente, como um obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento. Era basicamente um atraso.

⁶²RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil.** 2012. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História da Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012

⁶³OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. O IPHAN e seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, nº 29, p. 25

De uma forma simbólica, Paolo Rossi, ao falar sobre o progresso afirma que:

Para transpor o oceano e descobrir um novo mundo foi necessária a descoberta da bússola. Ao lado da invenção da imprensa e da pólvora explosiva, a descoberta da bússola e as viagens oceânicas revolucionaram a história do mundo; modificaram a posição do homem. Nenhum império, nenhuma escola filosófica, nenhuma estrela tiveram sobre a história humana um efeito maior do que tiveram aquelas invenções. São elas que tornaram as filosofias dos antigos não mais utilizáveis.⁶⁴

Na afirmação de Rossi é perceptível que a noção de progresso está ligada a aspectos científicos, econômicos e tecnológicos, mas, principalmente, está impregnada com a concepção de que se deve deixar o passado para trás. Neste sentido, as inovações concebidas em todos os campos surgiram para que não mais se utilizassem as “filosofias” dos antigos, sendo que dentro desta ideia de filosofia podemos incluir todas as novas produções em todas as áreas das ciências, uma vez que estas, de acordo com esta visão acerca do progresso, vêm para fazer a humanidade manter seus olhos no horizonte e seguir sua caminhada até lá.

Ao problematizarmos a preservação do patrimônio diante das mudanças propostas pelo progresso, coloca-se a seguinte questão: de que forma é possível preservar o patrimônio frente aos desafios do progresso, sendo que a ausência de um passado conhecido e reconhecido, a míngua de um passado, pode também ser fonte de grandes problemas de mentalidade ou identidade coletivas?⁶⁵ Diante disso, as sociedades buscam no passado a legitimação de uma memória e de uma identidade que venha a se colocar de maneira positiva em relação aos ideais de desenvolvimento e de progresso. Assim, corre-se o risco de deslegitimação ou destruição de memórias que não têm poder de se manter firmes frente aos ideais desenvolvimentistas e modernizadores da sociedade; caso da sociedade brasileira nos períodos aqui estudados.

Ao acompanharmos as transformações do conceito de patrimônio, observamos que este está articulado aos contextos das diferentes temporalidades históricas que vêm à tona quando identidades são postas em cheque. Cita-se como exemplos a formação dos Estados Nacionais na Europa, quando a noção de patrimônio histórico, através da educação, serviu para a construção da identidade dos cidadãos que compunham estes estados. Também, no mundo pós-guerras do século XX, o continente Europeu se viu forçado a (re)inventar tradições e costumes com vias a reestruturar as identidades que haviam sido fragmentadas. No caso do Brasil, podemos mencionar o advento do Estado Novo com o presidente Getúlio Vargas, onde foram criadas diversas instituições com fins de se idealizar um conjunto de bens históricos patrimoniais relacionados aos padrões identitários idealizados para o país.

⁶⁴ROSSI, Paolo. **Naufraágios sem espectador**: A ideia de progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 24.

⁶⁵LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas – SP: Unicamp, 1990. p. 204.

Dessa forma, este conflito *patrimônio x progresso*, este esforço para ressignificar e reinterpretar os sentidos de patrimônio e progresso, constituem o primeiro motivo de chamar o período de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a frente do IPHAN, de fase heroica.

O outro fator que heroiciza a fase, é o fato de se querer resgatar, salvar, preservar, estudar e tudo mais que fosse possível com o maior número de monumentos que fosse viável. Esta atitude tem consequências no periódico que, como já observamos, corresponde a fase da revista com maior número de artigos publicados dentre os números analisados.

Assim, a revista auxilia na tentativa de construção de uma consciência patrimonial que até o momento inexistia no Brasil, sendo que, as construções em torno do conceito de patrimônio sofrem influência permanente do contexto social, histórico, econômico e da temporalidade em que ocorrem. Portanto, aquilo que se entende por patrimônio nacional muda de acordo com as épocas. Isto demonstra que, mesmo existindo suportes concretos e contínuos do que se concebe como nação (o território, a população, seus costumes, etc.), em boa parte o que se considera como tal é uma construção imaginária⁶⁶. Assim, a revista surge como uma importante ferramenta na construção do imaginário da população acerca da identidade nacional e das bases de memória desta.

Após, ainda na fase heroica e com o fim do Estado Novo, há uma constante diminuição no número de artigos da revista. Mesmo que se entre em um período em que a publicação não é constante, o número de artigos em cada exemplar cai vertiginosamente, chegando a ser lançadas revistas com apenas 4 artigos. Contrário a isso se dá o fator número de páginas, que se mantém alto durante todos os momentos, o que, visualmente, reforça o formato de livro dado a cada volume.

Com o início do período democrático na história do Brasil pós Estado Novo, ocorre uma queda significativa na produção da revista. Além da diminuição das publicações, em um espaço de duas décadas são publicadas apenas seis revistas; há uma redução considerável no número de artigos que compõem cada edição, sendo que os mesmos variam de quatro e oito artigos. Ao observarmos o contexto histórico do momento, podemos pensar esta diminuição de publicações e artigos como um reflexo das tendências políticas do período.

Entre 1945 e 1964, o grande desenvolvimento na área cultural se deu no campo da iniciativa privada. Além do desmembramento do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1953, separando-o em Ministério da Saúde e em Ministério da Educação e Cultura, o Estado não promove ações de grande impacto ou importância no que se refere às políticas culturais e menos ainda ligadas ao campo do patrimônio. Ocorre um afastamento do governo no que tange a ações culturais. E neste momento,

⁶⁶CANCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. IPHAN, nº 23, 1994. p. 98.

o Estado passa a apenas financiar algumas instituições privadas como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e o Museu de Arte de São Paulo e, ainda assim, na qualidade de simplesmente financiar, as subvenções federais se dão de forma esporádica e descontinuada.⁶⁷

Esta mudança nas linhas de ação políticas do governo federal, que passa de interventor direto a financiador ocasional, nos permite considerar que a redução nos trabalhos do IPHAN seja um resultado deste afastamento Estatal das políticas culturais. Desta forma reforça-se o caráter de instabilidade e variabilidade das políticas governamentais, principalmente no campo da educação e cultura que refletem diretamente na área patrimonial, neste caso, no IPHAN e na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Seguindo adiante, após o período democrático, entramos no regime militar que, apesar de ser também um regime de exceção, ainda persiste a baixa frequência de publicação das revistas e dos artigos. Mesmo em um momento em que o Estado retoma as intervenções sobre o campo da cultura e busca recuperar o controle total sobre as instituições, enquanto o IPHAN recebe novas atenções e abraça novas instituições tal qual foi o caso de absorção do Conselho Nacional de Referência Cultural, a Revista do IPHAN não tem ainda renovado o ímpeto com que se iniciou no governo de Getúlio Vargas. Isto só vai ocorrer em 1984, coincidindo a retomada e reformulação da revista com o início de um novo período democrático na história do Brasil.

Ainda no quadro 2, há a questão dos valores cobrados por cada revista e por sua assinatura nos primeiros 6 volumes. No sexto volume da revista, o IPHAN para de incluir o preço nos exemplares, coincidindo este fato com dois tópicos do período do Estado Novo: a troca da moeda vigente e o índice elevado de analfabetismo. Em primeiro lugar, temos a substituição da moeda brasileira. O Real (ou Réis no plural) é substituído pelo Cruzeiro e acontece o primeiro corte de zeros na moeda nacional. Esta indicação de valor nos revela que a revista era destinada a um grupo que podia dispor deste valor para adquirir um periódico considerado de “alta cultura”.

Dentro desta questão do valor estampado nas capas, se tomarmos por base o conversor de valores do acervo do Estadão, em valores atuais, a última revista que tinha estampado um preço, seis mil reis (6\$000), custaria hoje quarenta e oito reais (R\$ 48,00)⁶⁸. Valor bastante alto considerando que a *Revista do Arquivo Municipal* do Rio de Janeiro era vendida por dois mil reis (2\$000). De acordo com o conversor, seria possível comprar 12 exemplares de *O Estadão* pelo mesmo valor. Este fator custo, mesmo que por poucos anos, restringe o acesso à revista para pessoas de fora das

⁶⁷CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2007, Salvador: Ufba, 2007.

⁶⁸Conversor de valores. <http://acervo.estadao.com.br/>

instituições que a receberiam, limitando sua leitura a um grupo que tivesse condições de pagar pelo periódico.

Além disso, temos a questão dos altos índices de analfabetismo observados no Brasil, principalmente, no período de abrangência desta pesquisa, nas décadas de 1930 e 1940. Este fato deve ser levado em consideração pois, como a grande maioria da população era de analfabetos, naturalmente a revista acaba sendo destinada a quem tem condições de fazer a leitura da mesma e compreender as especificidades de cada área que contribui com artigos para as publicações, visto que frequentemente ocorriam inserções de Arquitetos, principalmente nos primeiros anos de distribuição. Como não há indícios de ações destinadas a este público, vindas do IPHAN, percebe-se aí um fator seletivo sobre quem terá acesso ao periódico e consequentemente ao patrimônio histórico nacional selecionado pelo Serviço.

O acesso a revista se tornava mais restrito por uma questão problemática do Brasil no Estado Novo, que era a pequena parcela da população que se encontrava alfabetizada. Neste período, segundo dados do Recenseamento Geral do Brasil feito em 1940, 55% da população brasileira com idade acima de 18 anos era analfabeta e, se ampliarmos a faixa etária e considerarmos a população a partir de 5 anos, o percentual sobe para 65,1%⁶⁹. Além disso, este cenário é agravado pelo fato de pouco mais de metade da população ter acesso às instituições de ensino ou ter sua educação limitada pela sua classe social sendo o sistema educacional e a legislação organizados para esta tarefa, na qual a escola deveria contribuir para a divisão de classes e, desde cedo, separar pelas diferenças de chances de aquisição cultural⁷⁰.

Quanto a distribuição do periódico, Cintia Mayumi nos ajuda com dados retirados dos arquivos do IPHAN. A partir destas informações criamos o quadro abaixo com os locais onde foram distribuídas as publicações.

Quadro 4 - Instituições onde foram distribuídas as Revistas do IPHAN

INSTITUIÇÃO	ESTADO
Academia Militar das Agulhas Negras	RJ
Arquivo do Estado de São Paulo, Sociedade Geográfica Brasileira	SP
Arquivo Histórico da Cidade	DF (RJ)
Associação dos Professores Católicos do Paraná	PR
Associação dos Sub-oficiais da Armada	RJ
Biblioteca do Exército/Palácio da Guerra	RJ

⁶⁹RECENSEAMENTO geral do Brasil 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-1950. P. 28-30

⁷⁰GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. História da educação. São Paulo: Cortez, 2001. P. 86

Biblioteca Herculana Vieira/Prefeitura Municipal de Cururupu	MA
Biblioteca Nacional	RJ
Biblioteca Pública Afrânio Peixoto	RJ
Centro Cultural Herbert Parentes Fortes	BA
Colégio Estadual e Escola Normal Major Juvenal Alvim	SP
Comitê de Imprensa da Central do Brasil	RJ
Comunidade Evangélica Luterana da Paz	RJ
Congregação Israelita Paulista	SP
Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal	DF (RJ)
Departamento de Turismo e Certames da Prefeitura do Distrito Federal	DF (RJ)
Empresa Folha da Manhã	SP
Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais	MG
Escola de Artes Plásticas de Ribeirão Preto	SP
Escola de Enfermagem Wenceslau Braz	MG
Escola de Pintura Pedro Alexandrino	SP
Escola Nacional de Belas Artes	RJ
Escola Politécnica da Paraíba	PB
Escola Politécnica da USP	SP
Externato Mater Consolationis	RJ
Faculdade Católica de Filosofia	PB
Faculdade Católica de Filosofia do Piauí	PI
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul	RS
Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia	BA
Faculdade de Filosofia de Lorena (SP)	SP
Faculdade de Filosofia de Pernambuco/Universidade do Recife	PE
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Vitória – ES)	ES
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (SP)	SP
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (SP)	SP
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Maria (RS)	RS
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba (SP)	SP
Federação do Comércio do Estado de São Paulo	SP
Ginásio Imaculada Conceição (Videira – SC)	SC
Indústrias Alimentícias Carlos de Britto S.A. (Recife – PE)	PE
Instituto Barão do Rio Branco (Erechim – RS)	RS
Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará	PA
Instituto de Ciências Sociais na Universidade do Brasil	
Ministério da Guerra/Zona Militar Sul (Joinville – SC)	SC
Museu Diocesano de Sobral (CE)	CE
Museu Imperial (Petrópolis – RJ)	RJ
Núcleo de Artes Plásticas Garcia Bento (Campos – RJ)	RJ
Prefeitura Municipal de São Leopoldo (RS)	RS
PUC/RS	RS
Redatores Unidos (São Paulo – SP)	SP

Revista Bem-Estar – Urbanismo e Habitação	
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo	SP
Sociedade Brasileira de História da Farmácia (SP)	SP
UNE (União Nacional dos Estudantes) por intermédio da Escola de Belas Artes	MG
UNICAMP	SP
USP	SP

Fonte: SILVA, (2010, P. 177).

Observando o quadro 4, podemos considerar o tipo de público a que se dirigiam as revistas do IPHAN e identificá-lo dentro da parcela da população com acesso ao tipo de instituições a que eram distribuídos exemplares. No que se refere a instituições de ensino de nível fundamental e médio, de acordo com a lista, somente em uma foram depositados exemplares da revista. De resto, o destino dado às revistas foram estabelecimentos de nível superior, museus, órgãos ligados a religiosidade, especificamente a religiões cristãs e organizações ligadas aos militares do exército brasileiro e por fim, um número considerável de museus do país. Assim, o acesso à revista era limitado ao grupo que possuía os meios econômicos e sociais para garanti-lo.

É perceptível que a Revista não se destinava ao cidadão das classes trabalhadoras do país, mas sim a um grupo elitizado que tinha condições de acessar os locais em que a revista era distribuída e de obter um nível de instrução que permitisse o entendimento dos artigos que compunham o periódico. Além da seletividade, ao analisarmos a vida de alguns autores, dos quais conseguimos informações, verificamos que vários deles eram ligados a Museus ou outras instituições culturais. Este fato contribuiu para que a revista ficasse restrita em sua distribuição a estes locais específicos, característica esta que se mantém nas revistas estudadas pela baixa tiragem de cada exemplar. Em carta de 1956, Rodrigo de Melo afirma que, em virtude de serem muito limitadas as edições das obras publicadas por esta Diretoria, estas não se destinam a venda e sim apenas a distribuição.⁷¹ Além do viés limitador, fica claro o aberto diálogo que o IPHAN mantinha com outros órgãos embora não saibamos como se dava a recepção da revista e seu conteúdo nesses meios. Estes órgãos, em sua maioria, eram escolha ou indicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

⁷¹Correspondência de Rodrigo M. F. de Andrade a Edie Augusto da Silva, 25/04/1956. Série Arquivo Técnico-Administrativo, Subsérie Correspondências, Publicações (1955-1956), Caixa 145, Pasta 47. Arquivo Central do Iphan. Extraído de SILVA, Cintia Mayumi de Carli. **Revista do Patrimônio:** editor, autores, temas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2010. P. 78

Temos como exemplo os autores seguintes:

Quadro 5 - Autores do primeiro exemplar da revista e suas funções no momento

AUTOR	FUNÇÃO/VÍNCULO/EMPREGO
AFONSO DE E. TAUNAY	Diretor do Museu Paulista
HELOISA ALBERTO TORRES	Vice-diretora do Museu Nacional
LUCIO COSTA	Diretor da Divisão de Estudo e Tombamentos do SPHAN
GILBERTO FREYRE	Escritor/Delegado do Brasil no Congresso de Expansão Portuguesa no Mundo (1937)/Colaboradores no Jornal Correio da Manhã no Rio de Janeiro
FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS	Diretor do Museu Imperial
ROQUETE PINTO	Presidente do INCE
PAULO T. BARRETO	Arquiteto do SPHAN
RAIMUNDO LOPES	Pesquisador do Museu Nacional
GODOFREDO FILHO	Diretor do 2º DPHAN
ANNIBAL FERNANDES	Chefe da Inspetoria de Monumentos Nacionais de Pernambuco
MARIO DE ANDRADE	Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo
NUTO SANT'ANNA	Chefe da seção de documentos do Departamento de Cultura de São Paulo
NORONHA SANTOS	Funcionário do DPHAN.
EPAMINONDAS DE MACEDO	Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional.

Fonte: O Autor.

Nota: Elaborado a partir de: IPHAN/IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Número 1, Rio de Janeiro, 1937.

Ao observarmos estes autores, que correspondem aos que contribuíram para o primeiro número da Revista do IPHAN, percebemos que neste momento de início da trajetória do periódico, o grupo de escritores possui uma característica comum: o fato de todos eles serem, de alguma forma, ligados ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou a alguma instituição na área de educação e cultura vinculada ao governo. Como exemplo, podemos destacar o INCE (Instituto Nacional do Cinema Educativo), que era um órgão voltado ao estímulo da produção e reprodução de

obras do cinema nacional, claramente criado para reforçar os ideais de homogeneização da nacionalidade brasileira.

O fato desta lista mostrar autores, na sua totalidade ligados a instituições governamentais, reforça o fato de que o IPHAN mantinha relações com outros órgãos, o que corrobora com a ideia referida na pesquisa de Robson Orzari Ribeiro, o qual afirma que Rodrigo

fazia a seleção dos autores que publicariam na Revista, os comentários dos textos entregues, a solicitação das imagens para ilustrar o estudo e as cartas de resposta aos pedidos de envio das edições. A multiplicidade de suas funções, evidencia que o diretor controlava a edição da revista do começo ao fim – do planejamento à distribuição do periódico⁷².

Além de deter na sua pessoa todas estas atribuições, Rodrigo acaba por manter o círculo de autores que vão publicar na revista, o qual corresponde a um grupo restrito de intelectuais ligados direta ou indiretamente a cargos e instituições do governo, o que acaba, conseqüentemente, selecionando também temas de acordo com o que se configurava como importantes e representativos da história do Brasil. Porém, estas são nossas considerações. Não podemos deixar de ressaltar o que se fala sobre o periódico do IPHAN a partir da voz de seu editor. Podemos observar isto na apresentação do exemplar de nº 1 da revista de 1937, escrita pelo próprio Rodrigo, cuja importância se dá por esta ser a única revista com a referida seção e pela mesma ter o tom de abertura e apresentação do conjunto todo de publicações.

O diretor do IPHAN inicia o editorial da revista nº 1 de 1937, dizendo o seguinte:

A publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atividades por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las. O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo.⁷³

Apesar de ficar claro no Anteprojeto de Mario de Andrade que a revista seria o meio de propaganda e força cultural do IPHAN, Rodrigo tenta, no editorial da primeira, dar a impressão de que o periódico inicialmente é um lugar de conhecimento de valores da arte e da história do país. Assim, temos a impressão de que se tenta ocultar a função que a revista vai cumprir frente a construção da identidade nacional. Ao iniciarmos a leitura do editorial, temos a impressão de que há liberdade a quem quiser submeter artigos, trabalhos e pesquisas para publicação, visto que a

⁷²RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil**. 2012. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História da Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. p. 85.

⁷³ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: SPHAN, n. 1, 1937. p. 3.

produção está presente para “divulgar o conhecimento sobre arte e história do Brasil e contribuir para seu estudo”. Liberdade esta que não ocorre, pois estava nas mãos de Rodrigo de Andrade a seleção de autores, temas, artigos e bens que seriam agraciados com páginas no periódico, como vimos anteriormente.

Ao seguir com o editorial, Rodrigo critica um escritor inglês não nomeado, o qual afirma não haver interesse demonstrado pelos monumentos históricos brasileiros por parte dos próprios pesquisadores que aqui trabalham. Neste sentido, o diretor do IPHAN afirma que “há injustiça e exagero na observação. [...] De facto, existem estudos de grande interesse sobre vários aspectos do patrimônio nacional. O que sucede é que eles se acham dispersos em folhetos, jornais e revistas, cuja procura requer esforço e paciência”⁷⁴.

A partir deste momento, fica heroicizada a ação do IPHAN e da publicação no que se refere a resgatar estes trabalhos dispersos em vários veículos de informação e, desta forma, heroicamente resgatar e evidenciar o patrimônio histórico nacional necessário para a gênese da identidade nacional do brasileiro. Principalmente no início, o diretor do IPHAN trata de enaltecer os trabalhos da instituição por dois vieses: primeiro por serem os responsáveis por construir através do patrimônio a identidade do brasileiro e em segundo pelo imenso trabalho que teriam ao coletar estudos e trabalhos “espalhados” em outros meios (jornais, folhetos). Porém, o que se observa é que esta memória trazida pela revista desconsidera os aspectos multiculturais da população brasileira, uma vez que o editorial não trata de localidades específicas, mas sim de uma identidade nacional historicamente formulada de forma homogênea dentro do IPHAN.

Rodrigo Melo Franco de Andrade dedica um momento da apresentação do periódico para enumerar algumas falhas do primeiro número de 1937. A principal delas referia-se à contradição entre o conteúdo da publicação original e o decreto lei de 1937. Este decreto reconhece o patrimônio arqueológico (ainda que fora do âmbito “fatos memoráveis da história do Brasil”) e neste editorial o próprio diretor afirma que o número é lançado “quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes”⁷⁵.

Ao finalizar o editorial, é feita a seguinte colocação:

Esta revista registrará semestralmente uma pequena parte do que se houver tentado ou conseguido com este objetivo. Ela conta com a contribuição de doutos nas matérias

⁷⁴ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: SPHAN, n. 1, 1937. p. 3.

⁷⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: SPHAN, n. 1, 1937. p. 4.

relacionadas com a sua finalidade e bem assim com o apoio e a simpatia de todos os brasileiros interessados pelo patrimônio histórico e artístico nacional.⁷⁶

Observamos, a partir disso, que a frequência posterior de publicações não corresponde ao que Rodrigo afirma neste editorial devido a ocorrência de hiatos na frequência das publicações do material, e quando não houve estes espaços, não ocorreram publicações semestrais conforme nos afirma o autor. Isso só foi ocorrer em 1984 quando é retomada em definitivo a produção da revista, sendo que foram publicados dois exemplares naquele ano.

Quanto ao apoio e simpatia de todos os interessados, observando o quadro de distribuição do periódico mostrado anteriormente, podemos considerar que o círculo de interessados é bastante restrito, uma vez que autores, temas e locais que recebiam a revista eram selecionadas internamente. A princípio, comparando os indivíduos que publicaram no primeiro exemplar com o quadro das instituições, percebemos que estas que recebiam exemplares tinham os responsáveis pelos artigos em seus quadros funcionais. Portanto, ao selecionar o autor, Rodrigo também acabava por definir, neste primeiro exemplar, a instituição que seria contemplada com a distribuição do periódico.

Ao analisarmos a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade como diretor do IPHAN e diretor da Revista, notamos a centralização de controle e atividades na sua pessoa. Mesmo que possamos considerar homérica a atuação de Rodrigo ao coordenar durante tantos anos a instituição, fica perceptível que as definições acerca do que é considerado patrimônio mantêm-se retidas na pessoa do diretor e de alguns intelectuais ligados a ele.

Dadas as condições em que é lançada e a forma com que se comporta quanto a seleção de autores, temas, artigos e locais de distribuição, é possível pensar o periódico como uma ferramenta de legitimação das representações idealizadas sobre a gênese da identidade nacional, uma vez que para se construir esta representação, era necessário um grupo hegemônico com poder de selecionar e legitimar elementos identitários tal qual as pessoas que compunham o IPHAN.

Ainda antes de analisarmos as revistas, artigo por artigo, percebemos que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a revista do Patrimônio e o grupo de intelectuais que conduziam ambos encabeçados por Rodrigo Melo Franco de Andrade, constituíam um organismo muito bem articulado junto a outras instituições governamentais de seleção e distribuição de uma cultura supostamente nacional, cultura que possivelmente se construiu com a ajuda das representações criadas pela revista conforme veremos adiante.

⁷⁶ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: SPHAN, n. 1, 1937. p. 4.

3 PATRIMÔNIO, IDENTIDADE, DISCURSO

Deve-se tratar o *patrimônio* como uma construção sócio histórica, pois seu sentido é resultado da articulação do contexto em que está inserido, com a construção imaginária e os significados que cada grupo social específico atribui ao termo. Pode-se considerar que o *patrimônio* e seu significado são produzidos pelas coletividades humanas e permeadas por relações de poder. Percebe-se, desta forma, que o sentido atribuído à palavra patrimônio carrega os interesses dos diversos grupos que se articulam socialmente. Dentre estes interesses conflitantes só é absorvida a demanda do grupo com maior poder de decisão ou influência. Nestes termos, são estes grupos hegemonicamente dominantes que definem o conceito da palavra e também determinam o que se enquadra ou não como patrimônio criando assim um aparato hegemônico para manutenção de ideologias identitárias dominantes.

No meio desta disputa são gerados padrões de identidade que vão se sobressair em determinados momentos e vão ser reforçados pelos discursos produzidos acerca dos elementos de representação de identidade. No caso desta pesquisa, estes discursos são produzidos nos artigos da Revista do IPHAN acerca dos elementos elegidos como patrimoniáveis pelos intelectuais que participaram da produção do periódico.

É fundamental considerar, aqui, o imenso potencial de significação político-social dos patrimônios. A Modernidade promoveu uma separação ontológica entre natureza e cultura, entre mito e razão e, finalmente, entre presente e passado - visando explicitar a apreensão do possível. E neste universo desenvolveu o conceito de patrimônio, como cristalização do fazer humano no tempo e como instância de legitimação da natureza enquanto objeto de pertencimento do homem. (...) Patrimônio é, assim, o que foi produzido, criado, instituído - o que faz prova da capacidade humana de habitar o mundo natural e, por meio dele, criar e desenvolver cultura. É neste sentido que se desenha e populariza o termo patrimônio cultural - conceito que está na base do uso do patrimônio como retórica do passado e que reifica a noção de conjunto patrimonial como núcleo fundador de espaços ocupados⁷⁷

A preservação destes modelos de patrimônio se desenvolve como atividade sistemática, a nível mundial, no século XX, após a Primeira Guerra Mundial. E legitima o conceito de patrimônio ligado ao ato de preservar um lugar histórico e certos objetos - uma tarefa com o objetivo de guardar modelos “estéticos e simbólicos” de determinada sociedade. Sua “conservação inalterada” testemunharia a essência de um passado “glorioso” que sobrevive às mudanças, como afirma García Canclíni

⁷⁷SCHEINER, Tereza. **Imagens do não-lugar: comunicação e os novos patrimônios**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004. P. 152

[...] o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos, quer dizer, o tradicionalismo substancialista. Foram esses grupos [...] os que fixaram o alto valor de certos bens culturais: os centros históricos das grandes cidades, a música clássica, o saber humanístico. Incorporaram também alguns bens populares sob o nome de “folclore”, marca que indicava tanto suas diferenças com respeito à arte quanto a sutileza do olhar culto, capaz de reconhecer até nos objetos dos “outros” o valor genericamente humano⁷⁸

Assim, a reformulação do patrimônio em termos de capital cultural tem a vantagem de não o representar mais como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixados, mas como um processo social que, como o outro capital, acumula-se, reestrutura-se, produz rendimentos e é apropriado de maneira diferenciada pelos diversos setores⁷⁹. O autor afirma que:

Se considerarmos os usos do patrimônio a partir dos estudos sobre reprodução cultural e desigualdade social, vemos que os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, mesmo que formalmente pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem⁸⁰.

Para Canclini – é como se o patrimônio fosse da competência exclusiva de restauradores, arqueólogos e museólogos, que ele denomina “os especialistas do passado”⁸¹.

Nestes termos, sabemos que o sentido de patrimônio é instável e sujeito a transições no seu significado, principalmente quanto às definições sobre o que se considera ou não como bem patrimonial. Sendo a revista do IPHAN uma publicação que não trata de conceitos inerentes à temática, mas sim de descrever e contar a história dos bens selecionados para cada volume, podemos tecer considerações sobre o padrão identitário brasileiro forjado nos artigos inseridos nas páginas das revistas, ou seja, observar o discurso que se produz quando se escreve sobre bens patrimoniais.

Dentro da produção do discurso, Foucault reconhece em nossa sociedade duas formas ou procedimentos de exclusão. Primeiramente, e mais comum, a interdição que se conforma no fato de que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa,⁸² e em segundo lugar a separação e rejeição que, para Michel Foucault, é comparado a figura do louco na Idade Média, que é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros, sendo suas falas consideradas nulas ou não acolhidas.⁸³

⁷⁸GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998. P. 160-161

⁷⁹GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998. P. 194-195

⁸⁰GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998. P. 194

⁸¹GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998. P. 160

⁸²FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio. P. 9

⁸³FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio.

Considerando que as definições de patrimônio e identidade são instáveis, uma vez que se alteram de acordo com a temporalidade em que se encontram, podemos pensar que seus significados, sentidos e definições são dados pelos discursos construídos ao seu redor. Assim, são estruturados de forma seletiva através da interdição, não sendo permitidas manifestações discursivas livres e através da separação ou rejeição quando se desconsideram os discursos considerados inadequados ou como o exemplo citado, quando se desconsidera o “discurso do louco”.

É possível transpor isto para a revista do IPHAN. Na forma com que era produzida, com artigos selecionados; grupo de autores indicados e sem livre acesso ou processo de seleção livre, o periódico trabalha subjetivamente com os dois processos definidos por Foucault. Interdita e rejeita ao definir de forma arbitrária as temáticas e autores que terão parte nas publicações, delimitando os parâmetros de identidade e patrimônio que a revista apresentava.

Além das questões seletivas do discurso tratadas por Michel Foucault, percebe-se diversas características que podem ser levadas em conta ao se analisar discursos. Ao pensarmos o discurso como objeto de estudo, vamos nos deparar com elementos básicos que transpassam a análise. Inicialmente, temos as múltiplas possibilidades de leitura, uma vez que, cada um que analisa o discurso vem com uma carga teórica/conceitual diferenciada e, principalmente, cada leitor vai buscar um aspecto diferente do discurso para observar.⁸⁴

Eni P. Orlandi exemplifica a situação afirmando o seguinte:

Ao analisarmos um texto do século XVII, pensando o discurso jesuítico na colonização do Brasil, vamos propor um dispositivo que mobiliza noções que não serão as mesmas se considerarmos o mesmo texto em função de uma análise que visa compreender como neles se encontram traços do discurso machista.⁸⁵

Com este exemplo podemos perceber que existem variadas leituras e também variados dispositivos de análise que podem ser gerados a partir de um mesmo discurso. Tudo se altera de acordo com o contexto, carga conceitual e questão a ser respondida. Assim, ao tratarmos de discurso, conseqüentemente estaremos tratando de ideologia, de tensões, identidades, memórias e esquecimentos, relações hierárquicas, liberdade e submissão, sendo todos estes aspectos influenciadores do discurso e também de sua análise que, de certa maneira, se configura em um novo discurso produzido sobre o discurso analisado.

Ao voltarmos nossa leitura para os artigos produzidos para a Revista do IPHAN, percebemos algumas formatações discursivas que caracterizaram o discurso patrimonial forjado nas páginas do

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio.

⁸⁵ ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015 p. 62

periódico. A princípio, por conta da estruturação do IPHAN e da forma com que eram escolhidos os participantes (tanto autores quanto funcionários), percebemos que há uma hierarquização da produção científica, ou do discurso, acerca do patrimônio.

De acordo com Orlandi,

temos a chamada relação de forças. Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno (...). Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno.⁸⁶

Podemos utilizar esta fala da autora para entender a escolha das temáticas que compõem a revista. Percebe-se que os artigos têm certas características predominantes quanto ao patrimônio abordado e mantém estes traços no período correspondente aos números analisados (1-20) ficando evidente o perfil temático da revista da seguinte forma:

- É dada preferência quase que total a monumentos chamados de pedra e cal. Mesmo não sendo explicitado pelo editor da revista, os dados coletados demonstram predomínio da temática da arquitetura nas revistas. Aqui podemos dar como exemplo os seguintes artigos: “O Piauí e sua arquitetura”, de Paulo Tedim Barreto; “O Solar do Colégio”, de Alberto Lamego; “Alguns desenhos de arquitetura existentes no arquivo histórico colonial português”, de Robert C. Smith, dentre tantos outros. Com esta temática, identificamos 61 artigos que tratam da arquitetura de casas, fortes, museus, escolas, igrejas e fazendas.
- Elementos com ligação à herança europeia deixada no Brasil, independente do contexto em que se deu a ocupação. A exemplo, no texto intitulado “Observações em torno da história do Recife, no período holandês”, de Joaquim Cardoso, em que são evidenciadas e enaltecidas as características deixadas pelos holandeses e supervaloriza a herança portuguesa, construída após a retomada da região, ao defini-la como “mais bela”. Também temos como exemplo o artigo “Arcos da Carioca”, de José de Souza Reis, que liga a identidade portuguesa brasileira à cultura romana por meio da trajetória das técnicas e características de construção dos arcos.
- Preserva-se na escolha do patrimônio o eixo São Paulo – Minas Gerais – Rio de Janeiro. Além destes, há estados onde houve focos de resistência quanto a ocupações de outros países e locais de manutenção de fronteira, como Pernambuco, com a ocupação

⁸⁶ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015 p. 37

Holandesa. A partir dos dados coletados, identificamos que a localização dos bens ou temas mencionados nas revistas estão, em sua maioria, ligados a estes estados. Por exemplo, os textos “A igreja de São Francisco Xavier em Niterói”, de Noronha Santos e “A Capela de Nossa Senhora de Sant’ Anna”, de Epaminondas de Macedo, tratam respectivamente de igrejas do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, enfatizando o processo de catequização e de aproximação da população local com o elemento religioso.

- Atenção especial a elementos religiosos, mas aqueles de origem cristianizada europeia. Podemos usar como modelo aqui os exemplos anteriores que, além da localização, fazem referência à religião. Não se encontram nas revistas menções à outras religiões que não sejam de raiz cristã.

Percebe-se que o discurso patrimonial contido na revista também tem esta valorização hierárquica da qual trata a autora ao observar-se a prevalência quase que total destas características e a ausência de outros elementos culturais, identitários e tradicionais que constituem a nação brasileira. A valorização do discurso se dá em prol do europeizado, religioso, do considerado “heroico” e do considerado “culto” ou “digno” de preservação. No artigo já mencionado de Robert C. Smith, “Alguns desenhos de arquitetura existentes no arquivo histórico colonial português”⁸⁷, encontramos estes elementos, uma vez que as plantas identificadas no arquivo e trazidas para a revista pelo autor são predominantemente de locais ligados a religião (principalmente igrejas), militares (fortes) e a nobreza (casas da nobreza local de descendência europeia).

Em contrapartida, ocorre que, na revista do IPHAN são praticamente inexistentes as referências a elementos da cultura indígena ou que rememorem o passado escravista da nação. Mesmo que nos artigos apareçam referências a locais que a história demonstrou existirem a atuação efetiva de grupos sociais negros ou indígenas, os autores, intencionalmente ou não, deixam de lado num processo de ocultamento destes grupos. Nas revistas localizamos variados textos que fazem referência a engenhos de açúcar onde são descritos todos os elementos arquitetônicos locais, porém, em nenhum deles é mencionada a presença da senzala e dos escravos. No texto “A antiga fazenda de São Bento em Iguaçu”, encontramos o seguinte dizer do autor: “3. O engenho de açúcar. Em contraste com a grande cópia de informações referentes às terras da fazenda de Iguaçu, diminutas são as notícias que nos restam sobre os engenhos de açúcar e de farinha, da olaria, da igreja e finalmente da vivenda ou casa grande da fazenda”.⁸⁸

⁸⁷SMITH, Robert C. Alguns desenhos de arquitetura existentes no arquivo histórico colonial português. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 4, 1940.

⁸⁸NIGRA, D. Clemente Maria da Silva. A antiga fazenda de São Bento em Iguaçu. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 7, 1943. P. 267.

Neste exemplo, o autor demonstra preocupar-se com a escassez de informações sobre os elementos que compõem a fazenda mas não tem a mesma atitude em relação a informação sobre os ocupantes locais, não mencionando nenhum interesse sobre uma senzala, que era uma estrutura típica dos engenhos de açúcar, os quais eram movidos por mão de obra escrava.

Ocorrem exceções a este padrão, sendo tratadas em algumas revistas a temática da cultura indígena e as referências ao negro escravo. No entanto, frente a quantidade de textos, é mínima a menção a estes grupos principalmente como tema central de algum dos artigos.

3.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS REVISTAS DO IPHAN.

Ao concluirmos as leituras e coleta de dados das revistas de nº 1 a 20, nos foi possível identificar uma série de características que predominaram no conjunto de revistas estudadas. Como parâmetro para esta pesquisa, foram elencadas algumas categorias para análise que consideramos importantes para termos uma visão geral do material publicado. As categorias são as seguintes: tipo de patrimônio abordado⁸⁹, estado destacado pelo autor⁹⁰, período a que o artigo se refere⁹¹, raiz identitária predominante⁹² e alguns elementos de identificação como título do artigo e nome do autor.

No tipo de patrimônio abordado por cada artigo, procuramos identificar quais elementos patrimoniais foram escolhidos em cada artigo. Identificamos presentes nos artigos os seguintes tipos de patrimônio: arquitetura, fontes, artes plásticas, história (relatos), arqueologia, etnografia, mobiliário, bibliografia e fontes. Ao analisarmos a totalidade da revista, observamos a predominância da arquitetura (elementos de pedra e cal), das fontes e de artes plásticas.

Podemos pensar a arquitetura com seus elementos de pedra e cal como um elemento referente a perpetuidade do patrimônio pela própria durabilidade do mesmo, representando a durabilidade da identidade que representa. Aliando a isso a ideia de solidez da memória, cultura e identidade. Quanto as fontes, aparecem diversos textos nas revistas que são reproduções de documentos ou descrições de fontes de pesquisa disponíveis sobre determinada temática, demonstrando preocupação com fontes de pesquisa e comprovação de fatos. Aliados a estes, também predominam artigos referentes às artes plásticas, denotando a preocupação com a formatação de uma identidade embasada também na área das belas artes. Neste caso com referência predominantemente europeia, como mostra o artigo de

⁸⁹Ver anexo 1.

⁹⁰Ver anexo 2.

⁹¹Ver anexo 3.

⁹²Ver anexo 4.

Gilberto Freyre, intitulado “Sugestões para o estudo de arte brasileira em relação com a de Portugal e as colônias”, no qual o autor afirma que Portugal é “um povo com uma capacidade única de perpetuar-se em outros povos”⁹³. O autor exalta a capacidade portuguesa de influenciar no modo de vida de outros povos e, conseqüentemente, na sua produção artística, tornando-se uma base artística para os países da América Latina e outros locais onde estabeleceram colônias.

Quando procuramos identificar o estado brasileiro a que se referiu cada artigo escrito, identificamos a predominância de bens patrimoniais alocados em Minas Gerais, Rio de Janeiro e estados do nordeste brasileiro como Pernambuco e Bahia. Percebe-se que são locais ligados a momentos importantes da história do Brasil, mas também podemos considerar que são locais onde se rememoram momentos que podem ser considerados importantes para a história do país, seguindo a definição de patrimônio dada pelo decreto lei nº 25, de 1937, mencionado anteriormente.

Estes são locais de disputa por território, que sofreram ocupações ou revoltas como a Inconfidência Mineira, em Minas Gerais, ou a ocupação holandesa no nordeste. Assim, ocorre que predominam locais em que podem ser produzidas narrativas heroicas de conquista ou reconquista e de proteção territorial, além de serem locais em que estiveram alocados centros de poder político e econômico.

Na referência ao período abordado ou período que é rememorado através do patrimônio mencionado nos artigos, detectamos referências aos séculos XV a XX, sendo que há uma presença maior do século XVIII. Este foi um período que corresponde a uma expansão do domínio do território português para os interiores do Brasil, a ação “heroica” dos bandeirantes, o auge da indústria açucareira e da extração de minérios, o que fez com que a coroa portuguesa fosse uma das mais ricas da Europa. Também é o período que corresponde a maior extensão do domínio português sobre territórios no oriente e ocidente. Podemos justificar a ênfase da revista neste século pelo fato da mesma evidenciar a raiz identitária portuguesa e este ser o século de maior expansão, domínio e desenvolvimento do reino. Portanto, a escolha deste período pode ser considerada como modelo para a identidade a ser construída.

Percebe-se aqui que a referência histórica e de memória criada para a formação de uma identidade nacional desconsidera como fatos importantes para tal feito a história do Brasil anterior a chegada dos Europeus, tendo somente 11 artigos que tratam claramente de populações anteriores a chegada europeia. Alia-se a isto, nos primeiros anos da revista, o desenvolvimento apenas inicial das pesquisas em arqueologia e etnografia indígena no Brasil e também os preconceitos quanto aos nativos das terras brasileiras quanto a cultura, religiosidade, educação, sociedade e desenvolvimento.

⁹³FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo de arte brasileira em relação com a de Portugal e as colônias **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, 1937. P. 41.

Complementando a análise inicial das revistas, buscamos evidenciar a referência de identidade do bem patrimonial abordado em cada artigo. Neste quesito, percebe-se que a preferência dada pela revista era a bens, temas ou elementos que, se observados como referência da construção da identidade histórica do país, teriam a parte elitizada da Europa e seu modo de vida como modelo e referência. Uma única orientação religiosa, uma sociedade elitizada, culta, evoluída e cheia de feitos memoráveis a serem narrados.

3.1.1 Particularidades de cada revista

Aqui, tratamos de observar características particulares de cada revista para se ter uma ideia mais específica das tendências de cada exemplar. Em primeiro lugar, atenta-se para o nome que a revista recebe entre 1937 e 1984, período aqui estudado e que engloba 20 volumes. Desde o início, até a revista de nº 9, o periódico tem estampado em sua capa o nome de *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. A partir do nº 10, a revista passa a portar o nome de *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, mantendo até hoje este nome em sua capa.

A responsabilidade editorial da revista ficava a cargo do diretor do IPHAN e se distribuiu da seguinte forma dentro dos exemplares que esta pesquisa abrange: As edições de 1 a 15 foram produzidas sob responsabilidade de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937 – 1961); os números 16 a 18 estiveram sob a tutela de Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1962-1969); e os números 19 e 20 foram editorados por Irapoã Cavalcanti de Lyra (1984).

De maneira geral, as revistas têm características visuais que se sobressaem. Percebe-se que é uma revista de aspecto que pode ser considerado “moderno”, alinhado aos padrões estéticos do momento e de aparência sóbria. Uma característica que se destaca, é que a revista era ricamente ilustrada ainda que em preto e branco, destacando-se do período a que pertence, que praticamente não ilustrava seus artigos.

Para demonstrar as especificidades das revistas publicadas pelo IPHAN, preocupamo-nos em destacar impressões sobre cada um dos 20 exemplares estudados⁹⁴ nesta pesquisa, tendo para tal a base dada por outras dissertações que utilizam o periódico como fonte de pesquisa⁹⁵.

⁹⁴Ver anexo 6

⁹⁵Aqui tomamos como referência os seguintes trabalhos:

- Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de história da Arte engajados na política de preservação no Brasil – de Robson Orzari Ribeiro;
- Os projetos Gráficos da Revista do Patrimônio: trajetórias do design e do SPHAN – de Aluizio Victor de Souza Carvalho e;

O volume número 1 é o que contém maior número de artigos, somando 22 textos, e é também a única dividida em seções. Neste volume, percebe-se o predomínio da arquitetura nos bens abordados em cada texto, principalmente da arquitetura religiosa. Contudo, esta revista de número 1 é um dos exemplares mais abrangentes quanto as temáticas publicadas fazendo, ainda que em pequena quantidade, contribuições muito ricas para as áreas de arqueologia e etnografia, teoria de história da arte, transcrição de documentos, comentários sobre mobiliário nacional e, seguindo a temática predominante, análises sobre a arquitetura com predominância das construções ligadas a religião.

Sendo este o número inicial da revista, o que podemos chamar de “piloto”, encontramos nele elementos importantes para compreensão das escolhas do IPHAN sobre a área do patrimônio e os debates teóricos ao redor da área. A revista trás, além de alguns artigos com temas específicos como “Casa de fazenda em Jurujuba”, de Paulo Tedim Barreto, “Seminário de Belém da Cachoeira”, de Godofredo Filho e “A igreja dos Montes Guararapes”, de Annibal Fernandes, textos com orientações de pesquisa, demonstrando algumas linhas a serem seguidas pela revista, como no artigo “Documentação necessária”, do arquiteto Lúcio Costa, que trata de direcionar as pesquisas na área da arquitetura, ou o artigo “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e as colônias”, de Gilberto Freyre, que dá as orientações acerca do estudo da arte brasileira por meio da arte portuguesa.

Quanto a questões de matriz cultural e identitária, percebe-se alguns aspectos deveras importantes que ajudam a estabelecer um padrão para a formatação da consciência patrimonial a ser construída pelo IPHAN e divulgada pela revista. Predomina neste exemplar uma ideia de patrimônio e de identidade claramente ligada a uma matriz europeia, principalmente portuguesa e religiosa nos bens mencionados e também nas referências de qualidade e beleza. Aqui, já se tem predominância dos bens chamados de “pedra e cal”. Esta é uma característica ligada à ideia de perpetuidade, durabilidade, robustez, tanto do bem tombado quanto da matriz cultural/identitária a ele referida.

Apesar deste direcionamento a uma cultura puramente Européia, encontramos já neste exemplar, produções que vão contribuir para a ampliação das bases teóricas e metodológicas do IPHAN. Assim, artigos como o de Lucio Costa – “Documentação necessária” – e Gilberto Freyre – “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias” – são fundamentais para a caracterização metodológica e para a concepção patrimonial adotadas pelo IPHAN. Já artigos como os de Heloísa Alberto Torres – “Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil” – e Raimundo Lopes – “A Natureza e os

monumentos culturais” – denotam a tentativa de se ampliar a abrangência da política patrimonial e os conflitos que tal política geraria.

Destacam-se ainda nesse primeiro volume os textos sobre arquitetura, de Afonso de E. Taunay – “O forte de São Tiago da Bertioga” – Anibal Fernandes – “A igreja do monte Guararapes” – e Nuto Sant’Anna – “A igreja dos remédios”. Tais artigos revelam-se documentos comprobatórios do conteúdo predominante da revista. De maneira analítica, os artigos reconstróem as histórias dos monumentos analisados, fornecem comentários sobre sua originalidade e pontuam a importância dos mesmos para a formação da nação. Ao falar sobre a restauração, Taunay diz o seguinte sobre o forte de São Tiago da Bertioga: “urge tal providência em prol da conservação do único vestígio quinhentista subsistente do apossamento Luso em terras de S. Paulo”⁹⁶, justificando a preservação do monumento com a alegação única de prova da presença portuguesa em terras paulistas.

Os dois volumes seguintes – números 2 e 3 da revista – podem ser interpretados como uma extensão do primeiro volume. São 29 artigos versando sobre variados temas – todos aqueles que o IPHAN abordou ao longo das suas 18 edições, desde etnografia até arquitetura, com muitas transcrições de documentos e textos sobre artes plásticas. Mais uma vez foi dada bastante atenção ao aspecto arquitetônico do patrimônio, contudo, os textos de etnografia demarcaram seu espaço na publicação e os textos de artes plásticas apareceram com grande força.⁹⁷

Cabe aqui ressaltar as transcrições dos documentos. No artigo “Relíquias do Passado”, de Salomão de Vasconcelos, aparecem descrições da aparência em que se encontra cada documento (coloração das páginas, rasuras, desgaste), fotografia de cada documento e abaixo a transcrição fiel de cada um e a importância de determinado documento para o artigo. Neste caso, a comprovação dos integrantes da primeira câmara de Mariana em Minas Gerais. As características das transcrições se mantêm as mesmas nestas revistas com exceção da fotografia que não aparece mais. De resto, ocorrem transcrições de contratos para serviços⁹⁸, desenhos preparatórios ou esboços para pinturas⁹⁹, listas de documentos referência para biografias¹⁰⁰ e rols de bens familiares¹⁰¹.

⁹⁶TAUNAY, Afonso de E. Uma relíquia notabilíssima a conservar: O forte de São Tiago da Bertioga. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, 1937. P. 7.

⁹⁷RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte** engajados na política de preservação no Brasil. 2012. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História da Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

⁹⁸FREYRE, Gilberto. Manuel da Costa Ataíde, Dourador. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 2, 1938. P. 159.

⁹⁹CAMPOS, Deoclécio Redig. Um desenho preparatório para a “Libertação de São Pedro”, Obra da Escola de Rafael, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 3, 1939. P. 37.

¹⁰⁰BATISTA, Nair. Pintores do Rio de Janeiro colonial: notas bibliográficas. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 3, 1939.

¹⁰¹DIAS, Hércia. Mobilário dos Inconfidentes. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 3, 1939.

Nesse sentido, a revista do órgão apresentava uma variedade de possibilidades de objetos “patrimoniáveis”: fortalezas, igrejas, sambaquis, vestígios arqueológicos, artes indígenas, mobiliário, gravura, casas de fazenda, acervos de museus. Além disso, a produção teórica apontava para contribuição de diferentes áreas do saber para a constituição e estudo da área patrimonial, tais como: história, arquitetura, antropologia, fotografia, acervos, mobiliários, entre outras. Desse conjunto inicial, fazemos duas ressalvas: a primeira delas é que ficou a cargo dos autores vinculados diretamente à repartição a produção dos principais artigos de orientação teórica sobre a importância e seleção dos objetos patrimoniais, tais como os artigos “O Piauí e sua arquitetura”, de Paulo Thedim Barreto e “Contribuição para o estudo da obra de Aleijadinho”, de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ambos publicados na revista número 2 e “Notas sobre a evolução do mobiliário Luso-Brasileiro”, de Lúcio Costa e “O Alpendre das capelas brasileiras”, de Luis Saia, esses publicados na revista número 3.

Andrade, por exemplo, no artigo sobre Aleijadinho, apresenta uma quantidade enorme de documentos que comprovariam a atribuição de obras ao escultor mineiro. Contudo, para além de identificar a produção do artista, o diretor apontava, pela prática, a importância do documento para a comprovação de uma hipótese de pesquisa. Rodrigo Melo Franco, Carlos Drummond e Lúcio Costa defendiam a universalidade e origem comum das “legítimas” cultura e arte, levando a uma visão homogeneizante destas categorias em contraponto à ideia de diversidade e pluralidade. Para estes, o sentido da identidade nacional estava ligado às “origens” da **História da Arte Universal** que, naquele período, era orientada por uma visão positivista, linear, evolucionista e eurocêntrica da historiografia¹⁰²

Esta importância atribuída pelo autor ao documento reforça a orientação positivista dada às pesquisas publicadas na revista, uma vez que esta corrente tem como alguns dos principais fundamentos, cujo emprego considera-se prática comum entre os pesquisadores, desde Bacon, a busca da explicação dos fenômenos através das relações dos mesmos e a exaltação da observação dos fatos.¹⁰³

Em segundo lugar, é interessante notar que havia um significativo diálogo entre o IPHAN e outras instituições culturais quando o assunto era patrimônio nacional. Citamos isso porque a revista recebeu colaboração de muitos diretores de museus e institutos de pesquisas nacionais e internacionais (Museu Imperial do Rio de Janeiro, UNE, PUC/RS, Biblioteca Apostólica do Vaticano, Columbia University nos EUA, Embaixada do Brasil em Lisboa e UNESCO são algumas instituições

¹⁰²CHUVA, Márcia. **Fundando a nação**: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Topoi .Rio de Janeiro;v.4,n.7,jul.-dez.2003,p.313-333.

¹⁰³TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

que receberam a revista¹⁰⁴) que, de alguma maneira, contribuiriam com a causa do patrimônio brasileiro publicando na revista. Tais artigos versavam basicamente sobre formas não contempladas pelo tombamento, como os artigos sobre arqueologia e etnografia ou sobre “objetos” pouco comuns ao cotidiano da repartição. São representantes notórios desse grupo, os artigos de Estevão Pinto – “Alguns Aspectos da cultura artística dos Pancarús de Tacaratú (índios dos sertões de Pernambuco)” - Raimundo Lopes – “Pesquisa etnológica sobre a pesca Brasileira no Maranhão” - Carlos Estevão – “A cerâmica de Santarém” – e Deoclécio Redig de Campos – “Um desenho preparatório para a ‘libertação de São Pedro’, obra da escola de Rafael, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”.¹⁰⁵

Ainda nestes dois exemplares predomina a matriz identitária europeizada e religiosa. Principalmente quando se fala dos bens de pedra e cal, estes são trabalhados de maneira a serem retirados do contexto histórico, portanto, pequenas ou nulas e de maneira pejorativa são as referências a presença negra ou indígena no Brasil. Podemos aqui citar como exemplo o texto de Alberto Lamago, intitulado “O solar do Colégio” quando este, ao falar do indígena e do negro, refere-se aos mesmos como “rebeldes, insubmissos, de difícil trato, selvagens”, legitimando as regras religiosas de doutrinação e dominação indígena, e dando aos engenhos escravistas méritos pela grandeza da terra e pela etnogênese da população (quase que justificando a escravidão nos engenhos). O solar do colégio, configura-se de certa maneira em um lugar de europeização das populações nativo americanas e negras no que se refere a religiosidade.

O quarto volume das revistas mantém uma relativa pluralidade temática, no entanto, nenhum artigo sobre arqueologia e etnografia circula nessa edição. A história aparece como grande mote dos artigos. Quando não se trata diretamente de um texto histórico, percebe-se o cuidado com a abordagem histórica da peça analisada, sempre buscando se construir uma história factual e cronológica da construção do bem até o destino final, bem como dos fatores que levaram a construção de determinado patrimônio como, por exemplo, no primeiro artigo da revista: “Aqueduto da carioca”, de Noronha Santos. Nesse caso, o estudo do aqueduto citado abre espaço para o autor examinar a cidade do Rio de Janeiro e sua política de ocupação. Também numa abordagem histórica, Alberto Lamago escreve sobre “Os sete povos das missões”. É curioso observar que esse é um dos poucos artigos a abordar *diretamente* um monumento do Rio Grande do Sul. Foram poucos os artigos cujos focos estavam em objetos da região Sul do país. Além do artigo de Lamago, podemos citar

¹⁰⁴SILVA, Cintia Mayumi de Carli. **Revista do Patrimônio: editor, autores, temas**. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais., Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Cpdoc, Rio de Janeiro, 2010. P. 177

¹⁰⁵RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil**. 2012. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História da Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

como exemplo os artigos “Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba”, sem indicação de autoria, publicado na primeira revista e “Colégio dos Jesuítas em Paranaguá”, de David Carneiro, publicado na revista número 4.

Podemos pensar os poucos artigos que se referem a região Sul por esta não estar situada dentre os estados que detêm os eixos de poder como Minas e São Paulo, remanescentes da política do café com leite na qual se alternavam no poder indivíduos de cada estado, e o Rio de Janeiro, que era a capital federal da época. Em outros artigos as artes plásticas, o mobiliário nacional e a arquitetura fazem parte do conteúdo da revista.

A análise do número cinco da publicação indica uma redução da amplitude temática. A partir desse volume os temas editados pela *Revista* são mais restritivos e certos temas passam a predominar em cada volume da *Revista*. No caso do quinto volume, a articulação teórica se dá, sobretudo, pela exposição documental e pela predominância de textos sobre as artes plásticas. O primeiro artigo é de Lúcio Costa: “A arquitetura jesuítica no Brasil”. Essa foi a terceira aparição do autor na revista, que deixou importantes impressões sobre as características da arquitetura no país. Sérgio Buarque de Holanda, historiador já consagrado na época, também contribuiu com a publicação com o artigo “As capelas antigas de São Paulo”. No entanto, é à área de artes plásticas que estão vinculados dois importantes artigos dessa revista: “Os dois grandes lampadários do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro”, de D. Clemente Maria da Silva-Nigra e “A propósito de três teorias sobre o Barroco”, de Hannah Levy. No primeiro caso, trata-se da contribuição inicial de D. Clemente, um dos colaboradores mais assíduos das Revistas. No segundo, Hannah Levy apresenta aos leitores brasileiros três historiadores da arte europeus já consagrados. Sua apresentação envolve comentários sobre a produção de cada um dos estudiosos, supostamente de difícil acesso para época. Arqueologia e etnografia, com o texto de Gastão Cruels, “Decoração das malocas indígenas”, também compõem a publicação¹⁰⁶.

Quanto a base identitária destacada pelos bens descritos nesta revista, mantém-se a matriz europeizada, predominantemente portuguesa, sendo que há predomínio, domínio e superioridade da ocupação portuguesa sobre qualquer outra.

Francisco Marques dos Santos faz a seguinte afirmação:

Seja esta reunião uma homenagem à memória de D. João, Príncipe Regente e Rei, à memória dos Pedros Imperadores! A estes chefes de Estado estava reservada a glória de serem os máximos propugnadores das Belas Artes no Brasil. A chegada da família real portuguesa e de

¹⁰⁶RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte** engajados na política de preservação no Brasil. 2012. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História da Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

sua corte ao Rio de Janeiro foi motivo de preocupação artística – não há mais razão para que alguém de boa fé possa ocultar.¹⁰⁷

E também podemos mencionar aqui a fala de Arthur Cesar Ferreira Reis, ao dizer que:

O cristão lusitano chegou às portas do vale amazônico, pela via atlântica, em 1616. Encontrou, com um mundo exótico, de que já se falava com certo entusiasmo nas peças oficiais dos colonizadores das demais partes do Brasil-norte, concorrentes ingleses, irlandeses e holandeses que se haviam adiantado em empreendimentos mercantis e intuítos imperialistas bem visíveis. Como era natural, teve de haver-se contra esses elementos estranhos, que possuíam feitorias comerciais e casas-forte, à sombra das quais procurava fixar domínio. O entrevero foi longo e difícil. Os “hereges”, nomes que se deram àqueles concorrentes ousados e fortes, por fim tiveram que ceder, abandonado o campo, onde o cristão começou sua jornada de conquista econômica e espiritual.¹⁰⁸

Nas duas citações dos autores temos a evidência maior da herança portuguesa. Chama atenção o fato de os autores mencionarem a presença francesa na primeira citação (sendo temática central do artigo) e a presença inglesa, irlandesa e holandesa na segunda, mas sempre dando superioridade a presença portuguesa, tanto nas chamadas belas artes quanto na ação de ocupação territorial.

Por fim, quando menciona o indígena, este é tratado novamente de forma pejorativa considerando-o indefeso, selvagem, pecador e desprovido de civilidade. Assim, analisando os artigos, observamos que, em sua maioria, os autores consideram que o desenvolvimento histórico e cultural do Brasil tem seu início somente a partir da inserção europeia.

Outro estudo de Hannah Levy – “Pintura Colonial no Rio de Janeiro” – abre o sexto volume da Revista. Seguindo a mesma linha da edição anterior, esse volume apresenta pouca variedade de temas. Chama-nos atenção a sequência de textos que abordam a região amazônica. São eles: “Roteiro histórico das fortificações no Amazonas”, de Arthur César Ferreira Reis; “Arqueologia Amazônica”, de Gastão Cruels; e “O colégio de S. Alexandre e a Igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão-Pará”, de Serafim Leite.

Estas abordagens referentes a Amazônia e ao Grão-Pará condizem com a questão ocupacional, econômica sob os aspectos ambientais que predominavam nos interesses do governo dentro do projeto de desenvolvimento do país no Estado Novo. Durante este período, as iniciativas para a promoção da integridade nacional, a partir da construção de um Estado forte, impulsionariam o desenvolvimento econômico brasileiro fazendo parte deste projeto a ocupação do território.¹⁰⁹

¹⁰⁷SANTOS, Francisco Marques. O ambiente artístico fluminense à chegada da Missão Francesa em 1816. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 5, 1941. P. 213

¹⁰⁸REIS, Arthur Cesar Ferreira. Vestígios artísticos da dominação lusitana na Amazônia. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 5, 1941. P. 169

¹⁰⁹SANTOS, Camila Comerlato dos. **Território Federal de Ponta Porã: O Brasil de Vargas e a “Marcha para o Oeste”**. 2016. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós - Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Também fazemos destaque ao último artigo dessa revista: “O estilo brasileiro de D. Maria ou Colonial brasileiro”, de José Almeida Santos, sobre as formas de classificação do mobiliário nacional. De acordo com Robson Orzari Ribeiro, esse é o único artigo, de todos os 18 volumes analisados, em que o “IPHAN” manifestou seu desacordo em relação às ideias do autor, discordando da necessidade de se criar uma nova designação para a classificação do mobiliário nacional¹¹⁰.

Neste número mantém-se a predominância da matriz europeia portuguesa e religiosa, o enaltecimento e heroizarão da ação portuguesa para dominação das terras brasileiras e quando se menciona as populações nativas locais, reforça uma ideia de que tudo de belo e bom veio com os portugueses. O texto de Arthur Cesar Ferreira Reis, intitulado “Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas”, traz esta construção heroica da ação portuguesa e afirma haver somente interesse de outras nações estrangeiras nas terras brasileiras e este seria o único obstáculo para ocupação, o que dá pouca importância às populações indígenas locais. O autor, de forma breve, trata os conflitos afirmando que,

Houve igualmente motivos heroicos de defesa contra a ambição estrangeira, incessante, ameaçadora, mas sempre contrariada.

Entreverando, inicialmente, com os concorrentes que vinham da Britânia, da Irlanda e dos Países Baixos, os portugueses tiveram, mais tarde, de haver-se com franceses que desciam da Guiana, como por fim entestaram, sem o estrépito esperado, com os espanhóis, no Solimões, no alto Rio Negro e no vale do Rio Branco.¹¹¹

O autor mostra os interessados nas terras brasileiras mas não menciona os nativos que muito provavelmente ocupavam aquele espaço e também teriam interesse no território, deixando claro o sentimento de posse do colonizador português sobre as terras brasileiras acima de qualquer outro ocupante.

O número sete das revistas manteve o caráter restritivo, porém as contribuições foram variadas. Destacamos os temas sobre as Artes plásticas nas quais os autores se preocuparam em fazer uma construção histórica das práticas abordadas nos artigos, tanto no texto “Os azulejos do convento de São Francisco da Bahia”, de C. F. Ott, quanto no texto “Frans Post e Albert Eckhout, Pintores holandeses no Brasil e as Tapeçarias das Índias dos Gobelins”, de Michel Benisovich.

Outro destaque vai para a predominância do “nordeste” nos textos da revistas. São quatro artigos abordando diretamente algum monumento da região: “Os azulejos do convento de São Francisco da Bahia”, de Carlos Ott; “Casa de residências no Brasil”, transcrição do diário de Louis L.

¹¹⁰RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil.** 2012. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História da Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

¹¹¹REIS, Arthur Cesar Ferreira. Roteiro histórico das fortificações no Amazonas. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 6, 1942. P. 120

Vauthier; “Das condições defensivas da capitania do Pará ao findar o século XVIII”, de Arthur César Ferreira Reis e “Muxarabis e Balcões”, de Estevão Pinto.

Nesta edição predomina novamente a matriz de referência cultural europeia. É enaltecido o caráter europeu como modelo de conduta, hierarquização familiar (patriarcal), religiosidade e beleza da arquitetura e arte. Mesmo as produções de artistas aqui nascidos, as mesmas tem como padrão de comparação as obras europeias independente do tipo de produção. Aqui ainda é interessante ressaltar o ocultamento de certas identidades nas descrições de alguns autores. Em seu artigo “Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio”, Joaquim Cardoso fala sobre o tipo de casa portuguesa rural existente na capital e descreve o conjunto mobiliário local mencionando Casa Grande, Engenho de Açúcar, Capela (estrutura que comumente funcionava com uso de trabalho escravo no período), porém, não há menção a presença de escravos no local, sendo que esta era a mão de obra que tocava os engenhos no período. Este fato se repete em diversos artigos no conjunto de Revistas do IPHAN.

A publicação seguinte é iniciada também com texto de Hannah Levy. Em seu texto “Modelos europeus na pintura colonial”, a autora mapeia os modelos utilizados pelos pintores coloniais em suas composições, principalmente quanto às pinturas de Manuel da Costa Ataíde, chegando a tratar como cópia as obras já realizadas.

Nessa edição, a predominância temática mantém-se, embora a abrangência regional seja mais bem distribuída se comparada ao número anterior e, também, há nova menção ao patrimônio imaterial através do texto de Curt Nimuendaju intitulado de “A habitação dos Timbira”. Neste texto, o autor trata de descrever a estrutura e formatação das aldeias, descrevendo as casas e seus interiores, a utilização de objetos interiores e o uso de cada elemento que compõe a estrutura da aldeia. Neste texto, o autor menciona algumas lendas dos índios Timbiras, referentes a aquisição do fogo, sendo esta uma das raras menções ao patrimônio histórico imaterial brasileiro e, neste caso, a última referência da revista enquanto estava sob a tutela de Rodrigo de Melo.

Destacam-se no volume, os textos de Curt Nimuendaju, Luis Saia e D. Clemente Maria da Silva-Nigra. O primeiro apresenta o estudo “A habitação Timbira”, único sobre etnografia do volume. É interessante notarmos que essa é a derradeira contribuição sobre o tema etnografia enquanto a *Revista* esteve sob a direção de Rodrigo Melo Franco. O segundo autor publica “Notas sobre arquitetura rural paulista do segundo século”, único artigo da revista que seguiu o esquema tradicional de análise da arquitetura postulado pelos funcionários da repartição. Por último, o texto de D. Clemente Maria da Silva-Nigra, “Temas pastoris na arte tradicional brasileira”, analisou a repetição da temática pastoril na pintura nacional, relatando sua ocorrência em todo o território brasileiro.

Neste exemplar, mantêm-se as referências à superioridade artística e cultural europeia. Reforça-se a ideia, ao chamar de cópias as obras aqui produzidas, como mencionado anteriormente no artigo de Hanna Levy, e esta também dá a entender que até mesmo o caráter pessoal dos artistas brasileiros pode ser compreendido simplesmente através da análise de obras europeias. Aqui predominam as matrizes identitárias europeia (portuguesa), dando ênfase a religiosidade cristã e temos referência a proclamação da República e da declaração de Independência do Brasil, rememorando a participação portuguesa. Predominam os artigos de narrativa histórica sempre tratando da participação dos portugueses no processo.

O nono volume foi o último a apresentar uma relativa variedade temática e grande número de artigos. Os textos, em grande medida ensaísticos, apresentavam impressões iniciais sobre um tema pouco estudado e tinham a preocupação de abrir caminhos para novas pesquisas. Esse também é o último volume com contribuições de três assíduos autores da revista: D. Clemente Maria da Siva-Nigra, que assina o artigo “Francisco de Frias da Mesquita, engenheiro mor do Brasil”; Robert C. Smith, autor de “Documentos baianos” e Hannah Levy, com o artigo “Retratos coloniais”¹¹².

Ao debruçarmo-nos sobre o nono volume, percebemos que a arquitetura voltou a ser o tema principal. Nesse contexto, destacam-se os textos de José Wash Rodrigues, “A casa de moradia no Brasil” e de Aluisio de Almeida, “casas do século 18 e 19 em Sorocaba”.

Nos artigos, o paradigma teórico do IPHAN em suas pesquisas é reforçado no âmbito do patrimônio material, mais especificamente na arquitetura. Assim, vemos nos textos publicados a valorização da cultura material com destaque ao elemento português na formação da cultura nacional;

Na mesma revista, dois textos confirmam a presença portuguesa na formação brasileira: o artigo de Hannah Levy, que analisa os retratos coloniais do Brasil¹¹³ e o artigo de Salomão de Vasconcelos, o qual recontou a história do surgimento de Sabará que, segundo o autor, é uma cidade de matriz tipicamente portuguesa¹¹⁴. Assim, predomina na revista a referência cultural portuguesa, religiosa europeia Cristã e materializa-se a revista com predominância da arquitetura nos seus temas.

O número dez das revistas expõe as mudanças estruturais que já destacamos. A quantidade de artigos diminui apesar do número de páginas manter-se inalterado, indicando que os textos ficaram mais longos e, portanto, mais conclusivos quanto aos assuntos abordados. O volume apresenta somente quatro artigos, com forte predominância de temas ligados a arquitetura. Destoa deste

¹¹²RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil.** 2012. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História da Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

¹¹³LEVY, Hanna. Retratos Coloniais. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 9, 1945.

¹¹⁴VASCONCELOS, Salomão de. Como nasceu Sabará. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 9, 1945

conjunto o texto de Gilberto Ferrez, “Fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843 – 1923)”, no qual o autor traça um histórico dos principais fotógrafos e suas técnicas, apresenta uma rica documentação iconográfica do Brasil imperial. Chama a atenção neste artigo o fato de não ser mencionado nenhum artista ou fotógrafo que tenha retratado camadas marginalizadas da sociedade brasileira no período.

Nesta revista ocorrem algumas mudanças de conteúdo. Há uma maior referência à presença do negro, mesmo que de maneira pontual. São mencionados no texto de Noronha Santos, “Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro”, de maneira pejorativa pelo autor, quando este refere-se ao tipo de fonte construída para a Elite local e para as classes mais pobres, neste caso os negros, e quando afirma que a obra “é muito mais miúda do que convém para uso de negros que brevemente destruirão o chafariz”¹¹⁵.

Aqui, a matriz europeia é ampliada ao mencionar a presença do estilo clássico italiano na arquitetura do Palácio de Belém no texto de Artur Cesar Ferreira Reis, “O Palácio velho de Belém”.

Repetindo o volume anterior, o número onze apresenta quatro contribuições, todavia a arquitetura divide espaço com a história e com a documentação. O volume conta com o magistral texto de Paulo Thedim Barreto, “Casas de Câmara e Cadeia”, o qual trata-se de um dos estudos mais completos da Revista. Nele, Barreto analisa a origem das casas de Câmara e Cadeia e dos municípios brasileiros, segundo os métodos dos professores da História e da História da Arquitetura, dos quais descam-se: Cabelo y Aso, Choisy, Cloquet, Durant, Guadet, Planat, Reynaud, Tubeuf e Viollet-le-Duc. Apesar de Barreto deixar claro que esses autores fundamentaram sua tese, imaginamos que eles também “orientaram” a prática do IPHAN, na medida em que os técnicos do órgão (principalmente os arquitetos) tinham contato com essa bibliografia e absorviam tais teorias¹¹⁶.

Além da contribuição de Barreto, também publicaram na revista, Carlos Ott – “Noções sobre a procedência d’arte da pintura na província da Bahia” –, Noronha Santos – “Vestígios de fortim colonial no Engenho Novo” – e Arthur César Ferreira Reis – “Guia histórico dos municípios do Pará”. Esses artigos abordam as três regiões brasileiras mais comentadas pelo IPHAN – Nordeste, Norte e Sudeste, respectivamente –, sendo que o estudo de Barreto extrapola recortes geográficos.

Aqui, a revista mantém as referências básicas ao patrimônio de pedra e cal (direta ou indiretamente), inclusive, reforçando a ideia de perpetuidade do patrimônio e identitária. Além disso,

¹¹⁵SANTOS, Noronha. Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 10, 1946. P. 16

¹¹⁶RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil**. 2012. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História da Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

a revista traz como característica marcante a discussão sobre alguns aspectos relacionados a organizações urbanas, dando destaque às cidades com traçado de características positivistas.

O número doze segue a proposta dos anteriores quanto a temáticas e quantidade de artigos. Dos cinco estudos publicados, três são apresentações de documentos, apenas um é sobre artes plásticas e outro sobre arquitetura. Esse último fica a cargo de José de Souza Reis, com o artigo “Arcos da Carioca”. Nele, o autor sugere que todos os monumentos desse tipo – os aquedutos – possuam a mesma filiação técnica e artística: a Roma Antiga. Nesse sentido, sua ascendência credenciaria a obra como a mais remota do Brasil e estabeleceria um elo direto entre a nação americana e a civilização europeia, reforçando assim a ligação da identidade brasileira com a construção de uma base identitária predominantemente europeia.

O número treze volta a publicar uma quantidade maior de artigos. São ao todo oito ensaios, com relativa variação temática. Os textos variam entre Artes Plásticas, História, Arquitetura e Documentação. A edição publica na íntegra a tradução do texto de J. Moritz Rugendas, “Imagens e notas do Brasil”, caracterizando as percepções do viajante sobre as mudanças ocorridas no Brasil desde sua primeira passagem pelas terras brasileiras. O artigo está diretamente relacionado ao estudo de David James – “Rugendas no Brasil: obras inéditas” – no qual se reproduz 15 obras inéditas de Rugendas no Brasil.

Nesta edição, chama a atenção o não ocultamento da presença do escravo nos locais mencionados nos textos. Mesmo não mencionando claramente as condições de vida e trabalho desta categoria, aparecem referências claras a sua presença e quantidade nas localidades abordadas pelos artigos. Mesmo assim, estes não são mencionados como integrantes da construção da identidade e memória nacionais e a estruturação desta matriz ainda se mantém, como referência no periódico, de base europeizada, principalmente portuguesa, religiosa de base europeia, aristocrática e intelectualizada. Sempre tendo como parâmetro a Europa e colocando o negro como sujeito indireto da identidade nacional. Mesmo que de forma negativa ele aparece no cenário identitário brasileiro. Podemos exemplificar esta presença ao lermos o seguinte:

Nas fazendas mais importantes existe, em regra, capéla própria; jamais faltará, em uma fazenda, lugar especial para reza em comum. O tronco (cepo) em que se prendem os negros insubmissos, encontra-se geralmente na casa de fornalha.

Fazendas com 34 escravos e outros tantos cavalos e bois já são consideradas importantes. Os fazendeiros maiores, porém, possuem pelo menos 80 até 120 negros.¹¹⁷

¹¹⁷AMES, David. Rugendas no Brasil: Notas inéditas. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 13, 1956. P. 19

Aqui, temos o reconhecimento da presença do escravo de duas maneiras: como referência de importância e grandeza das fazendas, uma vez que o negro também faz parte das propriedades de cada fazendeiro e, quanto ao modo de tratamento dado ao escravo, temos a presença mencionada pelo autor, do tronco, elemento presente como forma de castigo para escravos considerados rebeldes.

O décimo quarto e décimo quinto volumes tentam seguir a variedade temática encontrada na revista número treze. São as duas últimas revistas editadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade antes de sua aposentadoria. Muitos artigos desses números estão vinculados às artes plásticas ou à apresentação de documentos transcritos. Apenas três artigos, de um total de 13, abordam a arquitetura e seus aspectos estruturais ou estéticos.

Nesse conjunto há também uma forte predominância de artigos que abordam monumentos ou fatos históricos da região sudeste. Destaca-se no volume 14 a contribuição de Sylvio de Vasconcelos – “Formação do Arraial do Tejuco” –, no qual o autor reconstrói a história da cidade de Diamantina por meio de dados referentes a ocupação de seu território desde o primeiro rancho. Já no número 15 avulta-se o artigo de Judith Martins – “Novos subsídios acerca de Manoel Francisco Lisboa” – no qual a autora revisita seu próprio texto, publicado na revista número 4, acrescentando novos dados biográficos do artista mineiro e apresenta uma relação de trabalhos por ele realizados. Ambos impressionam pela pesquisa documental, característica dos textos apresentados na revista do órgão e também por apresentarem uma quantidade infinda de documentos muitas vezes sem análises, outra marca dos artigos publicados pela revista.

Nestas duas revistas ocorre a manutenção do patrimônio ligado a origens europeias, tendo menções a bens ligados ao francês e ao holandês e se mantém como padrão de qualidade e beleza as referências europeias. Quanto aos bens mencionados, ocorre uma variedade do tipo de patrimônio analisado. A arquitetura, no entanto, ainda aparece como tema secundário em vários textos.

Os números dezesseis, dezessete e dezoito foram volumes posteriores à saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade da direção do serviço. Eles, no entanto, compõem um significativo rol de contribuições que seguiram as tendências iniciadas pelo ex-diretor, mantendo o padrão de temas voltados a uma cultura de matriz europeizada portuguesa, cristã e dando preferência a bens localizados em Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo o volume dezesseis ainda organizado por Rodrigo, como deixa claro a apresentação feita por Renato Soeiro, na revista número dezessete: “[Rodrigo Melo Franco de Andrade] Editou, além de monografias (PUBLICAÇÃO DO IPHAN), 16 números da REVISTA [...]”¹¹⁸. Nesse sentido, quando observamos a estrutura de seus artigos – autores, temas e quantidade de contribuições – vemos uma semelhança entre ela e os números

¹¹⁸SOEIRO, R. Apresentação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. v. 17. Rio de Janeiro: DPHAN, 1969. p. 9.

imediatamente anteriores, enquanto os números 17 e 18 retomam pontos estruturais dos primórdios das publicações.

Analisando o número dezesseis, encontramos uma estrutura diminuta, com apenas cinco artigos e contribuições de autores bastante assíduos em números anteriores, tais como José Souza Reis e Paulo Thedim Barreto. A contribuição de maior destaque neste número é a de Augusto C. da Silva Teles, com um estudo sobre as casas urbanas de Vassoura, no Rio de Janeiro, pelo espaço que ocupa na revista. Já Barreto retoma o tema da revista número 11, e escreve sobre a “Casa de Câmara e Cadeia de Mariana”. Reis, num trabalho breve, problematiza a prática preservacionista no Brasil, incitando a necessidade do planejamento urbano e especialização técnica para melhorar o trabalho de proteção no país. O texto de Reis aponta as novas percepções que surgiram na estrutura da repartição, contudo, sem questionar os paradigmas estabelecidos pelo órgão desde sua criação. Os dois textos que seguem, trazem reproduções de documentos.

Apesar do número pequeno de artigos, continua o volume de páginas bastante expressivo. Quanto a matriz cultural predominante, esta revista segue os padrões das revistas anteriores, evidenciando o europeu como padrão de base identitária, ocultando diversas vezes a presença do negro em locais que se sabe, eram de uso comum principalmente como mão de obra e, além disso, quando se menciona a religiosidade, esta aparece somente em manifestações do cristianismo. Quanto a menções a diversidade econômica, apresenta um Brasil unicamente de elite cultural (tendo a Europa como modelo) e econômica.

O número dezessete da publicação vem a lume no ano da morte do diretor. Ela retoma algumas características do seu formato primitivo. Nesse sentido, apresenta artigos de cunho ensaísticos, que apontam para metodologias de análises e caminhos para novas pesquisas e retoma temas abandonados anteriormente, tais como arqueologia e etnografia.

A revista tem sete estudos, quase todos sobre Artes Plásticas e História, tendo como exemplos o artigo “O ecumenismo da pintura religiosa brasileira nos setecentos”, de Clarival do Prado Valadares, “As primeiras telas paisagísticas da cidade”, de Gilberto Ferrez e, com destaque, a reprodução de um trabalho de Rodrigo Melo Franco de Andrade, “Palestra proferida por Rodrigo M. F. de Andrade, em Ouro Preto, a 1-7-68”.

Divergem desse aspecto o estudo de Robert C. Smith – “Arquitetura Civil do Período Colonial” – e o trabalho de Maria da Conceição M. Coutinho Beltrão e Roque de Barros Laraia – “O método arqueológico e a interpretação etnográfica”. No primeiro estudo citado, o autor analisa as casas de habitação brasileiras. O método é comparativo, tal como demonstrado por ele em artigos anteriores da revista. Nesse sentido, ele coteja as plantas originais das casas com as construções existentes e a tipologias das habitações paulistas em relação às pernambucanas. O trabalho de Beltrão

e Laraia traz evidências históricas e etnológicas dos povos Tupis. Contudo, o grande mote do artigo é difundir um método de pesquisa interdisciplinar envolvendo a etnologia e a arqueologia.

Aqui, chama atenção o artigo “O método arqueológico e a interpretação etnográfica” por considerar a história do Brasil em um período anterior a chegada dos portugueses, fato este extremamente incomum nas revistas analisadas até o momento que, subjetivamente, tratam a história brasileira como iniciada em 1500. Isto é percebido ao se considerar os períodos de que tratam os artigos publicados até então onde aparecem, quase que exclusivamente os séculos XVI a XX, sendo predominantes os séculos XVII e XVIII.

O volume dezoito foi publicado nove anos após o falecimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade e, assim como o número 17, apresenta um tom saudosista. A apresentação de Renato Soeiro relembrou os anos de gestão de Rodrigo e o intuito da revista. A novidade é que os artigos desse volume trazem predominantemente nomes inéditos ao contexto da publicação. Nesse sentido, temos um texto de Lygia Martins Costa – “Inovação de Antonio Francisco Lisboa na estrutura arquitetônica dos retábulos” – Herculano Gomes Mathias – “Novas contribuições para o arquivo do patrimônio histórico” – Fernando Machado Leal – “A antiga comercial Vila dos Lençóis” – e Ariele Alice Schmit e Igor Chmyz – “Possíveis manifestações da cultura Payaguá em território brasileiro”. Como contribuição de colaboradores antigos, temos os textos de Rodrigo Melo Franco – “A pintura colonial em Minas Gerais” – Lucio Costa – “Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho” – e de Ivo Porto de Menezes – “Manoel Francisco de Araújo” e “Índice, por monumentos, do “dicionário de artista e artífice dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais” – 1º Volume, de Judith Martins”. É curioso o fato de Ivo Porto de Menezes ter publicado dois artigos na mesma revista. Esse foi o único caso de dupla contribuição observado nas revistas analisadas.

Percebe-se aqui que, apesar de Rodrigo de Melo ter dirigido o IPHAN até a publicação da revista nº 15, deixou sua marca e influência que foram seguidas até a revista de número 18. Marca esta que se manifesta pela estruturação das revistas e, por fim, mesmo que o exemplar 18 tenha sido lançado após sua morte, conta com produções influenciadas por ele e com o tom saudosista de Renato Soeiro ao elogiar e legitimar o trabalho do diretor anterior.

Até este momento as revistas mantêm um padrão cultural quanto ao que considera como patrimônio “digno de compor a história e a identidade do brasileiro” uma série de bens que nos dão uma base Européia, Elitizada, Religiosa (cristã), Heroica e bela e de boa qualidade (segundo padrões europeus). Europeia por conta de, quase que na sua totalidade, os bens relacionados nas revistas são idealizados, projetados, construídos e utilizados por indivíduos ou grupos oriundos ou descendentes diretos de europeus.

Elitizada pelo fato de quase não haver menção a classes menos abastadas da sociedade brasileira nos períodos mencionados nos textos. Se tomarmos por base a revista do IPHAN, o Brasil não tem problemas de pobreza, a escravidão, nas poucas vezes em que é mencionada, trata de uma relação paternalista entre senhores e escravos ou não trata desta relação e também, o nativo brasileiro é praticamente inexistente.

Caracterizamos aqui a sociedade como religiosa cristã, pelo fato de um número expressivo de bens estar ligado direta ou indiretamente a religiosidade trazida da Europa. Não há menção as religiões africanas ou a religiosidade indígena praticada por estes povos no Brasil.

Ao observarmos os artigos lidos até o momento, percebemos que muitos textos são ligados ao processo de ocupação das terras brasileiras e manutenção de suas fronteiras. Todos fazendo referência à maneira heroica e sofrida com que ocorreram estes processos. Neste sentido temos bandeirantes e suas incursões heroicas, os missionários e suas missões catequizadoras salvando almas, fortes militares que resistiram a invasões estrangeiras, “bons escravistas” e assim por diante.

Por fim, até o exemplar de número 18, temos somente relacionado o que se encontra dentro de padrões europeizados estética e culturalmente. Até mesmo os artistas brasileiros colocados no rol dos bons, são retratados como meros copistas ou aprendizes de europeus. Assim, não há o belo e o bom produzido exclusivamente pelo brasileiro nativo ou pelo negro, haja visto que estes não são considerados componentes identitários do brasileiro, e, observando a revista, estes praticamente inexistiram no Brasil.

O exemplar de número 18 finaliza o que parece ser um modelo de construção de memória e um sentido de patrimônio e de consciência patrimonial, buscando a formação de uma identidade através dos eventos históricos que materializam a memória na forma de patrimônio. Após este lançamento, a revista fica por um período de 6 anos (1978-84) inativa até ter as revistas do IPHAN nº 19 e 20 lançadas no ano de 1984. Neste reinício, a uma primeira observação, percebe-se que a revista é totalmente repensada no seu *design* externo e na sua diagramação interna. A revista conta agora com capa colorida, com imagens mais detalhadas e identificadas e, apesar de na quantidade de páginas manter o formato de livro, na sua aparência interna a diagramação é mais semelhante a de uma revista, com as páginas divididas em colunas que comportam os artigos nelas publicados.

Quanto as temáticas, as revistas 19 e 20 representam uma mudança radical nas concepções de patrimônio, tanto teóricas como práticas e, conseqüentemente, de conceitos ligados a isto. No campo das discussões teóricas, podemos destacar o artigo que abre a revista nº 19, intitulado “Casa, rua e outro mundo: reflexões sobre espaço e sociedade” de Roberto da Matta, que discute e as diferentes concepções de espaço e sociedade construídas no Brasil, preocupando-se com o contexto histórico

em que se insere cada um dos conceitos. Ainda aparece neste número o artigo de Augusto C. da Silva Teles, que discute as políticas brasileiras de preservação do patrimônio.

Esta é a primeira revista que apresenta uma temática definida. Mesmo sem explicitá-la, percebe-se que os textos giram em torno de políticas, métodos e projetos de preservação do patrimônio histórico, sendo esta a primeira revista que se apresenta com artigos que colocam em discussão ideias, conceitos e metodologias. Esta revista acaba por representar uma grande mudança nas concepções, métodos e ideais patrimoniais sustentados pela revista do IPHAN até o presente momento.

Na revista nº 20, a temática da preservação continua bastante evidente e abre-se espaço para novas discussões conceituais. Temos diversos textos que vão tratar de aspectos antropológicos e imateriais, ligando-os a construção da identidade escritos por Ulpiano Bezerra de Menezes e Benedito de Lima e Toledo. Mantém-se a linha temática da preservação com artigos que discutem novamente políticas de preservação e propostas de intervenção em bens históricos. Aqui, podemos citar como exemplo o texto de Joaquim Falcão intitulado “Política de preservação e democracia” e o ensaio de Augusto Ivan com o título de “A permanência do espaço: intervenções urbanísticas na praça XV”.

Percebemos nesta análise inicial que a revista tem definições de patrimônio, elementos de memória e identidade predominantes e padronizados que iniciam do número 1 até o número 18, incluindo-se nesta padronização o *design* gráfico e diagramação da revista. Percebe-se, nos artigos da revista do IPHAN, que há uma formatação para a construção do patrimônio e da memória da nação brasileira, principalmente nas revistas publicadas entre 1937 e 1947, editadas durante o período do Estado Novo e, salvo algumas inserções temáticas diferentes, nas oito revistas seguintes publicadas entre 1955 e 1978, o padrão da formatação do patrimônio histórico nacional segue da mesma maneira que nas anteriores.

A exceção ocorre nos números 19 e 20, últimos números analisados nesta pesquisa. Ocorre um recomeço, com novo caráter visual, novas temáticas, novas discussões. É como se o espaço de seis anos que a revista ficou parada serviu para gestar uma nova formatação, tanto nas definições de patrimônio quanto no visual da revista.

3.2 DISCURSOS NAS REVISTAS DO IPHAN: AS NARRATIVAS DA REVISTA SOBRE OS SUJEITOS COMPONENTES DA IDENTIDADE BRASILEIRA.

3.2.1 Os sujeitos da composição identitária brasileira mencionados nas revistas

Ao analisarmos esta série de revistas publicadas pelo IPHAN desde 1937, no início do período do Estado Novo, até 1984, ao fim do Regime Militar e início da abertura política, percebemos que o periódico, em seus artigos, aborda uma série de temas que vão falar de lugares, estruturas, construções, documentos, grupos étnicos, esculturas, pinturas, estilos de arte, estilos de arquitetura, enfim, uma gama considerável de temas. Para além das temáticas, temos os sujeitos que são mencionados nas revistas e que, na prática, de acordo com o periódico, devem compor a memória, a história e a identidade da nação que se está construindo.

Diretamente ligado a estes temas, temos os sujeitos que vão aparecer ativamente como personagens nas páginas da revista e vão contribuir para a formatação de uma memória e de uma identidade nacional. Dentre estes sujeitos mencionados nos artigos podemos citar os seguintes: o europeu, o colonizador, o bandeirante, o português, os cristãos, os descendentes de europeus, os militares, o proprietário de terras/engenhos, o indígena, o negro, os artistas brasileiros, a elite brasileira cultural, intelectual e politicamente favorecida. Todos estes mencionados e tendo discursos atrelados aos mesmos, sendo detectados na forma de adjetivos, de que forma que autor se referia a cada um destes sujeitos sendo que, quem escreve está inserido em um contexto histórico diferente do sujeito a que se refere; portanto, separados temporalmente.

Deste modo, através da leitura das produções textuais selecionadas para compor a revista do IPHAN, podemos perceber a construção de uma memória histórica que vem a configurar-se na base histórica necessária para construção e legitimação de um padrão identitário que se intencionava construir. Padrão este que se configura com uma construção de memória de raiz cultural europeizada, principalmente portuguesa, religiosa cristã, elitizada, nobre e heroica.

Dentro deste processo, não nos é possível desconsiderar o papel do autor de cada texto, uma vez que este, mesmo estando temporalmente afastado do sujeito a quem se refere, influencia diretamente na maneira com que a memória vai ser constituída pelo fato de que produz um discurso sobre determinada temática e sujeitos carregado com suas influências do contexto social e histórico em que está inserido e participando ativamente do processo de construção de uma memória oficial como instrumento de legitimação. Apesar de os autores serem elementos de participação direta na construção da memória nas Revistas do IPHAN, a escassez de informações até mesmo via IPHAN, não nos permite muitas considerações acerca destes sujeitos, sendo que, o que podemos apurar com

segurança é que predominavam aqueles com formação ligada a Arquitetura, fato este que influenciou na predominância do tema nas revistas.

De acordo com Jacques Le Goff,

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória¹¹⁹

Assim, ao olharmos as revistas do IPHAN, e a própria estruturação da instituição, percebemos pelos padrões que encontramos nas temáticas e nos tipos de patrimônio que são abordados, que a intenção do periódico, além do que seus idealizadores pensavam, que era criar uma consciência patrimonial, temos também a ideia do desenvolvimento de uma memória coletiva e conseqüentemente de uma identidade coletiva, no sentido que Le Goff trata, sendo estas memória e identidade coletivas mais que uma conquista, mas um símbolo de poder.

Complementa-se esta memória coletiva e identidade homogênea, enaltecendo certas categorias identitárias em detrimento de outras consideradas inadequadas para o que se objetiva construir.

3.2.2 Entre belos, bons, selvagens e degenerados: Os sujeitos e os discursos.

Ao deitarmos olhares mais atentos para a revista, buscando perceber sobre quem se fala e o que se fala, percebemos uma separação dentro da revista. Fica clara uma divisão entre o que é considerado bom e belo, ou seja, adequado para aparecer na revista e para compor a memória histórica do Brasil e o inadequado que é ocultado (não aparece nos textos ou não aparece onde deveria estar mencionado) ou tem menções atreladas a características negativas. Neste caso, por diversas vezes temos a ocultação da presença do negro escravizado ou do indígena como sujeito ativo na história do Brasil.

Inicialmente, havíamos pensado em dividir esta análise por períodos, porém, ao serem lidas as revistas, percebemos que o padrão temático identitário se mantém do número 1 até o número 18, com pequenas nuances que não chegam a modificar a tendência que se estabelece. A mudança drástica

¹¹⁹LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas – SP: Unicamp, 1990. p. 476.

acontece nos números 19 e 20, que são separados por um espaço de tempo bastante grande dos números anteriores.

Como a criação do IPHAN se deu com o objetivo de se construir uma consciência patrimonial na nação brasileira como já mencionamos, podemos considerar a instituição como uma das, senão a principal, ferramenta para a construção da memória histórica que vem a ser a base para a identidade nacional que se intencionava construir. Assim, ao observarmos a narrativa dos autores, percebemos elementos distintos que vem a definir os sujeitos que vão integrar a memória histórica nacional que, através do modo com que são apresentados, percebemos quais são adequados ou quais são inadequados a compor a história nacional.

Durante o período do Estado Novo foram publicadas 11 revistas (1937 – 1947) e nestes exemplares detectamos a presença dos seguintes personagens em destaque na narrativa:

- Enaltecidos ou adequados: Europeu em geral, o Português, os religiosos e a religiosidade Cristã, a cultura escravista, a elite local, o bandeirante, o homem branco e o senhor de escravos, o mineiro, o carioca e o paulista, os militares.
- Menosprezados, inadequados ou ocultados: Indígena, negro, brasileiro pobre, artistas brasileiros, sertanejo, artistas negros, morador ribeirinho, o estrangeiro, o Brasil antes de 1500, o Brasil nos primeiros anos da colonização.

Dessa forma, observamos uma seleção e caracterização de sujeitos que trabalha tanto para enaltecimento, admiração e aceitação popular quanto para o menosprezo, exclusão ou esquecimento destes da memória nacional.

Aos adequados o que se fala, quais são as referências ou características dadas aos “dignos” de fazerem parte da memória, história e identidade nacionais? Ao olharmos as menções ao Europeu de modo geral, oriundo do continente, temos na revista número 1, já referências de superioridade deste. Podemos mencionar aqui o texto intitulado “Louis Vautier e o seu diário inédito de uma Viagem ao Brasil”, quando este fala sobre a situação do arquiteto europeu em sua visita ao Brasil ao afirmar que este “tinha uma sensibilidade fina e o contato com estranhos lhe seria penoso, se não fosse a certeza de sua superioridade à maioria das gentes com quem privaria¹²⁰”.

Além da ideia de superioridade, nas revistas seguintes temos menções a aspectos culturais, econômicos, sociais, aparência, sendo localizados adjetivos como: boa aparência, bons hábitos, eficiente, grande referência de arquitetura, engenharia e carpintaria, modelo de arte e civilização.

De maneira mais específica, ocorrem menções frequentes ao português como base para todos os modelos arquitetônicos e artísticos do país e são tratados como desbravadores e guerreiros

¹²⁰SPHAN, Sem autoria. Louis Vautier e seu diário inédito de uma viagem ao Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, 1937. Anual. P. 155

protetores da nação. Menções semelhantes são encontradas de maneira bastante recorrente em todas as publicações das Revistas do IPHAN durante o Estado Novo e nos períodos posteriores com exceção das duas últimas revistas incluídas nesta pesquisa publicadas em 1984.

Para exemplificar, temos o texto de Paulo Tedim Barreto intitulado “O Piauí e sua Arquitetura” que inicia com o seguinte:

São conhecidos os primeiros desbravadores das terras do Piauí. O Sargento-mor Baltazar Alvares Pestana, em 1616 parte por terra, após a ocupação francesa no Maranhão: segue os vales do Itapicurú e Poti: atravessa o território do Piauí em direção a Pernambuco, onde pretendia solicitar munições de guerra. Em 1626, Frei Cristovam Severim, atravessa o Piauí, partindo do Maranhão em demanda do Ceará. Em 1662, Domingos Jorge Velho, invade o Piauí pelo seu extremo sul, vindo de São Paulo; foi se estabelecer na confluência do rio Parnaíba com Poti. (...) Segundo Pereira da Costa, o nome de rio Parnaíba, foi imposto por esse bandeirante que o descobriu e primeiro habitou suas margens, cultivou suas terras e situou várias fazendas de gado.¹²¹

Temos também o artigo “A Igreja dos Montes Guararapes”, escrito por Annibal Fernandes, que enaltece os dotes militares de Francisco Barreto de Menezes quanto a sua “prudência, valor e arte” e atribui as conquistas que este militar obteve a intervenção divina, principalmente de sua padroeira “A Virgem”¹²² e, de maneira semelhante, no texto de A. L. Pereira Ferraz com o título de Real Forte do Príncipe da Beira é relatada de forma heroica a ação portuguesa contra os Espanhóis pelo domínio da navegação no Rio Guaporé e como esta vitória foi comemorada com a construção do Forte de Nossa Senhora da Conceição.¹²³

Aqui nestes textos citados temos a menção ao Europeu como ser superior, ao Português, de maneira mais específica como referência de cultura, arquitetura, arte, estratégia militar mantendo-se o caráter de superioridade das pessoas vindas da Europa. Soma-se a isso o caráter religioso ao se atribuir às intervenções divinas os sucessos das incursões pelo Brasil e a heroicização dos agentes mencionados, sejam eles bandeirantes ou militares, na luta pela terra por desbravarem o novo território sendo estes os primeiros a ocupar as terras brasileiras. Aqui fica também caracterizado o fato de não haver menção ao indígena como proprietário da terra, normalmente este é visto como invasor apesar de ser nativo.

Para além destas menções, nas revistas que vão se seguindo, a religiosidade cristã, o português, o bandeirante e, de maneira geral, o Europeu, são citados como heróis, desbravadores, salvadores, protetores nobres, gestores da arte e cultura brasileira, benevolentes e cultos,

¹²¹BARRETO, Paulo T. O Piauí e sua Arquitetura. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 2, 1938. Anual. P. 187

¹²²FERNANDES, Annibal. A Igreja dos Montes Guararapes. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 1937. Anual.

¹²³PEREIRA FERRAZ, A. L. Real Forte do Príncipe da Beira. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, 1938. Anual.

basicamente, é retratado como superior a outras culturas. Isto fica perceptível quando se observa que todos os sujeitos bem vistos ou adequados para terem seus bens chamados de patrimônio e conseqüentemente integrarem a memória e a identidade da nação (religiosos, bandeirantes, militares, elite brasileira e portuguesa) são Europeus, descendentes de europeus ou tem alguma ligação identitária com a cultura europeia.

Este discurso de enaltecimento da cultura europeia se mantém praticamente inalterado em todos os exemplares da revista aqui analisados. Não ocorre menção negativa a cultura europeia ou a quaisquer ações advindas de sua cultura sejam estas políticas, culturais, econômicas ou militares.

Quanto ao outro lado, ao inadequado, ao inconveniente, temos referências nossas velhas conhecidas ao indígena, ao negro, ao brasileiro pobre e ao Brasil antes da chegada dos portugueses que nos fazem pensar. Inicialmente, o que nos chama atenção é a ocultação de alguns elementos dentro dos artigos analisados. Principalmente quando se refere ao negro escravizado ou a própria cultura escravista.

Cabe aqui mencionar o texto de Paulo Tedim Barreto, intitulado “A casa de fazenda em Jurujuba”¹²⁴, que descreve toda uma estrutura de fazenda de engenho com engenho de açúcar, casa grande, canavial e não fazem menção nenhuma a presença de escravos em um período em que a mão de obra das fazendas era prioritariamente composta por escravos no Brasil. E as descrições do texto relatam uma estrutura de fazenda características de engenhos de açúcar, também com mão de obra predominantemente escrava.

Em alguns exemplares adiante, a presença escrava é ainda ocultada nos textos publicados. Na revista de número 7, Joaquim Cardoso escreve o texto “Um tipo de casa rural do Distrito Federal e do Estado do Rio”¹²⁵, no qual se repete a situação. O autor descreve um local de típicas relações escravistas, mas ao imaginarmos o local descrito, nos faltam os escravos e a senzala onde habitavam.

Afora a negação da presença do escravo em alguns artigos através da omissão, quando a presença negra é mencionada, esta vem acompanhada de adjetivos como: mão de obra, bárbaro, necessária sua conversão, pescadores atrasados, necessidade de supervisão, propriedade, não homem, sem religião¹²⁶ e outros termos semelhantes.

Colocados na mesma categoria, o indígena é apresentado também de forma negativa, sendo estes dois sujeitos quase que colocados como o antônimo do europeu, como o outro lado da

¹²⁴BARRETO, Paulo Tedim. A casa de fazenda em Jurujuba. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1. 1937. Anual.

¹²⁵CARDOSO, Joaquim. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e do Estado do Rio. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 7, 1943. Anual.

¹²⁶ SPHAN. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, nº 1 até 11. 1937 a 1947.

dicotômica relação civilização x barbárie. Trazemos aqui alguns trechos de artigos publicados na Revista do IPHAN como amostra das referências feitas ao indígena.

Na revista de número 4, há um artigo que fala sobre os Sete Povos das Missões intitulado “Os sete povos das missões: grandes festas celebradas em 1760 em São Francisco de Borja”. Neste artigo é descrita uma festa realizada em honra do rei Carlos III, organizada pelos jesuítas e tendo alta participação dos indígenas. Neste texto o autor descreve as apresentações dos indígenas naquelas semanas de festejos onde há somente apresentações de danças, teatros, músicas e bandas tipicamente europeias e celebração de missa com os indígenas. Não ocorrem nada descrito que revele a mostra da cultura nativa. Inclusive é lembrado um teatro apresentado pelos indígenas descrito da seguinte maneira:

Cada dançarino (índio de 10 para 12 anos), vestido com o traje correspondente à parte que representava, sustinha nas mãos um pedaço de taboa pintada. Apareceu primeiro a Europa, e depois de várias danças, colocou a taboa em cima do globo terráqueo. Surgiu após a Ásia e, dançando sempre, foi depositar o seu pedaço de taboa junto à precedente. Da mesma forma procederam a África e América, formando toda a efigie do rei Carlos III. Travou-se depois uma renhida batalha dos índios, adornados com variadas vestes, contra os diabos e, ficando estes vencidos, cantaram os músicos celebrando.¹²⁷

E, mais adiante, na revista nº 8, publicada em 1944, Serafim Leite, em seu texto afirma que: Para assegurar a catequese dos Aimorés, assumira o governo da Aldeia, o mesmo P. Domingos Monteiro, como vimos. Era difícil, porque na primeira doença que sobreveio, todos queriam fugir para os matos, retomando assim a vida selvagem anterior.¹²⁸

Ainda, ao fim do Estado Novo, na revista número 11, o que se menciona sobre o indígena é o seguinte: Pela primitividade de suas culturas, não criaram aparelhagem política que atravessasse o tempo ao choque da cultura política do lusitano conquistador.¹²⁹ Seguindo o mesmo sentido, temos a afirmação que abre o artigo de Arthur Cesar Ferreira Reis, que diz o seguinte sobre a povoação do Pará:

A caracterização geo-humana do Pará, interessando-nos diretamente para o tema da presente memória, começou com a entrada dos portugueses e dos mamelucos pernambucanos que acompanharam Francisco Caldeira de Castelo Branco, quando o ex capitão-mor do Rio Grande do Norte veio fixar o domínio lusitano na bacia amazônica e, as margens do Guarujá,

¹²⁷ CARDOSO, Joaquim. Os sete povos das missões: grandes festas celebradas em 1760 em São Francisco de Borja. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 4, 1940. Anual.

¹²⁸ CARDOSO, Joaquim. Os sete povos das missões: grandes festas celebradas em 1760 em São Francisco de Borja. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 4, 1940. Anual.

¹²⁹ REIS, Arthur Cesar Ferreira. Guia Histórico dos municípios do Pará. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 11, 1947. P. 235.

erigiu a primeira situação com a casa forte do Presépio, que foi a raiz mais próxima da cidade de Belém.¹³⁰

Por estes extratos retirados como exemplo, trazemos algumas considerações acerca do trato dispensado ao indígena nas narrativas analisadas. Começa com o processo catequizador ao mencionar as dificuldades que se tinha, como se isso fosse por causa do indígena e não da imposição do processo catequizador. Alia-se a isso então, a suposta suscetibilidade do indígena a “tentações”, “demônios” e “pecados” por ser considerado um ser sem religião e temos uma formatação de algo inadequado a integrar a memória e história nacional.

Por fim, ocorre que os autores das revistas consideram como inexistente a história do Brasil ou de qualquer lugar do país antes de ocorrer a ocupação pelo europeu como percebemos na citação anterior, quando o autor afirma que as caracterizações humanas só começaram após a entrada dos portugueses e dos mamelucos, desconsiderando qualquer forma de ocupação anterior como história.

Quando lemos os poucos artigos que falam sobre aspectos dos indígenas, encontramos alguns elementos que nos surpreendem, por irem ao contrário desta linha de pensamento negligenciadora e menosprezadora da identidade do nativo. Já somos surpreendidos na primeira revista publicada quando no artigo intitulado “A natureza e os monumentos culturais”, de autoria de Raimundo Lopes, é afirmado que “não temos, é verdade, grandes monumentos indígenas como os do México e os do Perú, mas nossa arqueologia aborígene é do mais alto interesse, quer sob o ponto de vista artístico quer sob o antropogeográfico”.¹³¹

Este trecho citado mostra que, mesmo dentro de um padrão discursivo acerca do indígena, há ainda inserções de narrativas que valorizam sua cultura e tradições, contrariando a tendência detectada no periódico. Ainda neste sentido, podemos mencionar a seguinte fala do texto “A Habitação dos Timbira”, publicado em 1944, no 8º número da revista que diz o seguinte:

Os próprios Timbiras consideram como um dos mais característicos elementos de sua cultura a forma circular de suas aldeias. Enquanto os Timbiras ainda possuírem a sua consciência étnica não se deixarão persuadir a abandonar esta forma de habitar em conjunto, intimamente ligada à sua organização social e cerimonial. Apesar de sua grosseira ignorância em relação à cultura indígena, os missionários Batistas entre os Krahó parece que instintivamente sentiram a importância social do círculo da aldeia, empregando todos os esforços para conseguir que os índios o desprezassem, visto como enquanto existiam aldeias circulares também estava de pé a antiga ordem social, dentro da qual não há lugar para missionários.¹³²

¹³⁰REIS, Arthur Cesar Ferreira. Guia Histórico dos municípios do Pará. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 11, 1947. P. 232.

¹³¹LOPES, Raimundo. A natureza e os monumentos culturais. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, 1937. P. 84.

¹³²NIMUENDAJU, Curt. A Habitação dos Timbira. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 8, 1944. P. 76

Com isso, inicialmente, fica óbvia a fala do autor no sentido de ser necessário quebrar a organização social dos Timbira para a entrada da organização missionária e conversão do indígena a uma religiosidade considerada adequada e para a imposição da organização social dos ditos “civilizados”. O que nos faz pensar esta citação como uma diferenciação nos padrões de discurso acerca do indígena é o fato de o autor falar que é necessário tirar dos índios Timbiras a sua “consciência étnica” para que estes cedessem a inserção de uma nova ordem. É interessante observar que há o reconhecimento desta consciência étnica e da existência de uma organização social e cultural dos indígenas, mesmo que este reconhecimento seja como constatação de um obstáculo.

Indo além nas narrativas observadas, temos ainda no grupo dos “inadequados”, os artistas brasileiros que são retratados em vários artigos das revistas como copiadores, como dependentes da arte europeia e do europeu, tem seus trabalhos vistos como toscos e de mal acabamento e, aqueles poucos elogiados (Aleijadinho por exemplo) o são por conta de ter herdado o seu talento de algum artista europeu, como se a habilidade artística fosse um traço genético e exclusivo de linhagens europeias. Aqui chegamos ao brasileiro pobre que pouco é mencionado nas narrativas das revistas e ao ser citado é tratado como desleixado, inútil, ignorante, sem menção de contexto social, político ou econômico.

Nos anos que sucederam ao período do Estado Novo, inicia-se um período de redemocratização (1946 – 1964), com a saída de Getúlio Vargas do poder e a ocorrência de eleições para a escolha do novo presidente que, neste processo, acaba sendo Eurico Gaspar Dutra. Neste período, no que se refere a revista do IPHAN, ocorre um número menos frequente de publicações, sendo expedidos apenas 6 exemplares. Quanto ao número de artigos e páginas, ocorre uma diminuição drástica nos artigos que, em contrapartida, estão maiores visto que o volume de páginas continua grande.

Ao analisarmos as narrativas da revista deste período, percebemos que o padrão de fala dos sujeitos não se altera, salvo algumas exceções semelhantes ao que ocorria anteriormente. Percebe-se uma preocupação maior com a legitimação de alguns fatos históricos como forças que auxiliaram na formação do patrimônio brasileiro. Aqui, podemos citar como exemplo a seguinte afirmação:

Documentação dispersa em arquivos de Portugal, da Espanha e da Holanda, aqui utilizada pela primeira vez, vem lançar um pouco de luz sobre um dos construtores dos primeiros edifícios que a riqueza do açúcar, no começo do século XVII, permitiu que se construísse em Pernambuco com o propósito de perdurar.¹³³

¹³³MELO, José Antônio Gonçalves. Cristovão Alvares – engenheiro em Pernambuco. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 15, 1961. P. 9

Neste trecho, ocorre que o autor dá ao período do Ciclo do Açúcar no Brasil os méritos por possibilitar a construção de elementos patrimoniais que fossem duradouros, que perdurassem. Porém, não há menção ou referência ao tipo de mão de obra largamente utilizada neste momento, ocorrendo mais uma vez a ocultação da memória, exaltando um fato histórico, enaltecendo a participação de um engenheiro Português e ocultando a memória do escravo.

O que aparece nesta série menor de revistas publicadas durante o período de redemocratização e que chama bastante a atenção, é a preocupação com a construção de uma linhagem que ligue o patrimônio construído no Brasil à Europa. Temos o texto de Paulo Tedim Barreto, intitulado “Casas de câmara e cadeia”, que vai tratar das construções destas casas e cadeias com descrições de sua estrutura. Neste texto o autor constrói uma narrativa que liga o português ao romano, reivindicando esta descendência aos portugueses e, conseqüentemente, ao brasileiro.¹³⁴

Este fator ocorre também de forma inversa na revista seguinte, a qual foi publicada 8 anos depois, em 1955, onde José de Souza Reis fala sobre os Arcos da Carioca, mas faz uma trajetória histórica a partir de Roma trazendo traços e particularidades das construções até chegar aos arcos do Rio de Janeiro.¹³⁵ Deste modo, os dois autores constroem uma ligação histórica profunda com a Europa, reivindicando uma descendência romana ligada ao Brasil criando assim um “mito de origem”.

Quanto ao restante, a revista segue os mesmos padrões de consciência patrimonial e narrativa identitária das anteriores publicadas durante o período do Estado Novo. É possível considerar que estes padrões e tendências se mantêm pelo fato de Rodrigo de Melo ainda estar à frente do IPHAN apesar da mudança de governo e de sistema político. Desse modo, os ideais de patrimônio da revista continuam os mesmos, assim como o foco identitário dado pela revista, apesar das mudanças de governo no Brasil.

No que se refere a políticas públicas de patrimônio, os períodos democráticos pós Estado Novo reproduzem tendências do sistema anterior e esta característica, as quais aparecem também nas revistas que, apesar do número reduzido de artigos, mantêm o viés europeizado e religioso, quase como se fossem lançados alguns poucos exemplares no período para reforçar a ideia anterior das revistas publicadas no primeiro período de governo de Getúlio Vargas.

Nesta sequência dos periódicos do IPHAN, o número de artigos continua reduzido e os padrões identitários preservados pelo periódico mantêm-se os mesmos. Há ocultações de determinadas culturas ao se mencionar estruturas que se utilizavam de mão de obra escrava, mas o

¹³⁴BARRETO, Paulo Tedim. Casas de Câmara e Cadeia. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 11, 1947.

¹³⁵REIS, José de Souza. Arcos da Carioca: Arcutum Opus. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 12, 1955.

artigo não faz menção nenhuma a isso. Temos como exemplo aqui o texto de Augusto C. da Silva Teles portando o título de “Vassouras: estudo da construção residencial urbana”, no qual o autor traz a formação do município de Vassouras-MG e descreve características da arquitetura e, em alguns momentos, usando unicamente a referência de viajantes com Saint-Hilaire, descreve um local da seguinte maneira: o sítio onde está a vila era um despovoado coberto de mato; Saint-Hilaire, quando passa pela região, descreve a casa grande, o engenho de Pau Grande e se hospeda na fazenda de Ubá [...] não faz referência a povoado algum.¹³⁶

Assim, se produz a narrativa que é mais interessante, bonita e dita “adequada”, e se oculta a presença do escravo e também de qualquer outra população que por ventura possa ter ali existido. Complementando a construção do imaginário neste artigo, temos também a da criação de heróis. Neste texto a ação bandeirante é tratada como heroica ao ser chamada de “epopeia”¹³⁷, magnificando esta ação que historicamente dizimou indígenas que se negaram a ceder à nova ordem.

A condição de superioridade do europeu é reforçada novamente e mantém-se padronizada nestes poucos números da revista que são publicados durante o regime militar. Cabe ressaltar aqui, que as revistas de número 16, 17 e 18 representam a finalização da influência de Rodrigo de Melo, pois, apesar de este se aposentar em 1967, os números seguintes ainda levam a marca da sua gestão, tanto nos padrões temáticos e de tipos de patrimônio quanto na organização das revistas e ainda, estes números contam com artigos de sua autoria.

Aqui, apesar de esta série de revistas (números 16, 17 e 18) apresentar uma mesma tendência narrativa, nos deparamos com alguns textos que nos surpreendem com algumas características que podem ser consideradas como um princípio de mudanças ou de fim de um ciclo no conceito de patrimônio para uma reformulação. Encerrado o ciclo de Rodrigo de Melo no IPHAN, temos um espaço de tempo considerável sem a revista ser publicada e, como exemplo destas mudanças, ocorre nestes exemplares uma primeira referência a problemas sociais no Brasil. A autora René Laclette, em seu artigo “Aleijadinho e suas doenças”, ao tratar dos males que afligiram o artista brasileiro, mostra um problema existente no país no século XVIII entre as classes mais pobres, que eram as constantes epidemias. No caso deste artigo, eram as epidemias de Zamparina ou Lepra que deixavam suas vítimas com severas deformidades físicas.¹³⁸

Na mesma revista, há uma crítica à comparação com a Europa no que se refere ao conceito arte. O artigo fala o seguinte:

¹³⁶TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras: estudo da construção residencial urbana. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 16, 1968. P. 26

¹³⁷TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras: estudo da construção residencial urbana. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 16, 1968. P. 11

¹³⁸LACLETTE, René. Aleijadinho e suas doenças. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 17, 1969.

Ninguém poderá estudar o acervo brasileiro limitando-o, com passividade, ao confronto da tipologia europeia.

A divergência, o desentendimento dos protótipos e modelos ornamentais, a diferença dos materiais e a desigualdade artesanal, a perda da proporcionalidade, o exagero ao invés do comedimento, a improvisação mesmo quando reproduzindo, o descompromisso em relação à crítica, e o impulso das comunidades representadas nas confrarias, deram aos nossos artífices de talento, fossem brancos, pretos ou pardos, um novo caminho de afirmação pessoal e valorização social.¹³⁹

Assim, ocorre que é dada uma real valorização aos artistas brasileiros, não como meros reprodutores de artistas europeus, mas sim como desenvolvedores de um estilo artístico que toma seus próprios caminhos e, principalmente, o reconhecimento de que aqui existem artistas de grande talento e mais ainda, o desligamento deste talento das questões raciais.

Ainda nos indícios de mudanças, encontramos referências aos indígenas no artigo de Maria da Conceição e Roque Laraia, com o título “O método arqueológico e a interpretação etnográfica”, no qual os autores criticam a destruição do patrimônio arqueológico empreendida pelos portugueses ao construir a cidade do Rio de Janeiro¹⁴⁰ e, desta forma, reconhecem a ocupação e a história brasileira anteriores a chegada dos europeus.

Finalizando a série de exceções aos padrões, temos um artigo intitulado “Possíveis manifestações da cultura paraguaya em território brasileiro”, de Ariete Schmitt e Igor Chmyz, que vai tratar da semelhança dos indígenas localizados no Paraguai com os índios da tradição Tupi-Guarani. Este artigo é puramente descritivo, não havendo o uso de termos pejorativos mesmo quando se trata da interpretação e análise dos achados nas escavações arqueológicas.

Entre as revistas 18 e 19, ocorre um espaço de 7 anos sem nenhuma publicação e, então, em 1984, ano do fim da ditadura militar, são publicadas duas revistas (19 e 20) que, ao serem analisadas, deixam claro grandes mudanças nas suas narrativas, trazendo em suas páginas discussões conceituais e uma forma de análise mais profunda em cada artigo. Aqui, podemos mencionar o texto de Roberto da Matta, intitulado “Casa, rua e outro mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade”. Neste artigo, o autor debate conceitos de espaço reconhecendo a existência de organizações de espaço diferentes em diferentes sociedades¹⁴¹ e, ao transpor estes conceitos para a sua temática escrita no texto, a casa brasileira, usa como exemplo alguns modelos arquitetônicos de casas grandes e de senzalas; reconhece a presença do escravo e sua relação com o senhor afirmando que,

¹³⁹VALADARES, Clarival do Prado. O Ecumenismo na pintura religiosa brasileira dos setecentos. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 17, 1969. P. 177-178

¹⁴⁰CONCEIÇÃO, Maria e LARAIA, Roque. O método arqueológico e a interpretação etnográfica. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 17, 1969.

¹⁴¹MATTA, Roberto da. “Casa, rua e outro mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 19, 1984

Não se trata apenas de modos específicos de habitação comuns a certas regiões do Brasil, mas que estes espaços de sobrados e casas-grandes são autênticas metáforas de uma sociedade que entre excluir seus espaços e categorias sociais, preferiu relacionar, fazendo uma ligação complexa e certamente compensatória do dominante com o dominado, do interno com o externo, da casa com a rua.¹⁴²

O autor utiliza a estruturação das casas brasileiras como metáforas da sociedade brasileira, reconhecendo que havia uma relação de domínio, uma sociedade machista patriarcal e uma sociedade na qual as elites locais dominam as classes mais baixas. Assim, através destas discussões, são inseridas na construção da memória brasileira, os até então considerados inadequados, uma vez que, além desta relação de domínio, o autor também reconhece a diversidade cultural. Através de sua fala sobre o conceito de tempo, o autor afirma a diversidade de cada cultura ao sentir, observar e passar o tempo.¹⁴³

Para além das discussões teóricas, a revista traz textos que falam sobre a restauração e preservação do patrimônio, incorporando ao rol do patrimônio nacional o artesanato e a arte indígena. Os artigos levantam discussões sobre políticas públicas de patrimônio, incorporando definitivamente ao rol patrimonial brasileiro e, conseqüentemente, a identidade nacional, o patrimônio imaterial e o patrimônio arqueológico. A partir destes exemplares, modela-se uma nova abordagem do IPHAN para o patrimônio histórico nacional que seguem as novas tendências patrimoniais, as quais vão se desenrolando no mundo e no Brasil.

Aqui, percebemos qual formatação o IPHAN, através da revista e da narrativa dos autores que nela publicaram, vai dar à identidade nacional, uma vez que o Serviço e o periódico, juntos, selecionam e legitimam elementos patrimoniais que vão se configurar na memória da nação, formando assim as bases históricas necessárias para a forja de uma identidade nacional única carregada de características consideradas adequadas e ideais para compor o cidadão que pode se chamar de brasileiro.

¹⁴²MATTA, Roberto da. “Casa, rua e outro mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 19, 1984. P. 10-11

¹⁴³MATTA, Roberto da. “Casa, rua e outro mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 19, 1984

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa, centrada na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nos permitiu desenvolver algumas discussões acerca da construção da identidade nacional do brasileiro através da construção da memória legitimada pelo patrimônio histórico nacional eleito como tal pelo IPHAN e seu periódico. No entanto, também nos foi possível tratar de assuntos que giram em torno da temática do patrimônio. Como esta pesquisa foi desenvolvida em partes, com diferentes abordagens, cabe construir as considerações sobre estas etapas que se apresentaram da seguinte forma:

Iniciamos o desenvolvimento da dissertação tratando de observar os caminhos que tomaram no Brasil a pesquisa acadêmica acerca do patrimônio, bem como as políticas desenvolvidas no país acerca da temática. Nestes termos, nos foi possível traçar alguns aspectos dos caminhos do patrimônio desenvolvidos no âmbito político e acadêmico.

Ao observar a produção acadêmica sobre patrimônio histórico, percebemos que a temática se torna mais frequente em pesquisas após os anos 1980 com foco principal nas temáticas preservação e salvação, gestão do patrimônio e uma tendência que vai estudar os conceitos e sentidos que perpassam as definições de patrimônio e sua abrangência, tais como a identidade, cultura, territorialidade e o próprio conceito de patrimônio. Percebe-se nestas produções que, em sua maioria, se mantém a tendência inicial do IPHAN de salvaguarda do patrimônio. No entanto, a abrangência do salvamento e tombamento altera-se com as mudanças contextuais e com a inserção da imaterialidade ao patrimônio, fazendo com que a abrangência do conceito se amplie e abra espaço para as culturas historicamente subjugadas pelas instituições oficiais que geriam o campo.

Quando tratamos das pesquisas com uso ou sobre as Revistas do IPHAN, percebemos que também são recentes as produções científicas, com grande crescimento também correspondendo ao período pós anos 1980. Assim, nota-se que o IPHAN, tendo a revista como veículo oficial, detinha predomínio sobre as pesquisas, produções, publicações e divulgação da temática do patrimônio e seus afins e, com a abertura política pós-Regime Militar, também ocorre uma grande mudança nas pesquisas e no tratamento dado ao patrimônio, sendo isto um reflexo das novas políticas culturais mais abrangentes e, de certa forma, mais inclusivas, no que se refere a culturas, identidades e tradições.

Ainda nesta etapa inicial, ao tratarmos das políticas e instituições criadas para tratamento da temática do patrimônio no Brasil, nos permitimos, após a análise destas ações, considerar alguns aspectos deveras interessantes de serem discutidos. Quanto a periodização das ações, políticas e

instituições voltadas a cultura e ao patrimônio nacional, podemos tomar como divisor de águas a década de 1930 considerando que, até este momento, não existia um ideal identitário brasileiro a ser construído. Antes disso, o Brasil passa por um período em que é colônia de Portugal e, após sua independência, em 1822, liberta-se da metrópole mas tem uma administração gerida por uma coroa portuguesa. Após proclamar a república, em 1889, adota um sistema de modelo federativo onde a responsabilidade pelas políticas públicas de preservação, proteção e estudo do patrimônio passa para os estados e, tem como característica a alternância de pessoas no poder, principalmente entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, não sendo um período conveniente para o desenvolvimento de políticas de cunho patrimonial.

Na década de 1930, com a ascensão de Vargas ao poder, a responsabilidade pelas políticas culturais retorna às mãos do Estado e nesse momento são criados diversos departamentos, instituições e políticas voltadas a valorização da nação no campo cultural. Dentre estas, a criação do IPHAN em 1937, sendo esta a primeira ação realmente efetiva que se desenvolve no campo do patrimônio desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

Após o período do Estado Novo, com a redemocratização, vemos o desenvolvimento de uma indústria cultural no país mas sem a presença efetiva do estado e, após isso, o regime militar que retoma as rédeas da produção das políticas de cultura como forma de controle. Assim, ao observar a produção política no campo cultural, percebemos que esta tem duas características bem pontuais.

Inicialmente o caráter de descontinuidade, uma vez que, são reinventadas ou deixadas de lado de acordo com os ideais de cada grupo que vai assumir o poder no país. Aqui temos como exemplo o projeto de lei de 1920, que tratava de organizar a proteção do patrimônio, o qual é deixado de lado antes mesmo de sua aprovação e questões de tendências políticas quando vemos que em determinados momentos o Estado age como fomentador e financiador da cultura e em outros períodos o estado se retira destas ações deixando a cargo de outros setores a iniciativa de produzir ações culturais.

Ainda neste capítulo inicial, tratamos também da estruturação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dentro do Estado Novo e do Regime Militar, buscando observar como a instituição trabalhou dentro destes chamados regimes de exceção. Ao observarmos a instituição e sua atuação dentro do período do Estado Novo, vemos aqui uma instituição que detém todo o poder sobre o patrimônio nacional, tendo a responsabilidade de determinar o que é o patrimônio nacional, como será tratado, quem será responsabilizado pela sua salvaguarda e divulgação via revista do IPHAN. Podemos considerar que o Serviço detinha poder sobre a produção da memória do brasileiro no que se refere a sua construção através da escolha e legitimação do patrimônio histórico nacional. No que se refere ao IPHAN, percebemos que o período de maior atuação da instituição se dá no

Estado Novo, seguindo uma agenda de construção de um sentimento de nação que era um dos objetivos a ser alcançado por este primeiro governo do presidente Getúlio Vargas. Neste período, a revista do IPHAN mantém um padrão de publicação anual com um grande número de artigos publicados em cada volume e, quanto ao trabalho da instituição, vemos um grande trabalho de busca de bens a serem patrimoniados pelo Serviço.

Ao tratarmos da Revista publicada pelo IPHAN, é indiscutível a figura de Rodrigo de Melo como agente atuante a frente da instituição desde a sua fundação até o ano de 1967. Neste período, podemos considerar que os trabalhos produzidos pelo Serviço, principalmente no que se refere a Revista, seguiram os ideais de seu diretor, uma vez que, este teve autonomia para criar a sua equipe de especialistas e, detendo a função de editor do periódico, centralizou em si a responsabilidade de selecionar autores, temas e artigos. Mesmo com a colaboração de outras instituições, a estruturação da revista era feita de acordo com as suas indicações.

No que se refere a frequência de publicações e consequentemente ao trabalho do IPHAN com o patrimônio, é perceptível a ligação entre os períodos de estabilidade governamental, coincidindo o maior índice de trabalho com períodos em que a figura presidencial não se altera. Entre 1937 e 1947, temos um momento de reformulação identitária que condiz com o interesse de se publicar e difundir a revista o mais rápida e frequentemente possível, fato que não se repetiu após o fim do Estado Novo, quando o número de publicações e de artigos diminuiu drasticamente, coincidindo com períodos de alternância de indivíduos a frente do governo brasileiro. É possível considerar que, com o fim do primeiro governo de Getúlio Vargas, houve o que podemos chamar de desinteresse pela publicação do periódico. No período da redemocratização, após o Estado Novo, entre os anos de 1945 e 1964, o baixo número de publicações da Revista do IPHAN se deve ao fato de que o desenvolvimento da área cultural se deu no âmbito da iniciativa privada. Salvo o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde (MÊS) em Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Estado não promoveu ações diretas de grande vulto no campo da cultura. Isto provavelmente refletiu nas publicações da revista que foi mínima neste período.

Após este período, durante o regime militar, o reduzido trabalho de publicação da revista pode ser justificado pelos limites impostos pelo Estado que, com sua política econômica de modernização e progresso e sua política cultural orgânica, forneceram poucas chances para as práticas de agentes cujo discurso pretendeu reorganizar o campo do patrimônio. Esta constatação fica evidente quando lembramos que neste período o Estado concebeu uma política cultural voltada para o mercado, incentivando, por exemplo, a exploração comercial da cultura através do turismo, que muitas das vezes se dava de forma desastrosa para o patrimônio cultural.

Ao observarmos o trabalho desenvolvido no IPHAN e o interesse do estado nas políticas de patrimônio, percebemos que o fator de maior estabilidade neste sentido concentra-se na figura de Rodrigo de Melo, que se manteve a frente da instituição até a sua aposentadoria em 1969, mantendo vivos os seus ideais de construção do patrimônio nacional até mesmo após a sua saída, não sendo possível desconsiderar a importância de seu trabalho e sua influência na construção da revista que vai legitimar a construção do patrimônio e da memória nacional.

Podemos perceber mudanças constantes quanto à intervenção estatal no campo do patrimônio onde estas são mais constantes e efetivas em contextos de reformulação ou fortalecimento identitário, caso dos períodos aqui estudados quando as intervenções no campo patrimonial configuraram-se numa ferramenta para que os indivíduos se apropriassem dos novos referenciais históricos considerados legítimos, oficiais e verdadeiros para a formação da identidade nacional. Nestes termos, podemos conduzir as pesquisas sobre a temática do patrimônio como um campo de disputa. Um campo de conflito de identidades, ideologias, culturas e, acima de tudo, uma área para a qual convergem e se chocam interesses hegemônicos onde acabam se sobressaindo os grupos com maior poder de legitimação de discurso. Neste certame apareceram ações que acabaram por configurar-se em ferramentas de divulgação, imposição e validação de discursos hegemônicos em cada composição sócio histórica específica.

Assim, percebemos que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a revista do Patrimônio e o grupo de intelectuais que conduziam ambos, encabeçados por Rodrigo Melo Franco de Andrade, constituíam um organismo muito bem articulado junto a outras instituições governamentais de seleção e distribuição de uma cultura supostamente nacional, cultura que possivelmente se construiu com a ajuda das representações criadas pela revista.

Finalmente, ao analisarmos as revistas publicadas entre 1937 e 1984, pudemos tecer consideração sobre dois aspectos do periódico. Inicialmente nos preocupamos em evidenciar o tipo de patrimônio abordado em cada artigo, o século a que se refere cada bem tombado, o estado brasileiro a que se refere o patrimônio e a matriz identitária evidenciada pelo bem em questão em cada texto publicado na revista. Aqui, percebemos que a memória construída pela revista, tendo como base os bens considerados patrimônio nacional e que embasou a identidade nacional a ser construída, formou o brasileiro de características europeias, principalmente portuguesas, de religiosidade cristã, sendo estas as bases culturais e artísticas e a referência de civilidade da sociedade brasileira.

Quanto ao aspecto local, predominam as referências aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e alguns estados do Nordeste. É possível considerar que estes são locais que representam momentos históricos considerados “memoráveis” da história brasileira, tal qual se objetivava abarcar via patrimônio histórico nos projetos e planos iniciais para o patrimônio nacional. Rio de Janeiro por

ser o centro de poder brasileiro durante muitos anos e por conta da ocupação francesa, Minas Gerais por ter sido local de referência de poder no período da 1ª república, alternando-se no poder com São Paulo e por estar ligada ao processo de independência do Brasil através da Inconfidência Mineira que reivindicava o fim dos abusos da metrópole. Mais importante ainda por este movimento estar ligado às elites mineiras. E, por fim, o Nordeste e os processos de ocupação que sofreu por outras nações estrangeiras que geram narrativas heroicas quanto a estas invasões.

O tipo de patrimônio que predomina nas revistas é o patrimônio arquitetônico. É perceptível neste sentido a ideia de perpetuidade do bem e, conseqüentemente, de perpetuidade da memória construída através do patrimônio histórico. A perpetuidade do patrimônio dá a ideia de uma identidade legítima, forte e duradoura e, desta forma, uma ideia também de nação forte e duradoura. Outro fator que contribuiu para este predomínio da arquitetura foi a presença de um grande número de arquitetos nos quadros de trabalho do IPHAN. As poucas informações que obtivemos sobre os autores são afirmações de outras pesquisas produzidas ao redor da Revista. O próprio IPHAN não dispõe de informações biográficas sobre os autores que contribuíram com a revista e com a instituição.

Por fim, o predomínio do século XVIII nas revistas pode ser justificado por ser o período do auge do império português como empresa colonizadora. Uma vez que Portugal é uma das principais referências de memória da revista, é plausível que o momento de auge de expansão, domínio e influência portuguesa sobre as colônias seja o predominante nas narrativas.

Após analisar o conteúdo, tratamos de evidenciar os discursos produzidos pelos autores através das narrativas escritas em cada artigo da revista, buscando mostrar de que forma eram tratados os sujeitos participantes da história do Brasil e que iriam compor a memória que se construía dentro da Revista do IPHAN. Aqui, encontramos os sujeitos diretos, que estavam descritos pelos autores e estavam presentes ao se tratar dos bens que eram temas de cada artigo, e os sujeitos indiretos, que sabidamente deveriam estar presentes nas narrativas mas, através da fala de cada autor, eram negligenciados ou menosprezados pela narrativa.

Podemos considerar, nestes termos, que encontramos nas publicações do IPHAN, elementos considerados adequados para compor a memória histórica e construir a identidade nacional, como o europeu, o bandeirante, a nobreza, o caráter religioso, e aqueles inadequados, que não se enquadram nos padrões que se desenvolveram através da Revista do IPHAN como o indígena e o negro. Os relatos dados pelos autores a estes elementos iam do selvagem ao civilizado, caracterizando um maniqueísmo binário, já mencionado nesta pesquisa, que toma como base de civilização a Europa tratando a relação entre o Europeu e o Nativo Americano com o antagonismo dos termos Civilização e Barbárie.

Nestes padrões encontrados na revista, observamos, também, elementos que contradizem a tendência, ocorrem menções positivas aos sujeitos considerados inadequados, ainda que estas sejam mínimas e dispersas entre os muitos artigos analisados. Assim, após esta análise, percebemos que, independente das trocas de governo desde 1937, as tendências e padrões identitários moldados pela Revista do IPHAN se mantém até o fim do Regime Militar quando esta é repaginada e relançada. Isto se deve a atuação de Rodrigo de Melo que, apesar das mudanças nos governos e principalmente nas agendas políticas de cada um, se mantém a frente da instituição, mantendo assim suas convicções quanto ao patrimônio histórico nacional.

O que fica, é o fato de a Revista, já na sua origem, se constituir de um elemento de divulgação de uma memória histórica da nação constituída através da legitimação de um patrimônio histórico nacional selecionado pelo IPHAN, seguindo os ideais identitários e a consciência patrimonial de um grupo de intelectuais a frente do Serviço e tendo como principal orientador a figura de Rodrigo de Melo. Quanto a imagem que se constrói do brasileiro através do patrimônio histórico descrito nas revistas, teremos um brasileiro herdeiro exclusivamente de tradições europeias, principalmente portuguesa, seguidor de orientações religiosas de matriz cristianizada e, civilizado e culto segundo padrões europeus.

Após esta análise, ainda ficam algumas questões que demandariam uma nova pesquisa. Como não temos como evidenciar a receptividade deste periódico, não nos é possível definir se a divulgação destes padrões identitários ia além das instituições em que o mesmo era distribuído. Pela falta de informações biográficas seguras sobre os autores, fica a questão acerca da rede de intelectuais e de como esta se articulava para produzir a memória do brasileiro, demandando uma nova pesquisa, o que nos permite construir apenas hipóteses sobre as reais intenções de cada contribuinte presente na revista.

Considerando a importância de definir o que é patrimônio, de quem é o patrimônio e de quem é a responsabilidade por sua conservação, preservação e difusão; a memória e o patrimônio histórico cultural constituem-se nos mecanismos psicológicos, cognitivos e políticos de manter homens, mulheres e crianças vivos, de lhes dar sentido e instrumental social e referencial aos projetos individuais e sociais que, por sua vez, configuram o que chamamos de sociedade e de história. O desconhecimento desse processo constitutivo de identidade e instrumental intelectual, além de nos imobilizar, é o protagonista dos preconceitos e das violências culturais, sociais e econômicas. Vivemos em um momento em que a palavra patrimônio assume diferentes conotações com uma multiplicidade de implicações políticas, culturais, econômicas e sociais. Existem diferentes tipos de patrimônio hoje, como patrimônio histórico, artístico, material, imaterial, intelectual, financeiro, tecnológico, natural, e até mesmo patrimônio genético. Pensar nisso nos leva a outras questões

fundamentais, como por que é importante definir o que é patrimônio, de quem é o patrimônio e de quem é a responsabilidade por sua conservação, preservação e difusão.

Concluindo este estudo, mas suscitando a continuidade da pesquisa, destacamos que ainda ficam algumas questões que demandam outras análises. Cientes de que não temos como evidenciar a receptividade deste periódico, não nos é possível definir se a divulgação destes padrões identitários além das instituições em que o mesmo era distribuído. Pela falta de informações biográficas seguras sobre os autores, fica a questão acerca da rede de intelectuais e de como esta se articulava para produzir a memória do brasileiro, fato que nos permitiu construir apenas hipóteses sobre as reais intenções de cada contribuinte presente na revista.

Diante de tais prerrogativas, os periódicos analisados nesta pesquisa podem ser categorizados como patrimônio histórico e cultural brasileiro. No primeiro caso, por se tratar de sua construção num processo político e sociocultural específico da história brasileira, como demonstramos, e sua intenção de constituir uma identidade; no segundo caso, as narrativas e seus escritores, afora as análises críticas de conteúdo, hoje trazem à tona a mentalidade (valores intelectuais, sociais e políticos) de uma época específica da cultura intelectual brasileira, bem como as concepções sobre patrimônio, memória e identidade.

Dessa forma, ainda fica latente para outros estudos, as relações de poder (político, intelectual, sociocultural e econômico) que levaram à transição do paradigma de patrimônio, de sociedade e identidade desenhado pelo IPHAN até 1990. Portanto, conclui-se que estudar os significados atribuídos ao patrimônio permite reconhecer as relações socioculturais e de poder político e econômico. Assim, esta dissertação não resulta apenas da análise dos periódicos do IPHAN, mas, ao mesmo tempo proporcionou uma reflexão profunda sobre a memória patrimonial brasileira, também levantou novos dados, novas fontes e informações que abrem novas perspectivas para futuras pesquisas sobre esse tema.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004

ANDRADE, Mario. 1º Relatório de Bens Tombados da 6ª Região do IPHAN (1937). In: Cartas de Trabalho: Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, p. 81-105. Brasília, 1981.

_____. **Cartas de Trabalho:** Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, p. 70. Brasília, 1981.

_____. Anteprojeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: **Cartas de Trabalho:** Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, p. 39-54. Brasília, 1981.

ANDRADE, R. M. F. de **Rodrigo e seus Tempos.** Rio de Janeiro: MEC: IPHAN: Pró-memória, 1987.

_____. **Rodrigo e o IPHAN:** coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. (Publicações IPHAN, 38)

BACZKO, B. **Imaginação Social. Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985. Volume 5.

BARACUHY, Maria Regina; FRANCELINO, Pedro Farias. Análise do discurso: Problemáticas contemporâneas. **Revista Prólingua**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p, jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/viewFile/16135/9217>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: Ufba, 2007

BISPO, Mariana Nascimento. *Políticas públicas e patrimônio: das primeiras ações à economia da cultura.* **Revista Contemporânea.** Ed. 17, Vol. 9. nº 1. 2011.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **De quando a história se tornou necessidade:** Relações entre as historiografias francesa e brasileira no século XIX. In: XI CONGRESSO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2012, Rio Grande-RS, **História, Memória e Patrimônio**, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2012, pág. 635-647.

BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas.** (org. Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974. Pp. 99-181.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL, 1988, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF, Senado.

_____. **Decreto-Lei** nº 25, de 30 de novembro de 1937.

_____, Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 25 de novembro de 1838.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: IPHAN/Fundação Pró Memória, 1980.

_____. Constituição (1937) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> . Acesso em: 10 de maio de 2016.

_____. Constituição (1946) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em: 10 de maio de 2016.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2007, Salvador: Ufba, 2007. Disponível em:
<http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_1_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2016.

_____. Políticas e Conselhos: um estudo do Conselho Federal de Cultura. In: CALABRE, Lia. *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Volume II, Rio de Janeiro, Edições Casa de Rio Barbosa, 2008.

_____. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. **Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil**. *Horiz. antropol.* [online]. 2005, vol.11, n.23, pp.163-175. ISSN 1806-9983. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832005000100009>.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

_____. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. Industrias culturales y globalización: procesos de desarrollo e integración en América Latina. **Estudios Internacionales**, [s.l.], v. 33, n. 129, p.90-111, 26 jul. 2011. Universidad de Chile. DOI: 10.5354/0719-3769.2000.14982.

_____. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. IPHAN, nº 23, 1994.

Carta de Veneza. Disponível em: portal.iphan.gov.br

CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. **Os projetos gráficos da Revista do Patrimônio: trajetórias do design e do Iphan**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado

Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, Rio de Janeiro, 2013.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-Limite e Memória:** A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2001.

CHUVA, Marcia. **Os Arquitetos da Memória:** Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Topoi .Rio de Janeiro; v. 4, n.7, jul.-dez.2003, p. 313-333. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf. Acesso em: 07 de junho de 2016.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PDC): Por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural –1973-1979. Dissertação (Mestrado) Arquitetura e Urbanismo - Programa de Pós - Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Patrimônio cultural:** proteção legal e constitucional. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2005.

_____. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio.

FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 1999.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. História da educação. São Paulo: Cortez, 2001. P. 86

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.21-29.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere:** Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalistas. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: **Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27.

_____. Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil:** Sua história. São Paulo, SP: Rosari, 2007.

HOBBSAWN, Eric J.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

IPHAN. **Relatório de atividades do Iphan 2003/2004**.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas – SP: Unicamp, 1990. p. 204.

MAINARDES, Jeferson, Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.cadernoscedes.unicamp.br>. Acesso em 10 de março de 2015

MARINHO, Teresinha. Notícia Biográfica. In: **Rodrigo e seus tempos: coletânea de textos sobre artes e letras**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, IPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

MERCER, K. **Welcome to the jungle**. In Rutherford, J. (org) *Identity*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. O IPHAN e seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 29, n. 21, p.19-38, ago. 16.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PELEGRINI, Sandra C. A.. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 26, n. 51, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882006000100007>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do Ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989. Tradução de Dora Rocha Flaskman.

RAPOSO, Eduardo. O Federalismo, os ciclos da política econômica brasileira e o desenvolvimento do nordeste (governos de Dutra a Lula). **Cadernos de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p.209-219, out. 2010. Disponível em: <<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2011/08586.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

RECENSEAMENTO geral do Brasil 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-1950. P. 28-30

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão, Pretensão e Legitimidade (1964-1984)**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013.

RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil**. 2012. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História da Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea: Estudos Neolatinos**, [s.l.], v. 7, n. 2, dez. 2005. FapUNIFESP.

ROSSI, Paolo. **Naufregios sem espectador**: A ideia de progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia:2007

SANDRONI, Carlos. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. *Estud. av.*, 2010, vol.24, no.69, p.373-388. ISSN 0103-4014.SCHMITT, Carl. Teologia política . 8. ed., Madrid: Editorial Trotta, 2009.

SANTOS, Camila Comerlato dos. **Território Federal de Ponta Porã**: O Brasil de Vargas e a “Marcha para o Oeste”. 2016. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós - Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em:http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8177/3/DIS_CAMILA_COMERLATO_SANTOS_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000. p. 97

SCHEINER, Tereza. **Imagens do não-lugar**: comunicação e os novos patrimônios. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. 8. ed., Madrid: Editorial Trotta, 2009.

SILVA, Cintia Mayumi de Carli. **Revista do Patrimônio: editor, autores, temas**. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais., Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Cpdoc, Rio de Janeiro, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1934-1964)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Apresentação de: Francisco de Assis Barbosa. Tradução de: Ismênia Tunes Dantas.

IPHAN/IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 1 – 20.

IPHAN. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 1 até 11. 1937 a 1947

SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. Patrimônio imaterial de quilombolas: limites da metodologia de inventário de referências culturais. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 18, n. 38, p.75-99, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832012000200004>. Acesso em 12 de junho de 2016.

TOJI, Simone. O patrimônio cultural brasileiro e a antropologia enquanto fazer técnico: a expressão de um Estado contraditório e os dilemas no “uso da diversidade”. **Revista CPC**, São Paulo, n.12, p. 55-76, maio/out. 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

VARGAS, Getúlio, A nova política do Brasil, Volume 8, José Olympio Editora, 1940, 2.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação** nº 23. Porto Alegre, UFRGS, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação** nº 23. Porto Alegre, UFRGS, 2003.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, v. 12, n. 1, p.1-10, abr. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-93132006000100009>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

FONTES DE PESQUISA

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 1, 1937. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 2, 1938. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 3, 1939. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 4, 1940. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 5, 1941. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 6, 1942. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 7, 1943. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 8, 1944. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 9, 1945. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 10, 1946. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 11, 1947. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 12, 1955. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 13, 1956. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 14, 1959. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 15, 1961. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 16, 1968. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 17, 1969. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 18, 1978. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 19, 1984. Anual.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1, n. 20, 1984. Anual.

ANEXOS

ANEXO 1 – TIPO DE PATRIMÔNIO ABORDADO POR PERÍODO.

TABELA DE CATEGORIZAÇÕES POR PERÍODO				
TIPOLOGIA/PERÍODO	ESTADO NOVO	PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945 – 1964)	REGIME MILITAR	TOTAIS
S/R	1	0	2	3
ARQUITETURA	43	14	4	61
ARQUEOLOGIA	9	0	2	11
ETNOGRAFIA	9	0	2	11
ARTES PLÁSTICAS	26	7	6	39
MOBILIÁRIO	5	0	0	5
FONTES	23	13	7	43
HISTÓRIA	11	3	4	18
BIOGRAFIA	2	0	0	2

ANEXO 2 – LOCALIZAÇÃO POR ESTADO EM CADA PERÍODO DOS BENS ABORDADOS

TABELA DE ESTADOS REFERIDOS POR PERÍODO				
ESTADO/PERÍODO	ESTADO NOVO	PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945 – 1964)	REGIME MILITAR	TOTAIS
ACRE	0	0	0	0
ALAGOAS	0	0	0	0
AMAPÁ	0	0	0	0
AMAZONAS	2	1	0	3
BAHIA	6	4	2	12
CEARÁ	1	0	0	1
ESPÍRITO SANTO	2	0	0	2
GOIÁS	0	0	0	0
MARANHÃO	2	0	0	2

MATO GROSSO	1	0	0	1
MATO GROSSO DO SUL	0	0	0	0
MINAS GERAIS	26	7	12	45
PARA	9	2	0	11
PARAÍBA	0	0	1	1
PARAÍBA	0	0	0	0
PARANÁ	2	0	0	2
PERNAMBUCO	9	5	1	15
PIAUI	1	0	0	1
RIO DE JANEIRO	24	7	4	35
RIO GRANDE DO NORTE	0	0	0	0
RIO GRANDE DO SUL	1	0	0	1
RONDÔNIA	0	0	0	0
RORAIMA	0	0	0	0
SANTA CATARINA	0	0	0	0
SÃO PAULO	8	1	0	9
SERGIPE	0	0	0	0
TOCANTINS	0	0	0	0

ANEXO 3 – LOCALIZAÇÃO TEMPORAL DO BEM ABORDADO NOS ARTIGOS

TABELA DE SÉCULOS REFERIDOS NAS REVISTAS POR PERÍODO				
SÉCULO/PERÍODO	ESTADO NOVO	PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945 – 1964)	REGIME MILITAR	TOTAIS
XV	1	0	0	1
XVI	12	0	0	12
XVII	36	11	2	49
XVIII	61	16	15	92
XIX	14	14	3	31
XX	1	0	0	1

ANEXO 4 – MATRIZ IDENTITÁRIA ABORDADA NAS REVISTAS POR PERÍODO

MATRIZ IDENTITÁRIA POR PERÍODO				
MATRIZ	ESTADO NOVO	PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945 – 1964)	REGIME MILITAR	TOTAIS
PORTUGUESA	47	18	12	77
MILITAR	12	8	2	22
RELIGIOSA	56	12	15	83
VISÃO EXTRANGEIRA	4	1	0	5
COLONIAL	2	0	0	2
INDÍGENA	6	0	2	8
LUSO BRASILEIRA	2	1	0	3
BANDEIRANTE	2	0	0	2
EUROPEIA (SEM CONTAR A MATRIZ PORTUGUESA)	6	11	3	20

ANEXO 5 – PLANILHA GERAL DE ANÁLISE DE DADOS

ANO REVISTA	AUTOR	PERÍODO REFERÊNCIA	TIPOLOGIA	ESTADO	RAIZ
1937	RODRIGO M. F. DE ANDRADE	S/R	S/R	S/R	S/R
1937	AFONSO DE E. TAUNAY	XVI	ARQUITETURA	RJ	PORTUGUESA/MILITAR
1937	HELOISA ALBERTO TORRES	S/R	ARQUEOLOGIA / ETNOGRAFIA	S/R	S/R
1937	LUCIO COSTA	XVII/XVIII	ARQUITETURA	S/R	PORTUGUESA
1937	GILBERTO FREYRE	S/R	ARTES PLÁSTICAS	S/R	PORTUGUESA
1937	SEM AUTORIA	XVII/XVIII	MOBILIÁRIO	SP/MG/RJ	PORTUGUESA
1937	FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS	XIX	ARTES PLÁSTICAS	RJ	MILITAR
1937	ROQUETE PINTO	S/R	ARQUEOLOGIA / ETNOGRAFIA	S/R	S/R
1937	PAULO T. BARRETO	XVIII	ARQUITETURA	RJ	ITALIANA/PORTUGUESA
1937	RAIMUNDO LOPES	S/R	ARQUEOLOGIA / ETNOGRAFIA	VÁRIOS	PORTUGUESA/MILITAR

1937	SEM AUTORIA	XVIII	ARQUITETURA	RJ	RELIGIOSA/BARROCA/EDUCACIONAL
1937	GODOFREDO FILHO	XVII	ARQUITETURA	BA	RELIGIOSA/BARROCA/EDUCACIONAL
1937	ANNIBAL FERNANDES	XVIII	ARQUITETURA	PE	RELIGIOSA/BARROCA/MILITAR
1937	SEM AUTORIA	XVIII	FONTES	MG	RELIGIOSA
1937	MARIO DE ANDRADE	XVII	ARQUITETURA	SP	RELIGIOSA
1937	NUTO SANT'ANNA	XVIII	ARQUITETURA	SP	RELIGIOSA/BARROCA
1937	NORONHA SANTOS	XVI	ARQUITETURA	RJ	RELIGIOSA/PORTUGUESA
1937	EPAMINONDAS DE MACÊDO	XVIII	ARQUITETURA	MG	RELIGIOSA
1937	SEM AUTORIA	XIX	FONTES	PE	VISÃO EXTRANGEIRA
1937	SEM AUTORIA	XVIII	FONTES	PE	MILITAR
1937	SEM AUTORIA	S/R	FONTES	MG	PORTUGUESA
1937	SEM AUTORIA	S/R	FONTES	PR	MILITAR
1938	CARLOS ESTEVÃO	XVIII	ARQUITETURA	PA	S/R
1938	ALBERTO LAMEGO	XVII	ARQUITETURA	PA	CRISTÃ/BARROCA/EDUCACIONAL
1938	SALOMÃO DE VASCONCELOS	XVIII	FONTES	MG	COLONIAL
1938	ESTEVÃO PINTO	XV	ARQUEOLOGIA / ETNOGRAFIA	PE	INDÍGENA
1938	LOURENÇO L. LACOMBE	XVIII	ARQUITETURA	RJ	CRISTÃ
1938	AUGUSTO DE LIMA JUNIOR	XVII/XVIII	ARTES PLÁSTICAS /ARQUITETURA RELIGIOSA	S/R	CRISTÃ/BARROCA
1938	A. L. PEREIRA FERAZ	XVIII	ARQUITETURA	MT	PORTUGUESA/MILITAR
1938	MANUEL BANDEIRA	XVIII	ARTES PLÁSTICAS / ARQUITETURA RELIGIOSA	MG	CRISTÃ
1938	RAIMUNDO LOPES	S/R	ARQUEOLOGIA / ETNOGRAFIA	MA	INDÍGENA
1938	PAULO T. BARRETO	XVII/XVIII/XIX	ARQUITETURA	PI	PORTUGUESA
1938	ROMULO BARRETO DE ALMEIDA	XVIII	ARQUITETURA	BA	CRISTÃ
1938	FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	MG	CRISTÃ
1938	FRANCISCO VENÂNCIO FILHO	XIX	HISTÓRIA	SP	INTELLECTUAL
1938	RODRIGO M. F. DE	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	S/R	CRISTÃ

	ANDRADE				
1939	CARLOS ESTEVÃO	S/R	ETNOGRAFIA / ARQUEOLOGIA	PA	INDÍGENA
1939	DEOCLÉCIO REDIG DE CAMPOS	XVI	ARTES PLÁSTICAS	RJ	CRISTÃ
1939	JOAQUIM CARDOSO	XVII/XVIII	ARTES PLÁSTICAS	PE	CRISTÃ
1939	LUIZ JARDIM	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	MG	CRISTÃ/BARROCO
1939	NAIR BATISTA	XVII/XVIII	BIOGRAFIA	RJ	CRISTÃ/PORTUGUESA
1939	FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS	XIX	ARTES PLÁSTICAS	RJ	PORTUGUESA
1939	LUCIO COSTA	XVI/XVII/XVIII	ARTES PLÁSTICAS	S/R	LUSO-BRASILEIRA
1939	HÉLCIA DIAS	XVIII	MOBILIÁRIO	MG	LUSO-BRASILEIRA
1939	AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO	XVIII	FONTES	MG	CRISTÃ
1939	JUDITE MARTINS	XVIII	FONTES	MG	CRISTÃ
1939	JOSÉ DE SOUZA REIS	XVIII	ARQUITETURA	MG	CRISTÃ
1939	SALOMÃO DE VASCONCELOS	XVIII	ARQUITETURA	MG	PORTUGUESA
1939	LUIZ SAIA	S/R	ARQUITETURA	PA/RJ/CE/PE	CRISTÃ
1939	GODOFREDO FILHO	XVI	ARQUITETURA	BA	MILITAR/BANDEIRANTE
1939	LUIZ CAMILO DE OLIVEIRA NETO	XVIII	FONTES	MG	PORTUGUESA
1940	NORONHA SANTOS	XVII	ARQUITETURA	RJ	PORTUGUESA
1940	ALBERTO LAMEGO	XVIII	HISTÓRIA	RS	ESPAÑHOLA/CRISTÃ
1940	LUIZ CAMILO DE OLIVEIRA NETO	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	MG	PORTUGUESA/CICLO DO OURO
1940	JUDITE MARTINS	XVIII	FONTES	MG	PORTUGUESA/CRISTÃ
1940	LUIZ JARDIM	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	MG	PORTUGUESA/BARROCA/CRIST Ã
1940	HANNA LEVY	S/R	ARTES PLÁSTICAS	S/R	S/R
1940	MARIA DE LOURDES PONTUAL	XVII	ARQUITETURA	BA	CRISTÃ
1940	ROBERT C. SMITH	XVII	ARQUITETURA	S/R	PORTUGUESA/MILITAR/CRISTÃ
1940	W. P. (JOSÉ DE ARAÚJO WANDERLEY PINTO)	XVI/XVII	MOBILIÁRIO	S/R	PORTUGUESA

1940	NAIR BATISTA	XIX	BIOGRAFIA	RJ	CRISTÃ
1940	SALOMÃO DE VASCONCELOS	XVIII/XIX	FONTES	MG	
1940	DAVI A. DA SILVA CARNEIRO	XVII	ARQUITETURA	PR	CRISTÃ
1940	JOAQUIM CARDOSO	XVII	HISTÓRIA	PE	HOLANDESA/PORTUGUESA
1941	LUCIO COSTA	XVI/XVII/XVIII	ARQUITETURA	S/R	RELIGIOSA/BARROCA
1941	SERGIO BUARQUE DE HOLANDA	XVII	ARQUITETURA	SP	RELIGIOSA
1941	ROBERT C. SMITH	XVII	FONTES	MA	PORTUGUESA/BRASILEIRA
1941	NAIR BATISTA	XVIII	FONTES	RJ	RELIGIOSA/PORTUGUESA
1941	GASTÃO CRULS	XVI/XVII/XVIII	ARQUEOLOGIA / ETNOGRAFIA	S/R	INDÍGENA
1941	ARTUR CESAR FERREIRA REIS	XVII/XVIII	HISTÓRIA	PA	PORTUGUESA
1941	E. OROSCO	XVII	FONTES	MG	RELIGIOSA/PORTUGUESA
1941	MARIO DE ANDRADE	XVIII	FONTES	SP	RELIGIOSA
1941	FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS	XIX	ARTES PLÁSTICAS	RJ	PORTUGUESA/FRANCESA/RELIGIOSA
1941	SALOMÃO DE VASCONCELOS	XVII/XVIII	FONTES	MG	LUSO BRASILEIRA
1941	HANNAH LEVY	S/R	ARTES PLÁSTICAS	S/R	BARROCO
1941	D. CLEMENTE MARIA DA SILVA-NIGRA	XVIII	ARTES PLÁSTICAS / FONTES	RJ	RELIGIOSA/BARROCO
1942	HANNAH LEVY	XVII/XVIII	ARTES PLÁSTICAS	RJ	PORTUGUESA/COLONIAL/RELIGIOSA
1942	MANUEL BANDEIRA	XX	FONTES	S/R	RELIGIOSA
1942	ALBERTO RANGEL	XIX	ARTES PLÁSTICAS / FONTES	S/R	PORTUGUESA
1942	ARTUR CESAR FERREIRA REIS	XVII/XVIII	ARQUITETURA	AM	PORTUGUESA/MILITAR
1942	GASTÃO CRULS	S/R	ARQUEOLOGIA / ETNOGRAFIA	AM	INDÍGENA
1942	SERAFIM LEITE	XVII	ARQUITETURA	PA	PORTUGUESA/RELIGIOSA
1942	D. CLEMENTE MARIA DA SILVA-NIGRA	XVII	ARTES PLÁSTICAS	RJ	PORTUGUESA/RELIGIOSA
1942	AYRTON CARVALHO	S/R	ARQUITETURA	NE	RELIGIOSA
1942	NORONHA SANTOS	XVIII	FONTES	RJ	RELIGIOSA
1942	JOSÉ DE ALMEIDA	XVIII/XIX	MOBILIÁRIO	S/R	PORTUGUESA

	SANTOS				
1943	C.F. OTT	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	BA	RELIGIOSA/BARROCA
1943	MICHEL BENISOVICH	S/R	ARTES PLÁSTICAS	S/R	VISÃO ESTRANGEIRA
1943	RAIMUNDO TRINDADE	XVIII	ARQUITETURA	MG	RELIGIOSA
1943	J. W. RODRIGUES	XVIII/XIX	MOBILIÁRIO	MG	PORTUGUESA
1943	GILBERTO FREYRE	S/R	HISTÓRIA	S/R	VISÃO ESTRANGEIRA
1943	L. L. VAUTHIER	XIX	FONTES	PE	VISÃO ESTRANGEIRA
1943	JOAQUIM CARDOSO	XVII/XVIII	ARQUITETURA	RJ	PORTUGUESA/RELIGIOSA
1943	D. CLEMENTE MARIA DA SILVA-NIGRA	XVIII	ARQUITETURA	RJ	RELIGIOSA
1943	ARTUR CESAR FERREIRA REIS	XVIII	ARQUITETURA	PA	MILITAR/PORTUGUESA
1943	ESTEVÃO PINTO	S/R	ARQUITETURA	S/R	PORTUGUESA
1944	HANNAH LEVY	XVII/XVIII	ARTES PLÁSTICAS	MG	EUROPÉIA/RELIGIOSA
1944	ARTUR CESAR FERREIRA REIS	XVIII	FONTES	PA	PORTUGUESA
1944	CURT NIMUENDAJU	S/R	ARQUEOLOGIA / ETNOGRAFIA	PA	INDÍGENA
1944	NORONHA SANTOS	XVIII	HISTÓRIA	RJ	PORTUGUESA
1944	LOURENÇO L. LACOMBE	XVIII	HISTÓRIA	RJ	PORTUGUESA
1944	SERAFIM LEITE	XVI/XVII	HISTÓRIA	ES	PORTUGUESA/RELIGIOSA
1944	LUIS SAIA	XVII	ARQUITETURA	SP	ELITIZADA
1944	RAIMUNDO TRINDADE	XVIII	HISTÓRIA	MG	PORTUGUESA/RELIGIOSA
1944	D. CLEMENTE MARIA DA SILVA-NIGRA	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	S/R	PORTUGUESA/RELIGIOSA
1945	D. CLEMENTE MARIA DA SILVA-NIGRA	XVII	ARQUITETURA	S/R	MILITAR/PORTUGUESA/RELIGIOSA
1945	ROBERT C. SMITH	XVIII/XIX	FONTES	BA	PORTUGUESA/RELIGIOSA
1945	JOAQUIM DE SOUZA-LEÃO FILHO	XVII	ARTES PLÁSTICAS	S/R	AMBIENTAL/HOLANDESA
1945	JOSÉ WASTH RODRIGUES	S/R	ARQUITETURA	S/R	PORTUGUESA
1945	MARIO A. FREIRE	XVI	ARQUITETURA	ES	RELIGIOSA
1945	RAIMUNDO TRINDADE	XVIII	HISTÓRIA	MG	PORTUGUESA/RELIGIOSA

1945	HANNAH LEVY	XVI/XVII/XVIII	ARTES PLÁSTICAS	S/R	PORTUGUESA
1945	SALOMÃO DE VASCONCELOS	XVI	HISTÓRIA	MG	PORTUGUESA (BANDEIRAS)
1945	AUGUSTO DE LIMA JUNIOR	XVII	ARQUITETURA	PE	PORTUGUESA/RELIGIOSA
1945	ALUÍSIO DE ALMEIDA	XVIII/XIX	ARQUITETURA	SP	PORTUGUESA
1945	MÁRIO FERREIRA FRANÇA	XVIII	ARQUITETURA	RJ	MILITAR
1946	NORONHA SANTOS	XVIII/XIX	ARQUITETURA	RJ	PORTUGUESA
1946	JOAQUIM DE SOUZA-LEÃO FILHO	XVII	ARQUITETURA	PE	HOLANDESA
1946	GILBERTO FERREZ	XVII	ARTES PLÁSTICAS	S/R	PORTUGUESA
1946	ARTUR CESAR FERREIRA REIS	XVII	ARQUITETURA	PA	RELIGIOSA/ITALIANA
1947	PAULO T. BARRETO	XVII/XVIII/XIX	ARQUITETURA	S/R	FRANCESA/PORTUGUESA/ROMANA/BARROCA
1947	CARLOS OTT	XIX	FONTES	BA	RELIGIOSA
1947	NORONHA SANTOS	XVIII	ARQUITETURA	RJ	MILITARIZADA
1947	ARTUR CESAR FERREIRA REIS	XIX	FONTES	PA	PORTUGUESA/RELIGIOSA
1948	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1949	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1950	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1951	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1952	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1953	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1954	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1955	JOSÉ DE SOUZA REIS	XVII/XVIII	ARQUITETURA	RJ	PORTUGUESA/ROMANA
1955	CÔNEGO RAIMUNDO TRINDADE	XVIII/XIX	FONTES	MG	S/R
1955	DAVID JAMES	XIX	ARTES PLÁSTICAS	RJ	INGLESA/MILITARIZADA/PORTUGUESA/VISÃO ESTRANGEIRA
1955	SALOMÃO DE VASCONCELOS	XVIII	FONTES	MG	PORTUGUESA
1955	DOM BONIFÁCIO JANSEM, O.S.B	XVIII/XIX	FONTES	PE	RELIGIOSA
1956	DAVID JAMES	XIX	ARTES PLÁSTICAS	S/R	VISÃO ESTRANGEIRA

1956	J. MORITZ RUGENDAS	XIX	FONTES	S/R	VISÃO ESTRANGEIRA/PORTUGUESA/R ELIGIOSA
1956	CARLOS OTT	XVII/XVIII	ARQUITETURA	BA	PORTUGUESA/MILITARIZADA/H OLANDESA
1956	CÔNEGO RAIMUNDO TRINDADE	XVIII	FONTES	MG	RELIGIOSA
1956	ALFREDO GALVÃO	XIX	ARTES PLÁSTICAS	SP	PORTUGUESA/INTELECTUALIZA DA
1956	JOAQUIM DE SOUZA LEÃO	XVII	ARQUITETURA	PE	HOLANDESA
1956	ARTUR CESAR FERREIRA REIS	XVIII	FONTES / ARQUITETURA	AM	PORTUGUESA/MILITARIZADA
1956	FREI VENÂNCIO WILLEKE, O.F.M.	XVII	ARQUITETURA / HISTÓRIA	PE	RELIGIOSA/PORTUGUESA
1957	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1958	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1959	JOÃO MIGUEL DOS SANTOS SIMÕES	XVII/XVIII	ARTES PLÁSTICAS	S/R	PORTUGUESA/BARROCA
1959	ALFREDO GALVÃO	XIX	FONTES	RJ	LUSO- BRASILEIRA/INTELECTUALIZADA
1959	SYLVIO DE VASCONCELOS	XVIII	HISTÓRIA	MG	PORTUGUESA(EXPANSÃO DO TERRITÓRIO EM BUSCA DE OURO)
1959	CARLOS OTT	XVII	ARQUITETURA	BA	PORTUGUESA/MILITARIZADA
1959	CÔNEGO RAIMUNDO TRINDADE	XVIII	FONTES	MG	RELIGIOSA
1959	MARIO BARATA	XIX	FONTES	RJ	FRANCESA
1960	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1961	JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO	XVII	HISTÓRIA	PE	PORTUGUESA/HOLANDESA/MI LITARIZADA (EUROPEIA)
1961	CARLOS OTT	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	BA	RELIGIOSA/BARROCA
1961	DOM CARLOS TASSO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA	XIX	ARTES PLÁSTICAS	BR	FAMILIA REAL/PORTUGUESA
1961	JUDITH MARTINS	XVIII	FONTES	MG	RELIGIOSA/PORTUGUESA
1961	ALFREDO GALVÃO	XIX	ARQUITETURA	RJ	(EUROPEIA)
1961	IVO PORTO DE MENEZES	XVIII	ARQUITETURA	MG	MILITARIZADA/RELIGIOSA/ELITI ZADA
1961	ANÊMONA XAVIER DE BASTO FERRER	S/R	ARQUITETURA / FONTES	S/R	PORTUGUESA/MILITARIZADA/R ELIGIOSA

1962	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1963	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1964	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1965	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1966	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1967	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1968	AUGUSTO C. DA SILVA TELES	XVIII/XIX	ARQUITETURA	RJ	RELIGIOSA/PORTUGUESA/FRANCESA (TRANSIÇÃO- EUROPA)
1968	ALFREDO GALVÃO	XIX	FONTES	RJ	FRANCESA/ELITIZADA/CULTA SEGUNDO PADRÕES EUROPEUS (EUROPEIZADA)
1968	PAULO T. BARRETO	XVII/XVIII	ARQUITETURA / FONTES	MG	PORTUGUESA/RELIGIOSA (EUROPEIZADA)
1968	FREI VENÂNCIO WILLEKE, O.F.M.	XVIII	FONTES	PB	RELIGIOSA/PORTUGUESA
1968	JOSÉ DE SOUZA REIS	S/R	HISTÓRIA	S/R	RELIGIOSA/EUROPEIA/INTELECTUALIZADA/ELITIZADA
1969	RENATO SOEIRO	S/R	S/R	S/R	S/R
1969	RODRIGO M. F. DE ANDRADE	XVIII	ARTES PLÁSTICAS / ARQUITETURA	MG	RELIGIOSA/PORTUGUESA/MINEIRA
1969	ROBERT C. SMITH	COLONIAL	ARQUITETURA		PORTUGUESA
1969	RENÉ LACLETTE	XVIII	HISTÓRIA	MG	RELIGIOSA/PORTUGUESA
1969	CLARIVAL DO PRADO VALADARES	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	MG/BA/PE	RELIGIOSA/PORTUGUESA
1969	MARIA DA CONCEIÇÃO M. COUTINHO BELTRÃO E ROQUE DE BARROS LARAIA	S/R	ARQUEOLOGIA / ETNOGRAFIA	RJ	INDÍGENA
1969	GILBERTO FERREZ	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	RJ	PORTUGUESA/MILITARIZADA/RELIGIOSA
1969	LUCIO COSTA	XVIII	FONTES	MG	ELITIZADA
1970	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1971	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1972	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1973	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1974	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO

1975	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1976	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1977	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO	SEM PUBLICAÇÃO
1978	RENATO SOEIRO	S/R	S/R	S/R	SR
1978	RODRIGO M. F. DE ANDRADE	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	MG	RELIGIOSA/MINEIRA/EUROPEIZADA/PORTUGUESA
1978	LUCIO COSTA	XVIII	HISTÓRIA	MG	RELIGIOSA/EUROPEIA/PORTUGUESA
1978	IVO PORTO DE MENEZES	XVIII	FONTES	MG	RELIGIOSA
1978	FERNANDO MACHADO LEAL	XVII/XVIII	HISTÓRIA	MG/BA	PORTUGUESA/RELIGIOSA/MILITARIZADA
1978	ARIETE ALICE SCHMITT E IGOR CHMYZ	S/R	ARQUEOLOGIA / ETNOGRAFIA	S/R	INDÍGENA
1978	HERCULANO GOMES MATHIAS	XVIII	FONTES	MG	RELIGIOSA/ELITIZADA
1978	LYGIA MARTINS COSTA	XVIII	ARTES PLÁSTICAS	MG	RELIGIOSA/PORTUGUESA
1978	IVO PORTO MENEZES	XVIII/XIX	FONTES / ARTES PLÁSTICAS	MG	RELIGIOSA/OFICIAL